



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**AMANDA GUIMARÃES DA SILVA**

**TRABALHO, POBREZA E COTIDIANO: CARROCEIROS E CARREGADORES EM  
FORTALEZA ENTRE OS ANOS DE 1900 E 1930**

**FORTALEZA**

**2021**

AMANDA GUIMARÃES DA SILVA

TRABALHO, POBREZA E COTIDIANO: CARROCEIROS E CARREGADORES EM  
FORTALEZA ENTRE OS ANOS DE 1900 E 1930

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Mario Martins Viana Junior.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- 
- D11t Silva, Amanda Guimarães da.  
Trabalho, pobreza e cotidiano : carroceiros e carregadores em Fortaleza entre os anos de 1900 e 1930 / Amanda Guimarães da Silva. – 2021.  
165 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de PósGraduação em História, Fortaleza, 2021.  
Orientação: Prof. Dr. Mario Martins Viana Junior.
1. Carroceiros. 2. Carregadores. 3. Trabalho. 4. Cidade. I. Título.

CDD 900

---

AMANDA GUIMARÃES DA SILVA

TRABALHO, POBREZA E COTIDIANO: CARROCEIROS E CARREGADORES EM  
FORTALEZA ENTRE OS ANOS DE 1900 E 1930

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social. Linha de Pesquisa: Trabalho e Migrações.

Aprovada em: 29 / 01 / 2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Mário Martins Viana Junior  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Antônio Gilberto Ramos Nogueira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dra. Priscilla Régis Cunha de Queiroz  
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

## AGRADECIMENTOS

A construção de uma dissertação de mestrado, sobretudo nas duas últimas décadas, foi possível através de um conjunto diverso de políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior. Existem muitas pessoas e processos envolvidos na construção de uma educação pública, gratuita e de qualidade. Dessa forma, esta pesquisa foi possível, em parte, devido à promulgação da Lei de Cotas 12.711, de 29 de agosto de 2012, que realizou movimentos importantes para a construção de um ensino superior democrático e inclusivo; às políticas de permanência estudantil, como a Bolsa de Iniciação Acadêmica, que em 2014.1 permitiu experiências junto ao Museu de Arte e Cultura, da Universidade Federal do Ceará; ao Programa de Educação Tutorial, experiência iniciada em 2014.2, que, também por meio de bolsa de pesquisa, financiou a compra de livros e divulgação da pesquisa.

Assim, um agradecimento aos professores e professoras do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará, pelo processo formativo comprometido e diverso. Aos professores do Programa de Educação Tutorial, Ana Carla Sabino, Jailson Pereira, Kênia Rios e Régis Lopes, que, em períodos diversos, contribuíram na organização de ideias e amadurecimento de reflexões teóricas e historiográficas. Aos servidores e prestadores de serviços da Universidade Federal do Ceará que, na secretaria do curso e nos espaços coletivos, foram indispensáveis para o desenvolvimento cotidiano das aulas e atividades. Aos amigos do curso de História, que por meios dos encontros em 2014.1, início da graduação e 2018.1, início do curso de mestrado, compartilharam experiências e ideias. De modo próximo, Alexandra, Beneângelo, Brenda, Cláudio, Carla, Caroline, Cleidiane, Diego, Fernanda, Juliana, Jéssica, Léa, Lucas, Luciana, Nádia, Raul, Regina, Romário, Taynara, Vitor, Volgan e Willem, pelas trocas diversas.

Essa pesquisa encontrou interlocuções preciosas, assim, um agradecimento ao grupo de trabalho *Seca, Cultura e Movimentos Sociais*, pelo espaço inventivo e de trocas de ideias e leituras. Ao *Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais*, pelos diálogos interdisciplinares e pelas experiências de campo. Ao *Plebeu Gabinete de Leitura*, por construir sociabilidades por meio de livros, ideias e alternativas possíveis de mundo. À *Fundação Cepema* e a *Alternativa Terrazul*, pelas contribuições e por insistir em um caminho pelas práticas comunitárias e solidárias. De modo próximo, um agradecimento ao professor Mário Martins, por acompanhar o amadurecimento de ideias e reflexões; ao professor Frederico Neves, pelas sugestões e possibilidades cuidadosas; à professora Kênia Rios, pelas possibilidades e caminhos; à professora Adelaide Gonçalves, pelas leituras e sugestões

atenciosas; aos professores Cezar Honorato e Laura Maciel, da Universidade Federal Fluminense, pelas contribuições e leituras cuidadosas. Um agradecimento às pesquisadoras e pesquisadores que, por meio de artigos, dissertações e teses, apontaram caminhos e possibilidades para o diálogo de ideias apresentadas nesta pesquisa, que foi possível, em parte, porque passos de investigação foram trilhados, sobretudo, em espaços de pesquisa, ensino e extensão existentes nas universidades públicas do país.

Assim, um agradecimento à minha avó, Maria, e suas irmãs, minhas tias avós, muitas Marias, que incentivam, cuidam e, em conjunto, deram condições possíveis para que o processo formativo ocorresse de forma tranquila e sem maiores contratempos. À geração de mulheres mais próximas, muitas primas, agradeço pela presença. Ao meu pai, Fernando, pelo incentivo e cuidado de sempre. Ao André Luís, pela amizade preciosa. Ao Hugo, Maristela e Mitsue, pelas trocas alegres. E a mamãe, Rose, em memória, pela infância criativa em meio às plantas, livros, gatinhos, pincéis, tintas, agulhas e linhas, agradeço por dizer que, tudo bem, caso quisesse ser bióloga do espaço astronômico. Me tornei historiadora, deu tudo certo!

Essa pesquisa foi possível por meio de financiamento integral concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que por meio de bolsa estudantil, permitiu acesso à livros, produção escrita de artigos, mobilidade estudantil junto à Universidade Federal Fluminense, assim como à divulgação científica da pesquisa em encontros relacionados com a temática e área de estudo.

## RESUMO

O início do século XX e a organização das relações de trabalho no Brasil podem ser pensadas com base em processos diversos de normatização e regulamentação de trabalhadores urbanos, assim como em meio a relações sociais diversas e conflitantes. A partir das discussões propostas pela História Social do Trabalho, direcionamos nosso olhar para a experiência social de carroceiros e carregadores, na cidade de Fortaleza, entre 1900 e 1930. Argumentamos como os processos de regulamentação municipal contribuíram para a desarticulação de práticas tradicionais de trabalho, instituindo novos ritmos e tempos laborais. Ademais, buscamos refletir sobre experiências cotidianas, relacionadas às percepções sobre esses trabalhadores dentro do espaço da cidade, a partir de queixas e reclamações, assim como, as relações diversas de sociabilidades, como casamentos, lazer, consumo de álcool e brigas. Para a realização desta investigação, analisamos os *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, produzidos entre 1900 e 1908; *Arrolamento da Cidade de Fortaleza*, produzido em 1887, *Códigos de Posturas Municipais*, produzidos em 1983 e 1932; e fontes hemerográficas, como *O cearense* (1846 a 1891). *A cidade* (1889 – 1904). *A República: Fusão do Libertador e do Estado do Ceará* (1892 a 1897). *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso* (1904 a 1911). *O Rebate: Jornal Independente* (1907 – 1913). *O jornal* (1916). *Myrto e Acacia: Orgam do Instituto Neo Pythagorico* (1916 a 1920). *O Ceará* (1928). *A razão: Político, Comercial e Noticioso* (1929 - 1938), em diálogo com leituras teóricas, metodológicas e historiográficas sobre a temática.

**Palavras-chave:** Carroceiros. Carregadores. Trabalho. Cidade.

## ABSTRACT

The beginning of the 20th century and the organization of labor relations in Brazil can be thought of based on different processes of normatization and regulation of urban workers, as well as amid diverse and conflicting social relations. Based on the discussions proposed by the Social History of Work, we focused our attention on the social experience of carters and porters, in the city of Fortaleza, between 1900 and 1930. We argue how municipal regulatory processes contributed to the disarticulation of traditional work practices instituting new work and times. In addition, we seek to reflect on everyday experiences, related to the perceptions about these workers within the city space, based on complaints in newspaper, as well as the diverse relationships of sociability, such as marriages, leisure, alcohol consumption and fights. To do this investigation, we analyzed the some official documents such as Administrative, Statistical, Mercantile, Industrial and Literary Almanacs of the State of Ceará, produced between 1900 and 1908; list of the city of Fortaleza, produced in 1887, Municipal Posture Codes, produced in 1983 and 1932; and newspaper, such as O cearense (1846 to 1891). The city (1889 - 1904). The Republic: Merger of the Liberator and the State of Ceará (1892-1897). Jornal do Ceará: Political, Commercial and News (1904 to 1911). The Rebate: Independent Newspaper (1907 - 1913). The newspaper (1916). Myrto and Acacia: Orgam of the Neo Pythagorico Institute (1916 to 1920). Ceará (1928). The reason: Political, Commercial and News (1929 - 1938), in dialogue with theoretical, methodological and historiographical readings about the theme.

**Keywords:** Carters. Chargers. Work. City.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carroças na cidade .....	90
Figura 2 – Carroças com animais .....	92
Figura 3 – Carroças com animais .....	93
Figura 4 – Carregadores com carroças .....	93
Figura 5 – Estrada que conecta Fortaleza e Poranga, em 1919 .....	105
Figura 6 – Planta da Cidade de Fortaleza .....	111

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formas de empregos reconhecidas com base no Recenseamento Geral do Brasil de 1920 .....	37
Quadro 2 – Formas de empregos reconhecidas a partir do Almanaque Estatístico, Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, entre 1900 e 1908 .....	42
Quadro 3 – Carroceiros no Arrolamento da cidade de Fortaleza, de 1887 .....	139

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	12
<b>2</b>	<b>ESTADO E TRABALHADORES</b> .....	30
<b>2.1</b>	<b>A organização ocupacional com base no Recenseamento Geral do Brasil, de 1872 e 1920 e dos Almanques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, de 1900 – 1908</b> .....	30
<b>2.2</b>	<b>Códigos de Posturas Municipais, de 1889 e 1932 e os trabalhadores e suas carroças</b> .....	46
<b>3</b>	<b>CARROCEIROS E CARREGADORES NA CIDADE</b> .....	65
<b>3.1</b>	<b>Sentidos para os carroceiros e suas práticas de trabalho na cidade</b> .....	65
<b>3.2</b>	<b>Entre matrículas, multas e infrações</b> .....	83
	<b>QUEIXAS DO POVO, FAMÍLIA, ÁLCOOL E VIOLÊNCIA</b> .....	107
<b>4.1</b>	<b>As queixas do povo e os olhares sobre a cidade</b> .....	107
<b>4.2</b>	<b>Habitação, família, álcool, masculinidades e repressão</b> .....	130
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	154
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	157

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A cidade de Fortaleza, durante as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, experimentou processos específicos e diversos de regulamentação de atividades de trabalhos, realizados de modo cotidiano no espaço da cidade. Alguns documentos, como os *Códigos de Posturas Municipais*, produzidos entre 1893 e 1933 evidenciam como algumas ocupações, como carregadores de água, ambulantes e carroceiros, sofreram normatizações relacionadas ao pagamento de taxas, como matrículas e impostos sobre instrumentos de trabalho, para circular pelo espaço urbano.<sup>1</sup> Por meio do diálogo com artigos de opinião, queixas e reclamações, publicadas em periódicos em circulação no período, é possível refletir que, além de impostos e taxas de matrículas, existiam desafios e tensões, no espaço da cidade, quanto à realização dessas atividades de trabalho. De modo que, um conjunto heterogêneo de pobres urbanos improvisam práticas de trabalho diversas e que, progressivamente, são regulamentadas e normatizadas pelo poder municipal da cidade, em meio a sensibilidades e construções sociais diversas.<sup>2</sup>

Em meio a heterogeneidade de trabalhadores e trabalhadoras com ocupações precárias e em condição de pobreza, nos chama atenção a experiência de carroceiros e carregadores na cidade e a complexidade da sua existência no tecido social. Por meio da análise de documentos, apresentados a seguir, foi possível perceber processos específicos de controle e normatização direcionados para esses sujeitos, que apesar de sobreviverem por meio de ocupações indispensáveis no espaço da cidade, eram percebidos de modo socialmente excludente. O deslocamento desses trabalhadores pelo espaço urbano, atividades de trabalho, processos específicos de controle e diferenciações sociais, além de sociabilidades diversas, apontam indícios sobre o que seria a experiência social de trabalhadores pobres, na espacialidade urbana de Fortaleza, entre os anos de 1900 e 1930.

<sup>1</sup> Sobre os Códigos de Posturas Municipais produzidos na cidade de Fortaleza e utilizados nessa pesquisa, consultar: **Código de Posturas de 1872**. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 27 set. 2019. CAMPOS, E. **Fortaleza Provincial**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. **Código de Posturas do Município de Fortaleza**. 1932. Fortaleza. Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica. Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

<sup>2</sup> A pesquisa foi realizada a partir da análise de 9 periódicos, de circulação entre 1890 e 1930, como **O cearense** (1846 a 1891). **A cidade** (1889 – 1904). **A República: Fusão do Libertador e do Estado do Ceará** (1892 a 1897). **Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso** (1904 a 1911). **O Rebate: Jornal Independente** (1907 – 1913). **O jornal** (1916). **Myrto e Acacia: Orgam do Instituto Neo Pythagorico** (1916 a 1920). **O Ceará** (1928). **A razão: Político, Comercial e Noticioso** (1929 - 1938). Encontram-se disponíveis para consulta em: <https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Neste sentido, o objetivo dessa investigação é refletir sobre a experiência de trabalho e cotidiano de carroceiros e carregadores, tendo como recorte a cidade de Fortaleza, entre 1900 e 1930. Algumas questões orientam essa investigação, como os modos como o Poder Municipal organizou e normatizou essas atividades e as implicações e mudanças em dinâmicas de trabalho específicas; as representações sociais construídas em torno da atividade, por meio de relações de sociabilidades diversas; os modos de habitação, vizinhanças, casamentos, brigas, masculinidades e lazer, assim como, processos de repressão. Estas reflexões foram construídas a partir da análise do *Recenseamento Geral do Brasil*, de 1920; *Códigos de Posturas Municipais*, produzidos em 1893 e 1933, em diálogo com *Almanaques Estatístico, Literário, Industrial e Mercantil do Estado do Ceará*, produzidos no recorte de 1900 e 1910, assim como jornais, como *O cearense* (1846 a 1891). *A cidade* (1889 – 1904). *A República: Fusão do Libertador e do Estado do Ceará* (1892 a 1897). *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso* (1904 a 1911). *O Rebate: Jornal Independente* (1907 – 1913). *O jornal* (1916). *Myrto e Acacia: Orgam do Instituto Neo Pythagorico* (1916 a 1920). *O Ceará* (1928). *A razão: Político, Comercial e Noticioso* (1929 - 1938).

A análise desses documentos, em diálogo com leituras teóricas, metodológicas e historiográficas sobre a temática, permite compreender aspectos relacionados às atividades de trabalho desempenhadas, a condição de pobreza existente, assim como, as práticas cotidianas desenhadas no espaço da cidade. Por meio de uma dinâmica social específica, é possível compreender que esses trabalhadores compartilhavam demandas e experiências em comum, por meio da prática de trabalho exercida, constituindo assim, lugares e construções dentro do espaço da cidade. Pensar a experiência de carroceiros e carregadores em Fortaleza, entre 1900 e 1930, permite compreender desenhos e particularidades sobre essas atividades cotidianas, sem vínculos laborais em fábricas e oficinas, mas que eram indispensáveis para a expansão material do espaço urbano e que, progressivamente, sofrem processos específicos de regulamentação e normatização, em meio a relações de trabalho e sociabilidades diversas.

É possível pensar o período em estudo, para Karl Polanyie, como a construção de diversos mercados, na qual o mercado de trabalho se insere, sendo este o último a ser formado, em meio às transformações do sistema industrial. De modo que trabalho, terra e dinheiro seriam os organizadores desta dinâmica, que, em conjunto, compõem e organizam o sistema econômico e a economia de mercado, elementos essenciais para a expansão das relações capitalistas. A expansão econômica e industrial e suas formas singulares de gerar riquezas ajudam a compreender o aumento expressivo de pobres, no campo e na cidade. Um dos reflexos

dessas mudanças consiste na compreensão que a constituição de um mercado de trabalho contribuiu para a desarticulação de um tradicional tecido social, de ocupações e profissões diversas, desenvolvidas ao longo de décadas. As atividades econômicas estariam, portanto, desmanchadas em um conjunto de relações e interesses sociais, possuindo implicações múltiplas. Além disso, essa expansão contribuiu, de modo sensível, para a transformação das esferas políticas, intelectuais e econômicas dos países onde, cedo ou tarde, a economia de mercado se desenvolveu.<sup>3</sup>

Pensando os trabalhadores inseridos nesta dinâmica, a partir de Marcel Linden, o conceito de classe trabalhadora, construído ao longo do século XIX, tem sido visto a partir de limites não específicos entre trabalho assalariado “livre”, autônomo e trabalho não livre, baseados nas relações de trabalho e nas possibilidades de salário. É possível pensar que o tecido social existente a partir do período moderno compreende um conjunto diversificado de categorias de trabalho que, apesar de diferenciações de ocupação, compartilhavam experiências culturais e sociais em comum. Por vezes, devido aos limites não específicos, estes trabalhadores eram entendidos, dentro de uma perspectiva dominante, como uma grande massa organizada dentro de uma categoria socialmente indiferente. Que, no entanto, permanecia conectada por meio de experiências sociais e culturais. Assim, a mercantilização da força de trabalho assume formas diversas e constrói possibilidades de classes e semiclasses que, por vezes, orientam para um distanciamento de assalariados livres e demais grupos sociais, evidenciando heterogeneidade e configurando uma organização que não corresponde ou dificulta a compreensão da realidade histórica.<sup>4</sup>

Nesse sentido, pensando um diálogo com as contribuições de Badaró, parte das sociedades do passado não refletiam sobre suas experiências a partir dos recortes de classe, no entanto, os conflitos sociais que atravessavam a sua existência são compreendidos, por quem busca compreender essas experiências e a partir de questões relacionadas com o tempo presente, por meio da utilização analítica da categoria de classe social.<sup>5</sup> Sendo assim, a partir das reflexões propostas por Marx e refletidas por Badaró, existem nuances e diferenciações entre as dimensões do trabalho produtivo e improdutivo, relacionadas com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho. De modo que, a dimensão produtiva de trabalho e trabalhador não é definida pelo emprego em fábricas ou por trabalhadores considerados produtivos, mas sim, a

---

<sup>3</sup> POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. p. 89-98.

<sup>4</sup> LINDEN, M. V. **Trabalhadores do mundo**: ensaios para uma história global do trabalho. Editora da Unicamp: Campinas, 2013. P. 27-30

<sup>5</sup> MATTOS, M.B. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. Boitempo: São Paulo, 2019. p. 27

partir da condição proletária e dos movimentos de salário. Mesmo profissões que detém alguma autonomia, progressivamente, são reduzidas a lógica do assalariamento. Essas reflexões são sustentadas a partir das ideias propostas por Marx e comentadas por Badaró, de modo que: <sup>6</sup>

Só é produtivo aquele trabalho- e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força do trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital. (...) Não é o operário individual, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total. (...) O processo se inicia pela subordinação direta dos trabalhadores aos capitalistas, quando estes passam, na condição de proprietários/possuidores dos meios de produção, a controlar o tempo e as condições de trabalho daqueles que foram reduzidos à condição de proletários.

A apresentação dessas reflexões são importantes, em um primeiro momento, pois, a partir da análise de fontes oficiais, como o *Recenseamento Geral do Brasil de 1872 e 1920*; *Almanaques Estatístico, Literário, Industrial e Mercantil do Estado do Ceará*, analisados entre 1900 e 1908; assim como os *Códigos de Posturas Municipais*, de 1893 e 1933, é possível refletir sobre como a organização das relações de trabalho na cidade sofrem uma inflexão a partir da ação do Estado, contribuindo para a desarticulação de relações tradicionais de trabalho de carroceiros e carregadores. Pensamos, também, como esses trabalhadores compartilham experiências em comum, por meio da prática de trabalho realizada, das imposições municipais aplicadas e dos sentidos e significados atribuídos a sua presença no espaço urbano. Argumentamos que esses trabalhadores, que improvisaram sua sobrevivência no espaço da cidade, em meio às relações de prestação de serviços fora do espaço de fábricas e oficinas, têm a subsunção de suas práticas de trabalho às forças organizadoras do capital por meio do poder municipal.

Nesse sentido, pensamos a experiência social desses trabalhadores inserida dentro de uma dinâmica complexa de organização política, econômica e social existente em espaços urbanos no Brasil, sobretudo, entre 1889 e 1930. De modo que, existem aproximações e distanciamentos quanto ao estudo de experiências diversas de trabalhadores e o tecido social no qual estão inseridos, possível de serem compreendidas a partir das vicissitudes territoriais, e quando pertinente, com interlocuções com outras cidades e locais. Nesse sentido, algumas discussões são importantes, pois, a partir da compreensão dessa dinâmica complexa, atravessada por mudanças políticas, como a Constituição Republicana de 1891, assim como os movimentos econômicos existentes em regiões diversas, como o Sudeste e o Nordeste, em

---

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 27.

diálogo com as particularidades existentes no Estado do Ceará, é possível propor diálogos sobre o que seria esse tecido social e os reflexos existentes na experiência social desses trabalhadores.

Assim, ao pensarmos as dinâmicas políticas a partir dos estudos de Carvalho, é possível compreender que a Constituição Republicana de 1891 mantinha uma organização excludente, onde pobres, pela renda ou alfabetização, não possuíam direitos políticos, assim como mulheres, mendigos, menores de idade e religiosos. Diferenciações sociais baseadas na renda e na alfabetização construíam diferenciações entre sociedade civil e sociedade política. Existiram poucos avanços relacionados a direitos sociais, relacionados aos direitos políticos, onde as decisões públicas eram realizadas por setores dominantes, rurais e urbanos.<sup>7</sup> Dessa forma, a cidadania, como expoente republicano, possuía uma definição baseada, somente, nos direitos civis e sociais, onde os cidadãos estariam sujeitos com pouca ação política. à espera da ação do Estado. Assim, a cidadania, entendida como participação por meio da máquina governamental, foi interseccionada com a cidadania, que por sua vez, era construída sem participação política plena.<sup>8</sup>

Desse modo, em diálogo com aspectos sociais e econômicos, por meio das reflexões apresentadas por Emília Viotti, podemos compreender que os processos de classificação e definição de ocupações e profissões mantêm diálogos com a expansão urbana e industrial existente em diversas regiões do país, dentro do período em estudo. Esses processos surgem em meio a uma estrutura econômica sustentada a partir de mão de obra escravizada, sendo substituída, nas últimas décadas do século XIX, por trabalho livre, nacional, estrangeiro, abundante e precário. Um conjunto de transformações implicou em uma nova organização das relações de trabalho no Brasil, com vicissitudes particulares e diferenciadas. Com características econômicas específicas, essas relações mantinham profundo diálogo com os diferentes produtos voltados para exportação.<sup>9</sup>

Pensando um diálogo a partir da experiência da cidade do Rio de Janeiro, nesse período, por meio das reflexões de Chalhoub, as práticas de controle existentes na sociedade capitalista em formação abrangiam todas as esferas possíveis da vida e do cotidiano. Em conjunto, constituíam tentativas de controle do tempo e do trabalho, em movimentos de disciplinas sobre

---

<sup>7</sup> CARVALHO, J.M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Companhia das Letras: São Paulo, 1987. P. 44 - 55

<sup>8</sup> *Ibid.*, 60 - 64

<sup>9</sup> COSTA, E. V. Da escravidão ao trabalho livre. In: COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editora Unesp, 2010.



o viver e o trabalhar no espaço da cidade. Eram modos de organização presentes nos processos de regulamentação empreendidos pelo poder municipal, existindo em diálogo com instrumentos de repressão e domínio, existentes a partir de dispositivos policiais, da organização familiar e de sociabilidades diversas empreendidas no espaço urbano. Buscavam atuar sobre a totalidade das relações sociais, com características de paternalismo, onde a organização da cidade é marcada por leis e pela violência de instrumentos policiais.<sup>10</sup>

Assim, ao refletir sobre a experiência social de São Paulo, por meio dos estudos de Elciene Azevedo, é possível compreender que a emergência de carroças na cidade eram acompanhadas de modos de controle e normatização, fosse pela regulação do ofício, pelas representações sociais construídas, ou mesmo pelos dispositivos policiais, uma vez que existiam percepções de que essa atividade de trabalho, em diálogo com a cidade em expansão, despertava incômodos, pois estavam em contínuo processo de crescimento.<sup>11</sup> Nesse sentido, em diálogo com Heloíse Cruz, é possível compreender que os baixos custos para a construção de carroças permitiam que esses instrumentos de trabalho fossem utilizados como alternativas polissêmicas para a sobrevivência na cidade, constituindo um elemento importante para a expansão capitalista nesses espaços.<sup>12</sup>

Por meio das contribuições propostas por Jacques Revel, compreendemos a importância de situar os movimentos existentes em outros territórios, em diálogo entre geral e local, com aproximações e distanciamentos das experiências existentes. É possível refletir sobre novas possibilidades para o sentido de contexto, por meio da recusa em compreender as dinâmicas históricas como homogêneas, mas sim, como experiências e representações sociais múltiplas. Assim, por meio da reflexão sobre vicissitudes e particularidades, propõem-se construir contextos plurais, por meio de escalas de observação, que funcionam como recursos e instrumentos indispensáveis para a compreensão da experiência e comportamento de atores sociais específicos no tempo e no espaço. Por meio de uma abordagem micro histórica, a reflexão sobre os sujeitos históricos ocorre em meio a inserção em processos e contextos

<sup>10</sup> CHALHOUB, S. **Lar, trabalho e botecoim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp. 2008. p. 148.

<sup>11</sup> AZEVEDO, E. A metrópole às avessas: cocheiros e carroceiros no processo de invenção da “Raça Paulista”. In: AZEVEDO, E.; CANO, J.; CUNHA, M. C. P.; CHALHOUB, S. (org). **Trabalhadores na cidade**: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 87.

<sup>12</sup> CRUZ, H. F. **Trabalhadores em serviços**: dominação e resistência. 1984. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 1984. p. 30.

variáveis, em dimensões e níveis entre o local e o global. A experiência local, dessa forma, permite compreender as aproximações e distanciamentos quanto aos demais níveis sociais.<sup>13</sup>

Nesse sentido, ao aproximarmos do território em estudo, a partir das reflexões de Emília Viotti, é possível compreender a Região Nordeste, nas últimas décadas do século XIX, com uma participação significativa na economia nacional, sendo um importante e expressivo exportador de algodão e açúcar, além de concentrar, aproximadamente, metade da população brasileira, em meio a uma rígida estrutura econômica, social e política. Essa região atuou com o transcurso de escravizados para as regiões Norte e Sudeste do país, com a valorização financeira desta mão de obra.<sup>14</sup> Em diálogo com os estudos de Barbosa, o processo de modificações relacionadas às relações de trabalho ocorreu de modo lento, sendo iniciado na segunda metade do século XIX, com reflexos ao longo das primeiras décadas do século XX, com características específicas, com o predomínio de relações patriarcais e detrimento de regimes de salários.<sup>15</sup>

Pensando a diversidade de territórios e experiências, ao direcionarmos nosso olhar para a Província do Ceará, a partir dos estudos de Zenilde Amora, é possível compreender que a economia algodoeira, expressiva em 1860, contribuiu para um tímido desenvolvimento local, sobretudo em Fortaleza, com a emergência de fábricas e oficinas, em sua maioria, manufatureiras. Já o desenvolvimento de portos favoreceu a inserção dessa economia em uma dinâmica maior. Assim, o escoamento da produção, com exportações e importações diversas, dinamizava a relação cidade e sertão, formando, também, diversas cidades litorâneas, a partir da atividade portuária.<sup>16</sup> De acordo com o *Almanaque Administrativo, Literário, Comercial e Mercantil*, de 1899, por meio da estrada de ferro, chegavam à cidade produtos para consumo e exportação, vindos de Maranguape, Pacatuba e Baturité e demais cidades do interior. Somente no ano de 1898, a cidade de Fortaleza recebeu, aproximadamente, 313 embarcações vindas, principalmente, do sul do país, além de países como Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Argentina, o que sinaliza uma inserção junto aos principais centros econômicos do período.<sup>17</sup>

<sup>13</sup> REVEL, J. (org.). Microanálise e construção do social. In: **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15 - 38.

<sup>14</sup> COSTA, E. V. *op. cit.*, p. 299.

<sup>15</sup> BARBOSA, A.F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008, p. 146.

<sup>16</sup> AMORA, Z. B. Aspectos Históricos da Industrialização no Ceará. In: Simone de Souza (org.) **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha, 1989. P. 121 - 128.

<sup>17</sup> ALMANAQUE ADMINISTRATIVO, ESTATÍSTICO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico: Fortaleza. Ed. 5. 1889. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 28 set. 2020. [n.p.]

Esse período constitui contornos políticos específicos, relacionados, principalmente, a Oligarquia Acciolina e sua atuação política. A partir dos estudos de Maria Alencar, sobre esse governo e a imprensa, de acordo com discursos presente em jornais, esse governo constituiu um grupo político presente e atuante na política cearense, sobretudo, entre 1896 e 1912. Esse período era marcado por críticas relacionadas à condução política e administrativa desse governo, sendo evidente em páginas de jornais oposicionistas, como o *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*. Para muitos articulistas do período, as críticas ao governo estavam relacionadas a falta de assistência direcionada para as classes populares; a insuficiente condução de socorros nos períodos de secas, que ocasionaram mortes expressivas no Estado; assim como indícios de corrupção, devido a cargos e regimes de pagamentos para familiares e sem critérios. Após a proclamação da República, muitos discursos percebiam um governo concentrado nas mãos de um grupo específico e familiar, que em conjunto, organizavam a administração municipal e os processos eleitorais.<sup>18</sup>

Pensando sobre o tecido social em estudo, a partir de Frederico Neves, a cidade de Fortaleza, em 1900, recebeu um fluxo de pessoas vindas do interior do estado em busca de alimentação, moradia e trabalho. Esse movimento foi resultado de um período grave de secas, visto anteriormente em 1879. A seca provocou deslocamentos expressivos, financiados pelo Governo do Estado, nos quais muitos trabalhadores do campo foram enviados compulsoriamente para os estados do Amazonas e do Pará, recebendo passagem de ida e promessa de trabalho. No primeiro semestre de 1900, saíram do porto da cidade aproximadamente 15.542 pessoas em direção a esses estados.<sup>19</sup> Os levantamentos sobre óbitos na cidade de Fortaleza apresentavam números expressivos e preocupantes. De acordo com os *Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, neste ano, foi registrado nos obituários da capital um número de 1227 mortes, entre homens e mulheres em sua maioria, devido a problemas digestivos, resultados da má alimentação e de problemas respiratórios e circulatórios. Os camponeses que chegavam à capital sobreviviam

---

<sup>18</sup> ALENCAR, M.E.S. “**À sombra das palavras**”: A Oligarquia Acciolina e a Imprensa (1896 - 1912). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará. 242f. 2009 p. 112 - 188.

<sup>19</sup> NEVES, F. C. **Estranhos na Belle Époque**: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877 - 1915). In: Trajetos. Revista do Programa de Pós - Graduação em História Social e do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. v., n. 6, p. 113 - 138, abril de 2005.

embaixo de árvores, sem higiene e conforto, sendo atingidos pela temporada de chuvas conhecida como época do caju, piorando as condições de vida da população.<sup>20</sup>

A compreensão sobre as práticas de trabalho existentes no período, em diálogo com Priscilla Queiroz, é entendida de modo intermitente e polissêmico. Muitos trabalhadores improvisaram modos de sobrevivência a partir do trabalho sem vínculos laborais específicos e estáveis, sendo em sua maioria, trabalhadores sem qualificação. Trabalhavam em atividades diversas, como “a venda de água, mercador ambulante, serviços domésticos, de criadagem diversa, transportadores de carga, serviços nas docas, lavadeiras, condutores de veículos de tração animal.” Estes sujeitos prestavam serviços, sobretudo, no centro dinâmico da cidade, buscando modos de evitar taxações de impostos municipais, em progressiva expansão no período. Eram atividades indispensáveis no espaço da cidade, no entanto, não inseridas no mercado regular de trabalho em formação.<sup>21</sup>

As dinâmicas sociais particulares, relacionadas às secas, assim como o mercado de trabalho heterogêneo em formação, são discussões importantes para a reflexão sobre as experiências sociais dos trabalhadores em estudo. Em meio a diversidade social e de trabalho existente na cidade de Fortaleza, entre 1900 e 1930, é possível argumentar, a partir de análise documental, sobre processos específicos de regulamentação direcionados para carroceiros e carregadores, assim como, para seus instrumentos de trabalho, às carroças. Assim como as experiências apresentadas em São Paulo e Rio de Janeiro, a circulação de carroças é percebida como elemento específico de regulamentação e controle na cidade. Esses processos contribuíram para modificações sensíveis de relações, salários e ritmos de trabalho, dificultando, assim, a sobrevivência desses trabalhadores populares.

A experiência de trabalho de carroceiros e carregadores era atravessada por relações de sociabilidades diversas e conflitantes entre si. Por meio de artigos de opiniões, queixas e reclamações, é possível construir um mosaico de percepções sobre o deslocamento desses trabalhadores em meio a presenças e ausências no espaço da cidade. Para além das práticas laborais, em movimentos de aproximação e distanciamento do centro dinâmico da cidade, existe um cotidiano organizado por meio de relações amorosas heterogêneas, atividades de lazer e sociabilidades, atravessadas pelo consumo de bebidas, assim como, comportamentos que

---

<sup>20</sup> ALMANAQUE ADMINISTRATIVO, ESTATÍSTICO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico: Fortaleza. Ano 1900. [n.p.]

<sup>21</sup> QUEIROZ, P. R. C. **Trabalho e cotidiano**: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do século XIX e início do século XX. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. p. 50-60.

reforçam as masculinidades existentes no período, assim como, a violência e agressividade. Esses elementos, em conjunto, apontam possibilidades para pensar esses trabalhadores em diálogo com as classes populares existentes no período, meio a costuras e redes de sociabilidades diversas.

Ao pensar a dimensão cotidiana, os estudos de Odila Dias sobre mulheres pobres na cidade de São Paulo, ao longo do século XIX, apontam que as experiências de vida dessas trabalhadoras urbanas torna-se progressivamente mais difíceis, pois, enfrentavam dificuldades para tecer sua sobrevivência no espaço da cidade, em meio a conflitos diversos, dos quais destacamos aqui os relacionados às autoridades municipais, com a cobrança de fiscos, assim como as construções sociais relacionadas a civilidade do espaço urbano por meio das ideias de higiene. Essas reflexões são importantes, pois, podemos pensar processos semelhantes relacionados aos trabalhadores objeto desse estudo.<sup>22</sup> Por esse motivo, pensando essas reflexões em diálogo com os estudos propostos por Certeau, é interessante perceber e adentrar pelas análises das exíguas práticas cotidianas, singulares e diversas que, dentro do espaço da cidade, constituem existências a partir de movimentos múltiplos, como o transitar pela cidade, as relações de sociabilidade cotidianamente construídas e realizadas. Compreender esses movimentos dentro do espaço da cidade permite analisar o conjunto de redes de disciplinas, violências e significados, em diálogos com táticas ilegíveis, por esses trabalhadores, desmanchados em discursos diversos e complexos. O deslocamento por esses espaços aponta para a construção de trajetórias e percursos específicos, que permitem refletir sobre a experiência ordinária de sujeitos que constroem e interpretam o espaço urbano, em meio a muitas sociabilidades.<sup>23</sup>

Essas discussões são importantes, pois, em diálogo com os periódicos apresentados, por meio de artigos de opinião, queixas e reclamações, em diálogo com o *Arrolamento da cidade de Fortaleza*, de 1887, é possível refletir sobre dimensões cotidianas, relacionadas com a experiência social de carroceiros e carregadores. Argumentamos, a partir desses documentos, que, à medida que o espaço da cidade se expandia, esses trabalhadores eram socialmente vistos como importantes e indispensáveis, à medida que eram interpretados, também, como incômodos. A circulação pela cidade, as ausências e presenças, permitem compreender uma cartografia dos trajetos, das andanças e das experiências de trabalho, evidenciando, assim, as diferenças geográficas existentes no espaço urbano. Em outro sentido, a organização familiar,

---

<sup>22</sup> DIAS, M.O.L..S. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 25 -50.

<sup>23</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 160 - 163.

em diálogo com as reflexões historiográficas apresentadas, era complexa e heterogênea. Suas práticas de lazer estavam relacionadas, por vezes, com o consumo de álcool e bebidas, de modo que, tensões e conflitos com dispositivos repressivos eram comuns no espaço da cidade. A fluidez das relações amorosas existe em diálogo com as percepções sobre masculinidades, onde o consumo de álcool era associado a práticas de lazer, sociabilidades e agressividades. Esses movimentos cotidianos, relacionados à prática de trabalho e as relações sociais diversas contribuem para a construção de definições sociais sobre estes sujeitos. É no tecido social que a experiência desses trabalhadores, com ocupações pouco definidas, ganha complexidade e sendo progressivamente definida, por meio de discursos diversos.

Pensando os desafios metodológicos de empreender investigações sobre a cidade nas primeiras décadas do século XX, a partir das reflexões de Maria Izilda Matos, os estudos sobre o cotidiano apontam para a descoberta de temporalidades diversas, com ritmos desconexos, em meio a tempos fragmentados e descontinuidades. Os hábitos e os múltiplos tempos são possíveis de costura com a trama da história. Nesse sentido, esses estudos trouxeram a possibilidade de análise documental diversa, onde as dificuldades existem a partir da fragmentação documental, de modo que a busca empreendida por historiadores consiste em perceber indícios, sinais, leituras específicas, com o objetivo de descortinar a hegemonia de documentos oficiais e compreender o que existe de implícito. Assim, nuances, tendências e eventos ganham centralidade, em detrimento de periodizações específicas. É muito difícil, portanto, analisar a relação cotidiano, permanências e mudanças.<sup>24</sup>

Nesse sentido, a pesquisa apresentada demanda um recorte de tempo que se entende das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, devido a um conjunto de mudanças relacionadas a desarticulação das relações escravocratas e constituição de um mercado de trabalho assalariado e livre, relacionado, também, com as fontes disponíveis para análise. Este processo ocorre em diálogo com transformações no espaço físico, na organização política e social e nas representações em torno do viver urbano. Direccionamos nosso olhar para as experiências presentes nas primeiras décadas do século XX, no entanto, realizamos alguns recuos devido a disponibilidade de fontes, como o *Arrolamento da Cidade de Fortaleza*, de 1887 e dos jornais *O cearense* (1846 a 1891). *A cidade* (1889 – 1904). *A República: Fusão do Libertador e do Estado do Ceará* (1892 a 1897). A análise de fontes, por meio de documentos oficiais e produções hemerográficas, ocorreu a partir da busca de carroceiros e carregadores, e

---

<sup>24</sup> MATOS, M.I.S. **Cotidiano e Cultura:** História, Cidade e Trabalho. São Paulo, E-Manuscrito, 2019. P. 140 - 150.

suas práticas de trabalho, como fios condutores. O recorte adotado em nossa investigação, desta forma, foi realizado a partir da análise de fontes e documentos, organizados em um espaço de tempo de, aproximadamente, 40 anos. Assim, fizemos um movimento de aproximações e distanciamentos, buscando compreender a complexidade do período em estudo e as constantes e diversas transformações existentes.

Dessa forma, metodologicamente, buscamos diálogos com estudos sobre as discussões historiográficas relacionadas com a temática e realizadas a partir de recortes sociais e territoriais diversos, com o objetivo de compreender as aproximações e distanciamentos existentes com a realidade social da cidade de Fortaleza, entre as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, ao longo do texto, buscamos apresentar a bibliografia disponível sobre a temática e as fontes nas quais essas experiências foram encontradas, em um movimento contínuo de diálogos e aproximações. Assim, compreendendo a diversidade de estudos sobre a experiência de trabalhadores no espaço urbano, bem como temáticas diversas relacionadas a expansão das cidades no início do século XX, buscamos, metodologicamente e ao longo do trabalho, propor diálogos com produções historiográficas, como dissertações, teses e livros publicados, com o objetivo de refletir sobre aproximações e distanciamentos, assim como, sobre o tecido social em estudo.

Nesse sentido, a análise de dicionários produzidos entre 1913 e 1928 contribuem para a reflexão sobre as construções de sentido relacionadas às práticas de trabalho existentes nas primeiras décadas do século XX. Por meio do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de 1913, em diálogo com o *Dicionário Ilustrado Prático*, de 1928, é possível refletir sobre como verbetes relacionados a trabalho, profissão e ocupação contribuem para as definições existentes dentro do mercado de trabalho do período, relacionadas, muitas vezes, ao trabalho industrial, assalariado e mecanizado. Em diálogo com as documentações oficiais, os dicionários permitem compreender o complexo mosaico relacionados aos sentidos do trabalho no período.<sup>25</sup> Em diálogo com as fontes apresentadas, o *Recenseamento Geral do Brasil* de 1920, constitui documentação importante para compreender a organização do trabalho no período. Por meio dos quadros de organização ocupacional apresentados, é possível refletir sobre aspectos relacionados a classificações e exclusões existentes, assim como os trabalhadores empregados em atividades entendidas como industriais, bem como os sujeitos que, por diversos motivos, encontravam-se à margem dessa organização produtiva. A análise dessa documentação

---

<sup>25</sup> FIGUEIREDO, C. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1913. **Dicionário Prático Ilustrado**. Fundação Biblioteca Nacional, 1928.

acontece em diálogo com os *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, assim como dos *Códigos de Posturas Municipais*, pensando sobre as aproximações e distanciamentos existentes entre os quadros de ocupação em níveis nacionais e locais.

Nesse sentido, através de *Almanaques Estatísticos, Administrativos, Literários, Mercantis e Comerciais* produzidos entre 1889 e 1915<sup>26</sup>; *Códigos de Posturas Municipais* produzidos entre 1893 e 1932; dicionários produzidos entre 1913 e 1928;<sup>27</sup> *Recenseamento Geral do Brasil*, produzido entre 1872 e 1920, assim como jornais diversos, é possível compreender aspectos relacionados à existência e resistência desses sujeitos dentro do espaço urbano e suas diversas implicações no tecido social. Ao pensar as fontes utilizadas na investigação, com intencionalidades múltiplas entre si, esses documentos, em conjunto, permitem observar e analisar aspectos relacionados à prática de trabalho e normatizações existentes no dia a dia de carroceiros e carregadores, assim como aspectos cotidianos, como casamentos, práticas de lazer e relações de poder direcionadas para esses trabalhadores.<sup>28</sup>

Os *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, documentos importantes para a investigação proposta, de acordo com Macambira, apontam para uma nova sensibilidade de tempo. Sua produção manteve, de modo constante, a organização de informações relacionadas a comércio, instituições públicas e privadas, endereços diversos, dados sobre a organização pública, entre outras informações, sobre a organização ocupacional existente na província e posteriormente, no território do Ceará.<sup>29</sup> Nesse sentido, pensando a produção de *Códigos de Posturas Municipais*, documentos analisados em diálogo com a fonte apresentada acima, a partir de Schmachtenberg, por meio da análise de *Códigos de Posturas* na cidade de Porto Alegre, esses documentos municipais criaram condições para o ordenamento, regulamentação e controle das condições de vida na sociedade,

<sup>26</sup> ALMANAQUE ADMINISTRATIVO, ESTATÍSTICO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico; Fortaleza. Ed. 5. 1889 - 1915.

<sup>27</sup> **Código de Posturas de 1872.** Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> Acesso: 27 set. 2019 . CAMPOS, E. **Fortaleza Provincial.** Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. **Código de Posturas do Município de Fortaleza.** 1932. Fortaleza. Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica. Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

<sup>28</sup> **Recenseamento Geral do Brasil, de 1872.** Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>> Acesso. 29 set. 2018. **Recenseamento de 1920. (4º censo geral da população e 1º da agricultura e da indústria). Volume V.** Disponível para consulta em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>> Acesso: 22 mai 2018.

<sup>29</sup> MACAMBIRA, D.D. **Impressões do tempo:** os almanaques no Ceará (1870 - 1908). Dissertação Mestrado. Programa de Pós Graduação em História Social - Universidade Federal do Ceará. 227f, 2010. p. 20 - 60.



ao longo do século XIX e XX. A partir desses elementos, existiam condições para a implementação de uma sociedade disciplinar, baseada na normatização de práticas diversas.<sup>30</sup>

Compreender sobre esses documentos é importante, pois, por meio dos *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará* é possível refletir sobre um conjunto de atividades entendidas como industriais, portanto, definidas, sobretudo, na cidade de Fortaleza, a medida que compreendemos, também, quais ocupações e modos de sobrevivência eram excluídos dessa organização ocupacional. Estes documentos são importantes a partir do diálogo com o Recenseamento Geral do Brasil, produzido em 1920, assim como *Código de Postura do Município*, produzido entre 1893 e 1933, pois permitem aproximações e distanciamentos quanto aos lugares oficiais e sociais ocupados pelos trabalhadores estudados nesta investigação. Em conjunto, esses documentos apontam para as ocupações e profissões que são progressivamente classificadas ou desclassificadas por meio da administração pública, em níveis nacionais e locais. Permitem, portanto, compreender os processos de definições existentes em meio a particularidades territoriais específicas. Em diálogo com a fonte apresentada, os *Códigos de Posturas Municipais*, produzidos na cidade de Fortaleza, sobretudo o promulgado em 1933, apontam indícios dos movimentos de regulamentação e normatização de atividades diversas, entre elas, as realizadas por carroceiros e carregadores. A cidade, aos poucos, é objeto de tentativas relacionadas a práticas controladas e previstas, por meio da normatização de modos de caminhar, transitar e trabalhar cotidianamente. São por meio desses códigos que encontramos indícios de definições laborais específicas, além de possibilidades de reflexão sobre as normatizações impostas no espaço da cidade e como o município contribui nos processos de expropriação material, a partir de multas e taxas para a livre circulação na cidade, sobretudo, de parcelas pobres da população.

Nesse sentido, pensando nos jornais utilizados na investigação apresentada, é possível compreender nuances sobre alguns periódicos, relacionados a intencionalidades e locais sociais de produção. De acordo com Ana Carla Sabino, o jornal *O Cearense*, tinha o objetivo de expressar o símbolo da política imperial civilizada, com discursos contrários à cobrança de impostos<sup>31</sup> O jornal *À República*, de acordo Maria Alencar, surge no início do período

<sup>30</sup> SCHMACHTENBERG, R. **Códigos de Posturas e Regulamentos**: vigiar, controlar e punir. Anais do IX Encontro Estadual de História, 14 A 18 de julho de 2018. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anais eletronicos>. Porto Alegre, Anpuh, 2008.

<sup>31</sup> FERNANDES, A.C.S. **A imprensa em pauta**: Entre as contendas e paixões partidárias dos jornais *O Cearense*, *Pedro II* e *Constituição* na segunda metade do século XIX. Mestrado em História. Programa de Pós Graduação em História Social. 2004. p. 19

Republicano e, com circulações diárias e ao longo de suas publicações, apresentam reforços positivos ao espírito republicano por meio de discursos e apoio ao Governo Accioly.<sup>32</sup> Por sua vez, em diálogo com Gilmar de Carvalho, o Jornal *O Ceará*, veiculado entre 1920 e 1930, tinha características combativas, com críticas ao catolicismo, escrito em sua maioria por jornalistas com formação em direito e que teciam profundas críticas aos governos vigentes e às questões sociais existentes na cidade.<sup>33</sup>

As páginas dos jornais constituíam lugares de artigos de opinião, queixas, denúncias e reclamações, produzidas por moradores, formadores de opiniões e inspetores de higiene, e direcionadas aos leitores diversos. Muitos trabalhadores emergiram como protagonistas dos fatos descritos. Em conjunto, a análise dos jornais permite uma reflexão sobre a complexidade de relações existentes no espaço da cidade, a partir de diversos conflitos, ordenados pelas relações de trabalho, pela dimensão material e pelo morar e trabalhar no espaço urbano. Por meio de periódicos como *A cidade; Á República: Fusão do Libertador e do Estado do Ceará; Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso; Myrto e Acacia: Orgam do Instituto Neo Pythagorico; O Ceará; O cearense; O rebate: Jornal Independente*, produzidos entre 1890 e 1930, é possível visualizar uma diversidade de gêneros textuais, como queixas, reclamações, artigos de opinião, entre outros, que possuíam como temática o espaço da cidade e a circulação de trabalhadores. Por meio da análise de jornais e periódicos, com intencionalidades diversas, é possível compreender aspectos cotidianos relacionados com a experiência social de carroceiros e carregadores na cidade de Fortaleza.<sup>34</sup>

Desta forma, em nosso primeiro tópico *A organização ocupacional com base no Recenseamento Geral do Brasil, de 1872 e 1920 e dos Almanques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, de 1900 – 1910* buscamos discutir alguns aspectos relacionados com a organização ocupacional existente nesses documentos, utilizando como fio condutor as experiências de trabalho de carroceiros e carregadores. A partir da análise de fontes e de leituras teóricas e historiográficas sobre a temática, argumentamos que esses trabalhadores emergem nos dados oficiais, assim como alguns outros grupos de trabalhadores, em lugares ocupacionais diversos e pouco definidos. Concluímos, portanto, que apesar de consideradas forças de trabalho produtiva, essas práticas de trabalho eram desconhecidas em nível nacional, de modo que esses trabalhadores

<sup>32</sup> ALENCAR, M.E.S. op. cit., p. 60 - 65.

<sup>33</sup> LIMAVERDE, L; CARVALHO, G. **Jornal O Ceará: Exemplo de Mídia Combativa na década de 1920.** Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos interdisciplinares na Comunicação. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2 a 6 de setembro. Intercom, Rio Grande do Norte, 2008.

<sup>34</sup> Encontram-se disponíveis para consulta em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

sobreviviam, de acordo com dados oficiais, por meio de ocupações pouco definidas, mas progressivamente regulamentadas pelo poder municipal.

Em nosso segundo tópico, intitulado *Poder Municipal: entre Códigos de Posturas, carroças e trabalhadores*, a partir da análise dos *Códigos de Posturas Municipais*, produzidos na cidade de Fortaleza entre 1893 e 1933, assim como leituras teóricas e historiográficas sobre a temática, buscamos discutir aspectos relacionados à normatização e regulamentação de práticas de trabalho de carroceiros e carregadores na cidade. Argumentamos a existência de um processo progressivo de taxaço e normatização dessas atividades e de seus instrumentos de trabalhos, as carroças. Em parte, essas práticas eram orientadas para trânsitos de pessoas em espaços considerados civilizados pelo discurso dominante. Existem indícios, também, de uma progressiva arrecadação municipal através dessas categorias de trabalho. Em conjunto, evidenciam as definições laborais existente, a contrapelo dos documentos oficiais nacionais e estaduais. Concluimos, dessa forma, que esses trabalhadores encontravam um lugar de definição de suas atividades a partir de impostos e normatizações de práticas de trabalho.

Em nosso terceiro tópico, intitulado *Sentidos para as práticas de trabalho de carroceiros e carregadores*, a partir da análise de jornais como *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso (1904 a 1911)*; *Myrto e Acacia: Orgam do Instituto Neo Pythagorico (CE) (1916 a 1920)* e *A Razão: Político, Comercial e Noticioso (1929 - 1938)*, em diálogo com leituras teóricas e historiográficas sobre a temática, buscamos refletir como a cidade em expansão, em meio à memórias de doenças e mortes diversas, institui percepções e construções sociais relacionadas a carroceiros e carregadores e sua prática de trabalho urbana. A partir de artigos de opiniões e reclamações sobre o espaço da cidade, refletimos sobre os diversos lugares nos quais as ocupações de carroceiros e carregadores eram vistas, sendo em sua maioria, relacionados a condição de pobreza, subalternidade de suas ocupações, mas também, como trabalhadores com ocupações indispensáveis dentro do espaço da cidade.

Em nosso quarto tópico, intitulado *Entre matrículas, multas e infrações*, a partir da análise dos *Códigos de Posturas Municipais* de 1933, assim como dos periódicos *O cearense (1846 a 1891)*; *A cidade (1889 – 1904)*; *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso (1904 a 1911)*; *O Rebate: Jornal Independente (1907 – 1913)*; *O Ceará (1928)*; *A razão: Político, Comercial e Noticioso (1929 - 1938)*, em diálogo com leituras teóricas e historiográficas sobre a temática, buscamos argumentar e evidenciar os processos progressivos de normatização e regulamentação da prática de trabalho de carroceiros e carregadores, por meio de multas e infrações e as implicações sociais existentes, como pagamento de impostos e

novos ritmos de trabalho. Por meio de notícias cotidianas, nomes, idades e incidentes emergem nas páginas dos jornais, em diálogo com a expansão da mobilidade urbana existente no período. É possível perceber a presença que veículos como as carroças ocupavam nos anúncios dos jornais, às diversas atividades desempenhadas por este instrumento de trabalho, assim como os impostos e os novos horários e ritmos de trabalho gestados nesse período. Buscamos argumentar como a ação municipal, por meio de normatizações diversas, contribuiu na desarticulação de práticas tradicionais, instituindo novos ritmos e tempos de trabalho para esses sujeitos, assim como novos arranjos para a prestação de serviços na cidade.

Em nosso quinto tópico, intitulado *As queixas do povo e os olhares sobre a cidade*, a partir da análise de jornais como *A cidade (1889 – 1904)*; *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso (1904 a 1911)*; *O Ceará (1928)* em diálogo com leituras teóricas e historiográficas sobre a temática, buscamos refletir sobre as queixas e reclamações cotidianas relacionadas à prática de trabalho de carroceiros e carregadores na cidade. Nesse sentido, o poder municipal, que regulamentou e desarticulou essas práticas de trabalho, emerge como responsável pela insuficiência de atividades essenciais, realizadas por carroceiros e carregadores. Argumentamos alguns conflitos de percepções nos quais esses trabalhadores eram percebidos como essenciais nas atividades da cidade, no entanto, por meio de um lugar de subalternidade e pobreza. A partir das reclamações de ausências e presenças, é possível supor uma cartografia das práticas de trabalho realizadas, em meio a ruas e bairros, dispostos no espaço da cidade. É possível perceber, por meio das queixas,

Em nosso sexto tópico, intitulado *Habitação, família, álcool e repressão*, a partir da análise do *Arrolamento da Cidade de Fortaleza*, de 1887, em diálogo com gêneros diversos existentes em jornais, como *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso (1904 a 1911)*; *O Ceará (1928)*; *A razão: Político, Comercial e Noticioso (1929 - 1938)* buscamos refletir sobre a condição de pobreza desses trabalhadores a partir de aspectos relacionados à habitação, organização familiar, práticas de lazer, masculinidades e repressão. A partir de textos nos quais esses trabalhadores emergem como sujeitos, é possível compreender alguns aspectos relacionados a relações privadas, com companheiras, assim como, relações de lazer, sociabilidade e violência. Argumentamos que esses sujeitos, assim como os demais grupos de trabalhadores, compartilhavam um cotidiano atravessado pela pobreza e exclusão social, assim como, práticas relacionadas a brigas, agressões contra companheiras, consumo de álcool e tensões relacionadas à ação policial.

Existem questões possíveis de investigação, que, no entanto, não entraram no escopo deste trabalho. Citamos aqui os processos de organização empresarial relacionados ao recolhimento do lixo, que impactou de modo sensível à prática de trabalho de os carroceiros e carregadores da cidade. Assim como outros espaços urbanos do período, existiram movimentos de concessão de atividades para o poder municipal, e posteriormente, para a iniciativa privada, constituindo dinâmicas de lucros e organizações laborais, desarticulando e desmanchando práticas de trabalho desenvolvidas de modo tradicional. Também citamos a ausência de reflexões aprofundadas e específicas sobre pagamentos salariais, por meio da conversão de valores relacionados as porcentagens de impostos pagos, que poderiam contribuir em uma melhor compreensão sobre as condições materiais de existência desses trabalhadores. Esperamos desenvolver estas questões em textos e artigos, com divulgação em revistas com temáticas afins.

## 2 ESTADO E TRABALHADORES

### 2.1 A organização ocupacional com base no *Recenseamento Geral do Brasil de 1872 e 1920* e dos *Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário Do Estado do Ceará, entre 1900 e 1910*

A Proclamação da República, em 1889, a partir das reflexões de Flores, ocorreu em meio a novos símbolos e heróis, assim como mudanças nos modos de organização institucionais e administrativos. Ocorreram, assim, modificações sensíveis na linguagem, na qual as províncias passaram a ser chamadas de estados federados. O Império do Brasil denomina-se, a partir desse período, como República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, de modo que as primeiras iniciativas republicanas iam de encontro com as tradições da Monarquia Brasileira, que eram percebidas para alguns setores, baseadas em decisões unilaterais e em interesses privados. A Instituição Monárquica sustentava a escravidão e o Poder Moderador, que para alguns grupos, era visto como arcaico e ultrapassado. A construção da República deveria acontecer baseada na coletividade nacional, na qual todos seriam percebidos a partir das ideias de cidadania.<sup>35</sup>

Nesse sentido, a partir das discussões propostas por Ellen Wood, a existência do capitalismo acontece por meio de um contínuo processo de produção de valor, relacionado com o trabalho e sua subalternização. De modo que são os trabalhadores livres que sustentam a relação capital e trabalho, a partir da extração de mais valor, na qual a esfera econômica é interseccionada com as relações sociais. O Estado, nesse sentido, funciona como uma força indispensável na consolidação desses processos, mantendo condições favoráveis para a expansão de relações capitalistas.<sup>36</sup> Nesse sentido, em diálogo com Jacques Revel, as possibilidades de observações de experiências sociais em escalas produzem recursos de conhecimentos que podem ser utilizados como estratégias diversas de investigação. As amostras e os recortes, em níveis nacionais e locais, apresentam aspectos do conjunto no qual sujeitos e grupos fazem parte, transformando as possibilidades de análise social. A micro-história como metodologia de pesquisa, dessa forma, permite compreender experiências

---

<sup>35</sup> FLORES, E. C. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, J; DELGADO, L.A.N. (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 51-52.

<sup>36</sup> WOOD, E. H. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 22-24.

particulares, individuais ou coletivas, em meio à multiplicidade de espaços, tempos e relações nos quais esses sujeitos estão inseridos.<sup>37</sup>

Pensando sobre as dimensões do trabalho no período republicano, a partir dos estudos de Pesavento, é possível refletir sobre novos limites e disciplinas impostos para a sociedade do trabalho organizada no período, principalmente, devido ao assalariamento e a relação patrão-empregador.<sup>38</sup> Em diálogo com Costa, é possível perceber que existiam, no início do século XX, diferentes significados para as práticas de trabalho, que por vezes, assumiram significados positivos, relacionados ao desenvolvimento de uma condição moral, intelectual e material de produção e existência. Essas percepções surgiam de um processo de consolidação de uma ordem burguesa no país.<sup>39</sup> Assim, pensando diálogos com os estudos de Ângela Gomes, o processo de elaboração e implementação da legislação social, trabalhista e previdenciária, pensado nos últimos anos da década de 1920, consolidou mudanças na ordem liberal burguesa, regulamentando, por meio de normas jurídicas, a compra e venda de trabalho como mercadoria. Dessa forma, os primeiros anos do início do século podem ser pensados como a ausência de direitos sociais, sobretudo, relacionados à dimensão do trabalho.<sup>40</sup>

Nesse sentido, quando direcionamos nosso olhar para os dicionários do início do século XX, é possível refletir sobre possibilidades de interpretações relacionadas com práticas de trabalho existentes, sendo percebidas de forma positiva, como um esforço intelectual e físico. Em conjunto, eram definidas como serviços executados por meio de atividade física, perpassados pela fadiga, cansaço e aflições, sendo realizadas a partir da ação de um maquinismo, ou mesmo da transformação mecânica de agentes naturais. Esses serviços podem ser percebidos a partir de práticas realizadas por trabalhadores no espaço da cidade, que ao longo da Primeira República, sobreviviam por meio do trabalho físico e mal remunerado. Esses processos possuem particularidades próprias, em estados e regiões, no entanto, mantém diálogos com as sensibilidades de progresso e civilização relacionadas à nova moral do trabalho. De acordo com o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de 1913, a dimensão do *trabalho* era entendida como:

**Trabalho.** s. m. Aplicação da atividade intelectual ou física. Serviço. Fadiga. Ação de um maquinismo. Resultado dessa ação. Resultado de um serviço ou da atividade

<sup>37</sup> REVEL, J. Microanálise e a construção do social. In: REVEL, J (org.) **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 20-21.

<sup>38</sup> PESAVENTO, S. J. Trabalho Livre e Ordem Burguesa: Rio Grande do Sul (1870-1900). **Revista História**, São Paulo, p. 135-151, jan/jul. 1989

<sup>39</sup> COSTA, E. V. *op. cit.*, p. 299.

<sup>40</sup> GOMES, A. C. **Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: 7letras, 2014. P. 33 - 50

física ou moral do homem. Labutação. Cuidado ou esmero em qualquer serviço. Aflição, inquietação. Exercício. Obra que está por fazer-se ou em via de execução. Maneira com que se exerce a atividade intelectual ou material. Ação mecânica dos agentes naturais. Físico. Fenômeno orgânico no interior de tecidos. Discussões ou deliberações. Empreendimentos gloriosos e fatigantes. Aflições, cuidados: acabaram-se as penas e o trabalho.<sup>41</sup>

Dessa forma, a partir das reflexões propostas por Jacques Le Goff, os monumentos surgem de um esforço em apresentar ao futuro, por meio de relações de forças, uma imagem construída de si própria, por meio de movimentos voluntários ou involuntários. Empreendidos por sociedades ao longo do tempo, esses monumentos estão relacionados a um lugar de poder e a uma intenção de edificação.<sup>42</sup> Em diálogo com as reflexões propostas por Cerutti, alguns processos de classificação social, como os modos oficiais de classificação ocupacional, têm como objetivo instituir um lugar de verdade e saber, ao definir grupos e indivíduos a partir de práticas de trabalho em comum. A análise de categorias socioprofissionais e a divisão da população por setores de atividades são importantes para compreender as orientações econômicas da cidade e, implicitamente, os desenhos sobre os processos de estratificação existentes no tecido social.<sup>43</sup>

Assim, a partir da análise de fontes oficiais, como *Recenseamento Geral do Brasil* de 1872 e 1920, em dimensão nacional, e os *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, produzidos entre 1889 e 1915, em dimensão local, é possível compreender indícios sobre as construções relacionadas à organização ocupacional existente neste período, assim como a constituição da ideia de trabalho e suas implicações no tecido social diverso e complexo existente ao longo do período em estudo. Entendendo a multiplicidade de trabalhadores existentes durante a Primeira República, direcionamos nosso olhar, por meio de uma metodologia comparativa, para os lugares ocupados por carroceiros e carregadores dentro da produção de sentidos oficiais, buscando compreender, a partir de documentos oficiais de produção nacional e local, os processos de definições laborais empreendidas no período.

As reflexões propostas por Cerutti apontam que a análise da linguagem para a compreensão dos processos de estratificação social só é possível quando se compreende, também, as dinâmicas sociais existentes. O discurso, em um primeiro momento, permite refletir

<sup>41</sup> FIGUEIREDO, C. Verbete trabalho. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1913. [n.p.]

<sup>42</sup> LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996. P. 462 - 470.

<sup>43</sup> CERUTTI, S. A construção das categorias sociais. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998. p. 234.



sobre os modos de diferenciação utilizados no passado, sobretudo, os relacionados às profissões e ocupações. O vocabulário e os critérios construídos para a classificação profissional, quando analisados por historiadores, permitem compreender sua gênese e utilização, em meio aos conflitos nos quais emergem dadas categorias. No entanto, essas questões precisam ser inseridas e refletidas em meio ao tecido social. A construção da categoria “socioprofissional”, em alguns períodos foi percebida como uma identificação individual, com reflexos nas construções de estatutos sociais, que, no entanto, por vezes, não possuíam diálogos com a ação desses atores na experiência cotidiana.<sup>44</sup>

Sendo assim, quando direcionamos nosso olhar para os *Recenseamento Geral do Brasil*, construídos em 1872 e 1920, assim como documentos oficiais produzidos pela administração municipal da cidade de Fortaleza, como os *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, produzidos entre 1889 e 1915, e o *Código de Postura Municipal*, produzidos em 1893 e 1933, é possível perceber como as classificações relacionadas ao mundo do trabalho são insuficientes para a compreensão da complexidade de trabalhadores existentes no espaço urbano. As categorias ocupacionais e socioprofissionais, construídas em níveis nacionais e locais, não contemplavam a heterogeneidade das práticas de trabalho existentes no período e não possuíam sustentação na realidade social existente.

A partir dos estudos de Diego Bissigo, sobre o *Recenseamento Geral do Brasil*, produzido em 1872, em diálogo com as reflexões de Le Goff, é percebido como documento, pois foi construído com a finalidade de definir e classificar a população brasileira, distribuídas em diversos territórios, consistindo em um documento administrativo e um monumento, construído pelo Estado Imperial Brasileiro e deixado às sociedades do futuro.<sup>45</sup> A construção desse documento evidencia as primeiras tentativas oficiais de organizar informações sobre as 20 províncias existentes no Império. Nele, foram catalogados dados de municípios e freguesias das províncias, entre homens e mulheres, escravos e livres, das mais diversas cores e ocupações, buscando compreender o estado “político”, “intelectual” e “moral” e observando a condição agrícola, industrial e comercial. Esse recenseamento tinha as paróquias como pontos indispensáveis de recolhimento e coleta de informações. Os habitantes eram definidos a partir de classificações diversas, como sexo, raça, idade, religião, nacionalidade e profissões, que, em conjunto, explicariam o que seria a população e o território do período. Essas classificações,

---

<sup>44</sup> CERUTTI, S. op. cit., p. 234.

<sup>45</sup> BISSIGO, D. N. A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”: a estatística no Brasil Imperial e a produção do recenseamento de 1872. Dissertação em História. 203 f. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós - Graduação em História. 2014. p. 16.

pensadas a partir de categorias gerais e pouco incisivas, não contemplavam a heterogeneidade social e econômica existentes no Império.<sup>46</sup>

Em diálogo com os estudos de Juliana Linhares, sobre trabalhadores pobres na cidade de Fortaleza, a partir do *Recenseamento Geral do Brasil*, de 1872, na Província do Ceará, existiam ocupações e modos de sobrevivência diversos, classificados em grupos ocupacionais diferenciados socialmente, politicamente e economicamente. Junto às profissões liberais, que incluíam os religiosos e juristas, existiam advogados e oficiais de justiça, além de médicos, farmacêuticos, professores e homens de letras, empregados públicos e artistas. Em uma categoria sem título, estavam militares, marítimos, pescadores, capitalistas e proprietários. Já as profissões industriais e comerciais, de acordo com esses dados, incluíam atividades manufactureiras, fabricantes, comerciantes e caixeiros. Com base nesse documento, existiam profissões manuais e mecânicas, como os operários de tecidos, metais, madeiras, edificações, couros e peles, tinturaria, vestuário, chapéus e calçados. Junto às profissões agrícolas, estavam os lavradores e criadores. Entre os assalariados, existiam os criados e os jornaleiros. À margem das classificações laborais estavam as empregadas domésticas e aqueles sem profissão, divididos entre homens e mulheres, de idades variadas.<sup>47</sup>

Dessa forma, a organização de forças produtivas e da atividade econômica mantém diálogo com a organização ocupacional e as classificações socioprofissionais em documentos oficiais. O discurso produzido pelo Estado apresentou, por meio de dados oficiais e diversos, com intencionalidades específicas, novas possibilidades de classificação para ocupações e modos de sobrevivência. Em um movimento de definição e classificação confusas, essas ocupações eram percebidas em lugares sociais específicos e, muitas vezes, excludentes. A classificação institucional, muitas vezes, contribui para uma identificação individual baseada no lugar profissional ocupado. As classificações ocupacionais, dessa forma, funcionam como um instrumento de interpretação da realidade, a partir do Estado, em que os processos de elaboração, aplicação e processamento de dados oficiais mantêm diálogos com as discussões científicas positivistas que organizavam a interpretação da realidade no período.

---

<sup>46</sup> *Ibid*, p. 91.

<sup>47</sup> LINHARES, J. M. **Entre a casa e a rua**: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza. 2011. Dissertação (Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. p. 40 - 52. Essas informações estão disponíveis também em: RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. Império do Brasil. 1872. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso em: 29 set. 2018 p. 50-52.

Neste sentido, por meio da análise do *Recenseamento Geral do Brasil*, realizado em 1920, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, é possível refletir sobre um aprofundamento da sistematização de dados sobre atividades econômicas desenvolvidas no campo e na cidade. É possível perceber a incorporação de categorias econômicas diversas, com o objetivo de compreender a dimensão do processo produtivo no país. Nesse período, foi produzido o 4º Censo Geral da População e o 1º Recenseamento da Agricultura e das Indústrias, que apresentavam informações quanto ao capital empregado em indústrias ao longo do ano, o número de estabelecimentos industriais e agrícolas, além da mão de obra utilizada. Uma tentativa censitária semelhante ocorreu no ano de 1907, por iniciativa do Centro Industrial do Brasil<sup>48</sup>, sendo disponibilizado em 1908, em comemoração ao centenário da abertura dos portos nacionais ao comércio mundial, ocorrido em 1808.<sup>49</sup>

Assim como no *Recenseamento Geral do Brasil*, produzido em 1872, no *Recenseamento Geral do Brasil*, de 1920, um dos modos de classificação da população era por meio da ocupação exercida. A partir desse documento é possível perceber que a organização ocupacional do país ganhava novos contornos. Os trabalhadores, com suas profissões, ocupações e modos de sobrevivência eram classificados tendo como ponto de partida um conjunto limitado de atividades produtivas existentes no período. Essas definições eram insuficientes para compreender a heterogeneidade de práticas laborais no país, pois levava em consideração, principalmente, setores da indústria nacional em processo de expansão a partir das últimas décadas do século XIX. Eram classificações engessadas e excludentes, no entanto, produzidas pelo Estado e entendidas dentro de parâmetros oficiais, que moldavam e ajudavam a definir a estrutura oficial laboral existente nas primeiras décadas do século XX.<sup>50</sup>

Nesse sentido, a partir dos estudos de June Hahner, sobre pobres urbanos na cidade do Rio de Janeiro, existia uma quantidade expressiva de empregos, sobretudo, não qualificados. O

<sup>48</sup> O **Centro Industrial do Brasil** foi fundado em 1904, na cidade do Rio de Janeiro, resultado da fusão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) e do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão. Atuavam junto às principais discussões políticas sobre a indústria nacional, tendo uma ação próxima às atividades desenvolvidas no Rio de Janeiro. Sobre o assunto, consultar o Dicionário histórico-biográfico da Primeira República, disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em: 24 fev. 2019.

<sup>49</sup> O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi uma pasta criada em 29 de dezembro de 1906, atuando em três grandes eixos, relacionados à agricultura, indústria e comércio. Esse ministério sofreu modificações em 1930, sendo transformado e dividido em Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e Ministério da Agricultura. Sobre o assunto consultar o acervo do MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira –, organizado pelo Arquivo Nacional e disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/527-ministerio-da-agricultura-industria-e-comercio-1906-1930>. Acesso em: 18 mai. 2018.

<sup>50</sup> RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. 1920, p. 75 - 84. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>> Acesso: 15 set. 2020.

processo de industrialização, ao final do século XIX e início do século XX, ocorreu de modo lento e irregular, sendo percebido a partir da atividade de pequenas oficinas e fábricas, produzindo, dessa forma, com poucas oportunidades laborais entendidas como formais ou qualificadas.<sup>51</sup> Propondo um diálogo com os estudos de Cláudio Batalha, sobre movimento operário durante o período da Primeira República, o conjunto de pesquisas históricas sobre a temática de trabalhadores operários reforça a multiplicidade de experiências e expressões relacionadas com setores de produção, diversidade de origem de trabalhadores e especificidades e dinâmicas regionais, em meio a correntes ideológicas e formas de organização.<sup>52</sup>

A partir da análise do *Recenseamento Geral do Brasil, de 1920*, é possível refletir que o processo de mecanização de atividades, o assalariamento e a expansão industrial ocorreram de modo lento e irregular em diversas regiões do país. A classificação da atividade produtiva do período levava em consideração os tipos de atividades desempenhadas, o capital empregado, a quantidade de operários vinculados às atividades e o gênero. Eram considerados grupos de indústrias "têxteis, couros, peles e outros materiais do reino animal, madeiras, metalurgia, cerâmica, produtos químicos, alimentação, vestuários, mobiliário, edificação, construção de aparelhos de transporte, produção e transmissão de forças físicas, indústrias relativas às ciências, letras e artes". Esse documento trazia informações sobre capitais empregados por estados e quantidade de mão de obra empregada nas diversas indústrias.

Por meio das informações sobre *Pessoal Empregado*, presente nos *Recenseamento Geral do Brasil, de 1920*, é possível compreender a existência de grandes categorias de trabalho, com números expressivos de trabalhadores. A partir das categorias de "exploração do solo e do subsolo, extração de materiais minerais, indústrias em geral, indústria de transportes, comércio, força pública, administração pública, profissões liberais, serviço doméstico, quem vive de suas rendas, sem profissões definidas ou inatividade, profissões mal definidas", é possível aprofundar a compreensão sobre as diversas formas de empregos existente no período. Algumas categorias apresentam números expressivos e funcionam de modo polissêmico. Não apresentam informações sobre a diversidade de empregos e ocupações relacionadas aos grandes

<sup>51</sup> HAHNER, J. **Pobreza e Política**: os pobres urbanos no Brasil (1870 - 1930). Brasília: Ed. Universidade de Brasília. p. 199.

<sup>52</sup> BATALHA, C. H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000, p. 8 - 9

grupos ocupacionais existentes no período. Alguns números são importantes para a discussão proposta e podem ser visualizados a partir do quadro abaixo:<sup>53</sup>

Quadro 1 – Formas de empregos reconhecidas a partir do Recenseamento Geral do Brasil de 1920

<b>Formas de empregos reconhecidas pelo Estado</b>	
Exploração do solo e do subsolo	6.376.880
Extração de materiais minerais	74.650
Indústrias em geral	1.189.357
Indústria de transportes	253.587
Comércio	497.548
Força pública	97.712
Administração pública	40.167
Profissões liberais	168.879
Serviço doméstico	373.879
Que vivem de suas rendas	40.790
Sem profissões definidas ou inatividade	21.444.561
Profissões mal definidas	416.568

Fonte: Elaborado a partir do Recenseamento Geral do Brasil de 1920.

Dessa forma, os Recenseamentos de 1872 e 1920 registram, oficialmente, a partir de números e categorias, o esforço de industrialização e modernização empreendido no Império e, posteriormente, no período republicano. Os processos de definição e classificação de ocupações contribuíram para a formação do que seria a dimensão do trabalho qualificado nesse período. No entanto, esses elementos classificatórios excluía uma parcela de trabalhadores que, na contramão da expansão das relações capitalistas, não foram absorvidos por essa nova organização do trabalho, sobrevivendo por meio de práticas de trabalho incertas. Esses processos de classificação não dialogavam com a realidade existente nas diversas regiões brasileiras e nas cidades portuárias em processos de expansão, tampouco com as atividades tradicionais desenvolvidas no complexo tecido social existente nesse recorte de tempo. A transcrição da fonte permite evidenciar a complexidade do levantamento feito, assim como a dificuldade de precisão:

PESSOAL EMPREGADO. Segundo os resultados do censo demographico (já divulgados em resumo pela Directoria Geral de Estatística), dos 30.635.605 habitantes recenseados no Brazil em 1 de Setembro de 1920, 6.376.880 consagravam a sua actividade na exploração do sólo e do sub-sólo, 74.650 na extracção de matérias mineraes, 1.189.357 na indústria em geral, 253.587 especialmente na indústria de

<sup>53</sup> RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL, *Ibid.*, p. 81. Acesso em: 25 set. 2017.

transportes, 497.548 no commercio, 88.363 como elementos da força pública, 97.712 na administração pública, 40.167 na administração particular, 168.879 nas profissões liberais, 373.879 no serviço doméstico; vivendo 40.790 de suas rendas e 21.444.561 sem profissão definida ou em inatividade (profissões mal definidas 416.568, profissões não declaradas e sem profissão, inclusive os menores de 14 anos, 21.027.993). Eliminados os menores de 14 anos (12.631.575) e excluídas as mulheres sem profissão declarada (7.372.264), ficará reduzido o número dos desocupados a menos da vigésima parte (1.024.154). Relativamente a nacionalidade e ao sexo, assim se distribuía a população, em 1920, conforme as suas diferentes ocupações.<sup>54</sup>

Compreender os desenhos ocupacionais existentes a partir de levantamentos populacionais e dados demográficos contribuem para a discussão proposta pois permitem visualizar, a partir de categorias profissionais, as ocupações e formas de sobrevivência que possuem um lugar laboral definido, entre tantos outros que, em contrapartida, são entendidos como indefinidos. Entendemos essas classificações e desclassificações com ecos e reflexos junto ao tecido social. Tendo em vista o conjunto de atividades que, no desenrolar das primeiras décadas do século XX, eram entendidas como produtivas e definidas, nos interessa compreender, a contrapelo e em dimensão local, o conjunto de atividades que, por diversos motivos, não foram inseridas nessa classificação, com seus modos de sobrevivência negligenciados pelos levantamentos públicos. Seriam trabalhadores inseridos junto a práticas de trabalho entendidas e classificadas como produtivas, no entanto, com suas ocupações desconhecidas pelo Estado. A não inserção em categorias profissionais e ocupacionais definidas apontava para um lugar de indefinição laboral, com reflexos nas condições sociais e materiais de existência.

Nesse sentido, a partir dos estudos de June Hahner, sobre trabalho urbano nesse período, existiam limites e diferenciações sociais específicas relacionadas às ideias de trabalho qualificado e trabalho sem qualificação. Essas diferenciações eram pensadas a partir de ocupações qualificadas, inseridas na dinâmica regular de trabalho e que constituíam, portanto, profissões; e ocupações não qualificadas, realizadas a partir de atividades incertas, cotidianas e não inseridas no tempo regular industrial das fábricas e oficinas. A organização produtiva regular não era suficiente para absorver a quantidade de trabalhadores existentes no período, de modo que uma quantidade expressiva da população pobre improvisa modos de sobrevivência precários e diversos. Apesar da diferença de especialização, os trabalhadores pobres, qualificados ou não, experimentaram condições semelhantes de pauperismo.<sup>55</sup>

<sup>54</sup> RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL. 1920 *Ibid.*, Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>> Acesso: 25 set. 2017. p. 81.

<sup>55</sup> HAHNER, J. *op. cit.*, p. 199.

Pensando essas questões em diálogo com os estudos de Alexandre Barbosa, sobre formação do mercado de trabalho no Brasil, as mudanças no mercado de trabalho na Região Nordeste ocorreram de modo lento, antes do período da abolição, aproximadamente em 1850, com o fim do tráfico de escravizados, sendo solidificado, parcialmente, nas primeiras décadas do século XX. Os vínculos patriarcais eram expressivos em relação ao assalariamento, tendo reflexos nas relações sociais, no campo e na cidade. A demanda de trabalho em retração não possuía perspectivas para atração de imigrantes, de modo que a ida de escravizados para outras regiões era resultado da precariedade da inserção regional na economia externa, o que contribuiu para baixos salários e empregos temporários, como o de jornaleiros, com pagamentos diários.<sup>56</sup>

Sendo assim, a partir dos estudos de Milton Santos, sobre a urbanização brasileira, o processo econômico aconteceu de modo diferenciado, por meio de vicissitudes e dinâmicas econômicas, sociais e territoriais de cada estado, ocorrendo em diálogo com a expansão de cidades portuárias, como Fortaleza, Recife, Salvador, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, que, nesse período, tinham entre 50.000 a 500.000 habitantes.<sup>57</sup> Nesse sentido, em diálogo com os estudos de Zenilde Amora, cidades como Salvador e Recife exportavam diversos produtos da região nordeste, como açúcar, tabaco, fumo e cacau. A cidade de Fortaleza foi inserida nessa dinâmica a partir do escoamento da produção de algodão. A economia local existia a partir de atividades classificadas como industriais, mas também, daquelas excluídas desta definição. Em conjunto, eram indicadores da tentativa de consolidação de um mercado de produção e consumo interno, empregando recursos financeiros e trabalhadores diversos.<sup>58</sup>

A partir das reflexões propostas por Frederico Neves, sobre saques e outras ações de massa no Estado do Ceará, a realidade social da cidade de Fortaleza, durante as últimas décadas do século XIX, é atravessada por um processo expressivo de aumento populacional, relacionado aos períodos de secas existentes no período. Muitas famílias de camponeses seguiam em direção à capital da Província, em busca de possibilidades de sobrevivência diante da ausência de chuvas que afetaram a agricultura e a alimentação no campo. A presença progressiva desses sujeitos desperta sensibilidades diversas para os habitantes do espaço urbano, pois, emergem conflitos e tensões relacionados ao projeto de cidade moderna e civilizada idealizado por setores ilustrados e abastados. Assim, a cidade projetada em ruas planas e paralelas, vê-se com grupos

---

<sup>56</sup> BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008. p. 146-147.

<sup>57</sup> SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 17 - 27.

<sup>58</sup> AMORA, Z. B. *op. cit.*, 1989. p.121 - 128.

familiares pobres, em busca de recursos, possibilidade de trabalho e alternativas de subsistência. A temática climática da seca, dessa forma, afetou tanto os camponeses, que ficavam sem possibilidades de plantio, quanto os moradores da cidade, que lidavam com a chegada expressiva desses sujeitos ao longo dos anos.<sup>59</sup>

Nesse sentido, os estudos de Priscilla Queiroz sobre produção e comercialização de alimentos em Fortaleza, nesse período, apontam que a organização do trabalho urbano era intermitente e diversa. Muitos trabalhadores que não estavam inseridos em dinâmicas consideradas definidas sobreviviam por meio de práticas incertas, desempenhando atividades múltiplas. Eles trabalhavam com venda de água, venda de mercadorias nas ruas, atividades domésticas diversas, ou transportando materiais, cargas e conduzindo veículos de tração animal. Eram atividades mal remuneradas, que demandam esforço físico e que, apesar de uma condição de subalternidade, existiam dentro dos movimentos de posituação do trabalho construídos no período em contraposição às formas de emprego com o tempo do trabalho regular.<sup>60</sup>

A partir das contribuições historiográficas apontadas, em diálogo com a análise de documentos produzidos localmente, como os *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, produzidos entre 1889 e 1915, e o *Código de Postura Municipal*, produzidos em 1893 e 1933, é possível compreender novos desenhos de classificação ocupacional, impulsionados por forças sociais diferentes, como a administração municipal. Buscamos refletir sobre processos de especificação profissional, orientado por intencionalidades diversas, mas que, em conjunto, contribuem nos processos de classificação e desclassificação laborais existentes na cidade. É importante perceber que a definição profissional e ocupacional mantém diálogo com a expansão de dispositivos públicos, sendo utilizada, também, como instrumento de diferenciação social.

Pensando os *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará* como fonte, a partir dos estudos de Débora Macambira, sobre os almanaques no Ceará, entre 1870 e 1908, esses documentos, entre diversas funcionalidades, apresentavam uma sensibilidade em relação à medição do tempo, por meio de calendários diversos. A sua produção e circulação ocorriam em meio a diversos periódicos e materiais impressos, de modo que sua leitura era importante para grupos diversos de trabalhadores e

---

<sup>59</sup> NEVES, F.C. **A multidão e a história:** saques e outras ações de massa no Ceará. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2000, p. 25 - 56.

<sup>60</sup> QUEIROZ, P. R. C. *op. cit.*, p. 58.



comerciantes da cidade. Eram impressas em tipografias na cidade, desde 1870, sendo considerado um documento oficial.<sup>61</sup> Traziam em suas páginas informações sobre “cômputo eclesiástico, festas móveis e têmporas, marcações do tempo a partir do sol, da lua, das estações, com origens antigas e usos religiosos, litúrgicos”<sup>62</sup>

Outras informações presentes nos *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, produzidos entre os últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX, apontam para informações diversas sobre ocupações existentes na cidade de Fortaleza. De acordo com esses documentos, o processo produtivo existente na cidade dividia-se entre produção, transformação e emprego de matérias-primas, a partir de atividades nos setores metalúrgico, têxtil, madeireiro, alimentício e de óleos e vegetais.<sup>63</sup> Existia, assim, um contínuo processo de divisão do trabalho, com o surgimento de diversas categorias profissionais, situadas dentro do espaço de fábricas e oficinas, em atividades regulares e, por vezes, qualificadas. Uma das formas de diferenciação de práticas de trabalho acontecia por meio da qualificação profissional e da realização de atividades específicas. Eram realizadas por trabalhadores diversos, entendidos como operários jornaleiros, sendo consideradas industriais, mesmo que não fossem realizadas de modo regular. Eram atividades com outros regimes de tempo e salário, compondo as diversas categorias profissionais existentes no período.<sup>64</sup> A partir da análise dos quadros ocupacionais e profissionais existentes nesses documentos, entre 1900 e 1908, é possível organizar as práticas de trabalho da seguinte forma:

---

<sup>61</sup> MACAMBIRA, D.D. *op. cit.*, p. 40 - 140

<sup>62</sup> *Ibid.*, 40 - 41

<sup>63</sup> ALMANAQUE ADMINISTRATIVO, ESTATÍSTICO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza: Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico. Edição 1902. [n.p.]

<sup>64</sup> ALMANAQUES ADMINISTRATIVO, ESTATÍSTICO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza: Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico. Edição 1900-1908. [n.p.]

Quadro 2 - Formas de empregos reconhecidas a partir do Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, entre 1900 e 1908

Divisão das formas de trabalho na cidade de Fortaleza				
Transformação do espaço físico	Artes e Letras	Alimentação	Cuidados Pessoais	Produção Interna
Fundição	Pintores	Pães	Corte de Cabelos	Tecidos
Marmoraria	Desenhista	Destilação	Corte de Barba	Fiação
Entalharia	Fotógrafo			Produção de Redes
Ferreiros, Torneiros e Funileiros	Produção e Encadernação de livros			
Seleros	Encadernação			
Empreiteiros de Obras				

Fonte: Elaborado a partir do Almanaque Estatístico e Literário do Ceará. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, entre 1900 – 1908.

Nesse sentido, os estudos de Juliana Linhares apontam que a presença de categorias socioprofissionais nos *Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará* ocorria mediante pagamento de taxas de inscrição, uma prática restrita a trabalhadores com profissões específicas e consolidadas, diferente de ocupações intermitentes.

<sup>65</sup> Dessa forma, de acordo com esse documento, parte dos trabalhadores urbanos da cidade de Fortaleza estavam inseridos em formas de empregos diversas, situadas na produção de redes, fiação, tecidos, pães, destilação, cigarros, produção de livros, encadernação, além de cuidados pessoais, como cabeleireiro e barbeiros, ou produção de móveis e bens de consumo, realizados em marcenarias, carpintarias, ourivarias. Relojoeiros, alfaiates, marmoristas, fundição, entalhador, fotógrafos, sapateiros, ferreiros, funileiro, torneiro, barulheiro, *selleros*, pintores, desenhistas, tintureiros empreiteiros de obras, marchantes, dinamizaram as profissões e ocupações existentes na cidade. Em conjunto, eram consideradas atividades industriais, apesar de não utilizarem, em sua maioria, máquinas e equipamentos de produção, sendo realizadas de modo artesanal e manufatureiro. Algumas outras atividades eram inseridas na produção industrial, de modo intermitente, a partir de jornadas, suprindo a necessidade de mão de obra

<sup>65</sup> LINHARES, J.M. *op. cit.*. p. 87.

existente. Apareciam de modo desordenado, longe dos esforços de classificação empreendidos pelos censos oficiais e nacionais. Existiam, portanto, modos de classificação diferenciados, em dimensão nacional e estadual.<sup>66</sup>

Essas atividades constituíam as profissões e os ofícios tidos como regulares e qualificados, instituindo um lugar social diferenciado em relação aos trabalhadores não inseridos nessa dinâmica produtiva, significando um forte elemento de diferenciação social devido à sua regularidade e qualificação. Muitos se organizaram entre si, a partir de sindicatos e associações, praticando a solidariedade entre os membros e protegendo os interesses de ofício. Nesses espaços, compartilhavam demandas e experiências em comum, impulsionando as primeiras iniciativas de organização do movimento operário. Sofriam longas jornadas de trabalho, baixos salários e toda uma condição de pobreza cotidiana, como acesso à moradia e alimentação. No entanto, diversas outras práticas permaneciam em processos de organização social e percebendo suas condições materiais de existência por meio do trabalho realizado.<sup>67</sup>

Assim, a partir dos estudos de Nicolau Sevecenko, pensando a realidade social da cidade do Rio de Janeiro, em contraposição às profissões definidas e por meio de literatura como fonte, é possível refletir sobre as diversas ocupações e modos de sobrevivência que, cotidianamente, eram improvisadas nas cidades cosmopolitas e em expansão. Seriam as “profissões da miséria, como trapeiros, divididos entre duas possibilidades, os papeleiros e os cavaqueiros, que buscavam objetos e materiais para venda em lixos; chumbeiros, que aproveitavam chumbo; caçadores de gatos, que vendiam animais para restaurantes, como se fossem coelhos; coletores de botas e sapatos; apanhadores de rótulos e selistas; ratoeiros, que compravam ratos vivos ou mortos para revenda; vendedores ambulantes; entre outros, com diferenciações entre as cidades e as regiões, em diálogo com os processos de expansão específicos existentes nas cidades.” Em conjunto, nas diversidades de possibilidades, eram ocupações ignoradas, mas que transitavam livremente pela cidade, devido a sua importância e utilização em diversos setores e espaços.<sup>68</sup>

Nesse sentido, pensando a realidade social da cidade de Fortaleza, é possível perceber que uma quantidade expressiva de ocupações urbanas, como engraxates, sapateiros, lavadeiras,

<sup>66</sup> ALMANAQUES ADMINISTRATIVO, ESTATÍSTICO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza: Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico. 1900-1908. [n.p.]

<sup>67</sup> Uma possibilidade de reflexão sobre a organização operária em Fortaleza é possível por meio da consulta do trabalho de PARENTE, E. O. **Operários em movimento**: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceara Light (Fortaleza, 1917-1932). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.

<sup>68</sup> SEVECENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. p. 60-61.

carroceiros, entre outras, estavam ausentes, também, dos *Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, fonte oficial que, no período, apresentavam sistematizações sobre a organização social da cidade. Percorrer o caminho de evidenciar essas ausências é importante, pois, a presença desses trabalhadores existe, em sua maioria, somente em documentos de regulamentação do espaço da cidade e, por vezes, em crônicas, queixas e documentos policiais. Pensando sobre o objeto de estudo proposto, e dentro do conjunto de fontes apresentadas, encontramos a incidência de carroceiros e carregadores, somente, nos *Códigos de Posturas Municipais*, produzidos entre 1893 e 1932, pelo poder municipal. Nesses documentos, esses trabalhadores emergem como objeto de multas e normatizações diversas, acompanhadas de pagamentos de impostos e controle progressivo relacionado ao deslocamento pela cidade.<sup>69</sup>

Dessa forma, pensando as diversas categorias de trabalho de forma dialógica, a partir dos estudos de Eric Hobsbawm, sobre história operária, é possível refletir sobre a existência de uma “*aristocracia do trabalho*”, compreendida como uma categoria social dentro da classe trabalhadora, com melhores condições sociais e materiais. A sua formação, como um todo, está diretamente relacionada com o desenvolvimento de diferentes forças produtivas.<sup>70</sup> É possível direcionar nosso olhar para as categorias de trabalho que estão a contrapelo da “*aristocracia do trabalho*”, com piores condições de trabalho e sobrevivência. Essas reflexões são importantes pois, em diálogo com os estudos de Karl Polanyie, a organização das relações de trabalho, produzidas junto à expansão industrial, foram vistas como produtoras de empregos, no entanto, de modo lento e insuficiente, devido ao expressivo número de mão de obra disponível. O aumento de desemprego e subempregos, em contrapartida, acontece de modo crescente, com consequências relacionadas com aumento do pauperismo, sobretudo urbano. Esse processo ocorreu em diversos países, que, cedo ou tarde, experimentaram uma expansão econômica industrial, e possui vicissitudes e particularidades próprias, marcadas por características econômicas, políticas e sociais diversas.<sup>71</sup>

<sup>69</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DE 1872. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso: 27 set. 2019 . CAMPOS, E. **Fortaleza Provincial**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. 1932. Fortaleza. Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica. Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

<sup>70</sup> HOBBSAWN, E. A aristocracia operária reexaminada. In: HOBBSAWN, E. **Mundos do Trabalho**: Novos estudos sobre a História Operária. São Paulo: Paz e Terra, 2015. P. 377 - 416

<sup>71</sup> POLANYI, K. *op. cit.*, p. 89 - 98.

Nesse sentido, buscamos argumentar a partir dos Recenseamentos Gerais do Brasil, entre 1872 e 1920, em dimensão nacional, em diálogo com os *Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, produzidos entre 1900 e 1908, em dimensão local, que os processos de classificações socioprofissionais eram insuficientes para a realidade complexa existente. Existiam imprecisões em levantamentos nacionais e locais, de modo que trabalhadores pobres, compreendidos como à margem da organização regular do trabalho, não encontram representação ou lugares dentro desses documentos. Apesar de não serem considerados definidos e produtivos para o discurso oficial, os trabalhadores objeto desse estudo, carroceiros e carregadores, emergiram a partir dos Códigos de Posturas Municipais, produzidos entre 1893 e 1933. Progressivamente, a administração municipal regula e controla os instrumentos de trabalho, como as carroças, com medidas específicas, assim como taxas e matrículas para circular pela cidade.

Em diálogo com os estudos de Sidney Chalhoub, sobre o cotidiano dos trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro ao longo da primeira república, o mundo do trabalho no período pós-abolição é entendido com base em diversos modos de venda e produção de trabalho. Nesse sentido, a relação entre trabalhador despossuído, dono de sua capacidade de trabalho, e capitalista ativo, dono dos meios de produção, não é suficiente para compreender a organização do “mercado de trabalho” em formação após a abolição da escravidão.<sup>72</sup> Em diálogo com as reflexões propostas por Marcel Linden, diferente da conceituação clássica de trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho, é possível refletir sobre alguns modos de mercantilização de mão de obra. De modo que as relações de trabalho existem a partir de diversas possibilidades, para além do assalariamento, situadas no tempo e no espaço da experiência histórica<sup>73</sup>

Pensando essas reflexões em diálogo com a produção de *Códigos de Posturas Municipais*, entre 1893 e 1933, apontam para um conjunto de normatizações sobre os espaços físicos da cidade, assim como, para trabalhadores que improvisam suas práticas de trabalho por meio de ruas e bairros. As legislações e normas incidem sobre ocupações e modos de sobrevivência existentes no espaço urbano. As atividades qualificadas, em sua maioria, como profissão, arte ou ofício, eram condicionadas ao pagamento de impostos, por meio de uma taxa para o livre exercício de sua atividade. A fiscalização era estendida, progressivamente, para ocupações exercidas cotidianamente pelas ruas da cidade, como ambulantes, carroceiros e

---

<sup>72</sup> CHALHOUB, S. *op. cit.*, p. 65.

<sup>73</sup> LINDEN, M. V. *op. cit.*, p. 30.

lavadeiras que, em conjunto, sofriam condicionamentos municipais sobre o desenvolvimento de suas atividades, relacionadas, diretamente, com a circulação no espaço da cidade.

A partir dos estudos de Karine Estevam, a construção de *Códigos de Postura Municipais*, a partir de 1835, eram relacionadas às ideias de saúde e higiene. Eram construídos a partir de aspectos relacionados à limpeza dos espaços, entendidos como responsabilidade dos moradores, assim como a higiene dos espaços de água, que deveriam ser fiscalizados pelo município.<sup>74</sup> Aos poucos, práticas de trabalho relacionadas com essas questões eram apontadas como objeto de multas e taxações. Em diálogo com as reflexões de Souza, a regulamentação dessas práticas laborais era vista, também, como uma tentativa de organizar e impor limites à aparente desordem existente no mundo do trabalho urbano do período. Algumas ocupações eram privilegiadas pelo olhar da disciplina municipal e possuíam diálogo com as preocupações relacionadas à vadiagem e à imposição de práticas de trabalho consideradas positivas.<sup>75</sup>

Nesse sentido, existem indícios de que a organização municipal funcionou como força de dominação, a partir do registro e cobrança de impostos de atividades comerciais, industriais ou realizadas em oficinas, de modo que o funcionamento dessas atividades era possível por meio de pagamento de taxas. Existia uma constante tentativa de normatizar e enquadrar todas as atividades produtivas da cidade sob condições de realização de matrículas e pagamento de impostos. Muitas atividades que não estavam presentes nos *Recenseamentos Gerais do Brasil*, de 1872 e 1920<sup>76</sup>, assim como no *Almanaque Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, encontravam um lugar de definição através das páginas dos *Códigos de Posturas Municipais*, produzidos entre 1893 e 1933. Uma dessas ocupações eram as realizadas por carroceiros e carregadores, que apesar de pouco evidentes nos espaços de organização ocupacional nacionais, encontravam lugares socialmente definidos por meio de legislações e normatizações sobre a circulação na cidade e realização de práticas de trabalho.<sup>77</sup>

<sup>74</sup> ESTEVAM, K. R. **Códigos de posturas e ordenamento do espaço urbano e da sociedade de Fortaleza no século XIX**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2019. P. 67 - 68

<sup>75</sup> SOUZA, F. F. Notícias de um antigo problema: o Poder Municipal, a polícia e a regulamentação do serviço doméstico (capital federal, início do século XX). In: MAGALHÃES, M. S. ; ABREU, M; TERRA, P.C. **Os Poderes municipais e a cidade: Império e República**. Rio de Janeiro, Mauad, X, 2019, p. 227 - 251

<sup>76</sup> RECENSEAMENTO GERAL DO BRAZIL, DE 1872. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>> Acesso. 29 set. 2018. RECENSEAMENTO DE 1920. (4º CENSO GERAL DA POPULAÇÃO E 1º DA AGRICULTURA E DA INDÚSTRIA). **Volume V**. Disponível para consulta em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>> Acesso: 22 mai 2018.

<sup>77</sup> ALMANAQUES ADMINISTRATIVO, ESTATÍSTICO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Fortaleza: Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico. Edição 1900-1908. [n.p.]

Em diálogo com documentos oficiais produzidos em Fortaleza, como os *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará* e os *Códigos de Postura*, de 1933, é possível compreender que os modos de classificação empreendidos a nível nacional não encontravam sustentação dentro de uma realidade local. Existiam, portanto, diferenças sensíveis nesses modos, de modo que, no espaço da cidade, outros processos de definição laboral eram construídos em diálogo com as transformações existentes no espaço urbano. Quando direcionamos nosso olhar para a experiência social de carroceiros e carregadores na cidade de Fortaleza percebemos que, ausentes dos recenseamentos e almanaques produzidos no período, estes trabalhadores encontram um lugar de definição junto aos *Códigos de Posturas Municipais* da cidade, a partir da cobrança de impostos diversos sobre suas atividades.<sup>78</sup>

Em conclusão, quando propomos um diálogo entre fontes, buscando indícios sobre a experiências de carroceiros e carregadores na cidade de Fortaleza, é possível perceber que esses sujeitos estão pouco presentes em documentos oficiais, de circulação nacional, assim como em alguns documentos locais. A partir desses documentos, pouco é dito sobre quem são e como sobrevivem. No entanto, quando dialogamos com documentos com a finalidade de regulamentação urbana, percebemos que esses trabalhadores, desconhecidos até então, emergem por meio de leis e normatizações, encontrando um lugar de definição a partir do controle sobre seus modos de deslocamento pela cidade e pelo pagamento de taxas diversas. Essas evidências apontam para tensões e conflitos específicos, relacionados à prática de trabalho, circulação e existência desses trabalhadores pela cidade.

## 2.2 Poder Municipal: entre *Códigos de Posturas*, carroças e trabalhadores

A partir da compreensão de algumas categorias de análise pensadas por Gramsci, temos que o Estado assume centralidade ao longo do século XX, participando da organização da sociedade, em meio a conjunturas políticas e econômicas diversas, em diálogo com interesses específicos empreendidos por setores dominantes.<sup>79</sup> A burocracia, dessa forma, é entendida

<sup>78</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DE 1872. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> > Acesso: 27 set. 2019 . CAMPOS, E. **Fortaleza Provincial**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. **Código de Posturas do Município de Fortaleza**. 1932. Fortaleza. Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica. Departamento de História da Universidade Federal do Ceará

<sup>79</sup> VOZA, P; LIGUORI, G. Estado. In: **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, 516 - 526.

como um conjunto de funcionários civis e militares de um Estado, sendo pensada como um elemento degenerado e dominante, resultado da ausência de um processo nacional – popular, uma vez que sua estrutura técnica e administrativa é direcionada para a reprodução e manutenção de direitos e privilégios específicos.<sup>80</sup> Em diálogo com os estudos de Thompson, uma intersecção possível ocorre a partir da reflexão sobre a função social exercida por instituições jurídicas e por leis, uma vez que alguns modos de legitimação são realizados a partir do poder legal e constitucional, compondo instrumentos de dominação e hegemonia dos setores que as empreendem.<sup>81</sup>

Essas conceituações são importantes, pois, pensando o tecido social da cidade de Fortaleza a partir dos estudos de Sebastião Pontes, as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX apontam um período de profundas transformações nos códigos e legislações da cidade de Fortaleza, onde a organização metódica dos espaços físicos e os seus modos de ocupação constituíram-se como objeto de práticas públicas de regulamentação. A remodelação urbana integra um processo de reajustamento social da população, existindo em diálogo com um conjunto de transformações existentes no período republicano, pautadas nos signos do progresso e da civilização. Existiam equipamentos e dispositivos sociais diversos, assim como instituições que funcionavam a partir de uma composição de forças políticas e sociais, entre burgueses, intelectuais, trabalhadores, desempregados e desvalidos, em um processo de reajustamento social.<sup>82</sup>

Alguns trabalhos, entre dissertações e teses, apontam questões relacionadas com práticas públicas de disciplinas e organização dos espaços, em meio a inquietações diversas, como a constituição de uma sensibilidade estética, própria deste tempo; os cuidados sanitários e profiláticos, construídos a partir da experiência de doenças e mortes existentes no período.<sup>83</sup>

---

<sup>80</sup> *Ibid.* p. 142 - 148.

<sup>81</sup> THOMPSON, E. P. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. In: NEGRO, A. L. ; SILVA, S. (orgs.) **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012. p. 225.

<sup>82</sup> PONTE, S. R. **A remodelação de Fortaleza**. In: PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1993. p. 27-69.

<sup>83</sup> Entendemos modernidade e a vida moderna em dois movimentos interdependentes, em dimensões espirituais e materiais, entendidas como “modernismo”, um espírito de transformação intelectual e artístico autônomo, e a “modernização”, um conjunto de processos materiais, políticos, econômicos e sociais, que se organizam em estruturas complexas. Sobre o assunto, consultar: BERMAN, M. Baudelaire: o modernismo das ruas. In: BERMAN, M. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 158-162. A medicina social, construída ao longo do século XIX, entendia o cuidado com a saúde como uma responsabilidade social. Na cidade de Fortaleza, esse cuidado aconteceu em diversas dimensões, sobretudo, por meio da organização dos espaços e hábitos, impulsionadas por diversos grupos sociais, sobretudo, o Estado e os profissionais liberais do período. Sobre o assunto, consultar: ROSEN, G. O que é medicina social? In: ROSEN, G. **Da polícia médica à medicina social: ensaios sobre a história da assistência médica**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1879. p. 77-142. PONTE, S. R. Saneamento Urbano e Higiênização Social. In: PONTE,



É possível refletir também sobre aspectos econômicos, com a progressiva organização dos procedimentos e objetos de tributação e arrecadação municipal. Assim, decretos e normatizações municipais na cidade de Fortaleza são pensados e instituídos com o objetivo de organizar os espaços públicos e as pessoas que, cotidianamente, ocupavam esses lugares, além de cobrar impostos diversos. Essas regulamentações modificaram a organização da cidade, aspectos da vida comum e de práticas sociais, desmanchando e reorganizando um tecido tradicional de experiências e sociabilidades relacionadas, principalmente, a experiência costumeira de trabalhadores urbanos, em específico, os que sobreviviam em meio a prestação de serviços diversos.

Com base na análise de textos de jornais, como *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, *O Rebate: Jornal Independente* e *A República*, uma fusão dos jornais *Libertador* e *O Estado do Ceará*, em diálogo com o *Código de Posturas de Fortaleza*, produzido entre 1893 e 1933, é possível compreender alguns processos de regulamentação empreendidos na cidade, direcionados para a prática de trabalho realizada por carroceiros e carregadores. Nesse sentido, o objetivo desse tópico é apresentar alguns aspectos relacionados ao empreendimento de normatizações e regulamentações voltadas para esses trabalhadores, em um movimento progressivo existente entre a última década do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Buscamos também argumentar como o Poder Municipal contribuiu para desarticular um conjunto de práticas tradicionais e instituir novos ritmos de trabalho na cidade.

Nesse sentido, pensando sobre a organização de leis municipais, a partir dos estudos de Raquel Rolnik, a partir da análise da cidade de São Paulo, a legislação urbana, as leis, os decretos e normas funcionam como uma teia silenciosa e invisível, que se estende sobre a cidade. Criam novos desenhos relacionados à expansão do espaço físico, mas principalmente, funcionam como instrumento de demarcação de territórios e de poder. As legislações apontam novos significados para modos de vida de grupos, tecendo novos paradigmas políticos e culturais, mesmo que não consigam a completa configuração idealizada da cidade. A lei, nesse sentido, funciona como instrumento de organização em direção a cidade desejável. No entanto, dentro do cenário das cidades latinoamericanas, as normatizações regulam uma pequena parte

---

S. R. **Fortaleza Belle Époque**: Reforma Urbana e Controle Social (1860-1930). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1993, p. 77-134. GARCIA, A. K. M. **A ciência na saúde e na doença: atuação e prática dos médicos em Fortaleza (1900 –1935)**. 2011. Tese (Doutorado em História). 2011. 199 f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

do real ou grupos específicos, de modo que as cidadanias relacionadas ao espaço podem ser limitadas e excludentes.<sup>84</sup>

Nesse sentido, pensando a realidade da cidade de Fortaleza, a partir da análise dos *Códigos de Postura Municipais*, produzidos por meio da administração municipal, construídos e institucionalizados entre 1893 e 1933, é possível refletir sobre um movimento de progressiva normatização e atribuição de impostos direcionados para áreas urbanas e sociais diversas. Modos ocupar os espaços urbanos e de construir habitações, espaços físicos e práticas de trabalho, assim como sociabilidades diversas, são, progressivamente, taxados e organizados dentro da lógica de cidade moderna. Aos poucos, diversos aspectos da vida cotidiana são inclusos nos códigos da cidade, sobretudo, práticas de trabalho diversas e expressivas no espaço urbano.<sup>85</sup> Na cidade de Fortaleza, de acordo com o *Código de Posturas do Município*, de 1933:

**DECRETO N.º 70**

(...) Considerando que o Código de Posturas do Município de Fortaleza, decretado pela Câmara Municipal em 09 de outubro de 1893, já não pode satisfazer as necessidades gerais dos munícipes e da municipalidade, por sobremodo omissos e antiquados; considerando-se que a administração pública vem constantemente sentido as dificuldades decorrentes assim desta omissão quase toda de leis entre si contraditórias sem encadeamento lógico nem orientação de conjunto; considerando-se estas circunstâncias, não determinando lamentavelmente sérios embaraços ao progresso do município e a urbanização metódica da cidade. Considerando que, diante do exposto, é indeclinável e urgente estabelecer novas regras e normas por que possam guiar-se os munícipes e a prefeitura, afim de serem alcançados o adiantamento e o conforto exigidos pelo bem estar da comunhão.<sup>86</sup>

O decreto publicado em 1932 faz referência a um conjunto de normatizações promulgados ao final do século XIX e início do século XX. Ao longo da década de 1890, um conjunto de leis foram promulgadas, de modo que sua execução e conteúdo estavam relacionadas à diversos serviços existentes no espaço da cidade. Esse período é compreendido por meio de profundas transformações físicas, com a expansão dos espaços urbanos e dispositivos modernos, de modo que diversas atividades laborais eram indispensáveis nesse processo. As leis e normatizações afetavam, principalmente, os trabalhadores pobres que, por meio de ocupações e modos de sobrevivências precários e excluídos da lógica produtiva

<sup>84</sup> ROLNIK, R. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo: 1886 - 1936). In: SOUZA, M.A.A.; LIMA, S.C.; SANTOS, M.P.C.; SANTOS, M.C. (orgs.). **Metrópole e Globalização**: Conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Editora CEDESP, 1999.

<sup>85</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, 1932, Fortaleza: Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica. Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. [n.p.]

<sup>86</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Fortaleza: Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico. 1932. Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica. Departamento de História da Universidade Federal do Ceará. [n.p.]

existente no período, contribuía nos processos de expansão material da cidade, por meio de trabalhos mal remunerados e sem vínculos de trabalho formais. Conforme aponta o *Decreto N. 70º*, as legislações, que ao longo das primeiras décadas do século XX normatizavam atividades diversas, são consideradas por grupos específicos e integrantes da administração municipal, como insuficientes e ultrapassadas.

Em diálogo com a análise de edição do jornal *À República: Fusão do Libertador e do Estado do Ceará*, de 1892, a Câmara Municipal, ao final do século XIX, tinha como atribuição a elaboração do *Regimento Interno* e do *Código de Posturas* da cidade, indispensáveis para a criação de um município, pois discorriam sobre os serviços realizados dentro do espaço urbano e o orçamento anual de despesa e receita empregados nessas atividades.<sup>87</sup> A presença de empresas privadas, destinadas a prestação de serviços diversos relacionados à limpeza urbana, distribuição de águas e construções, possuíam espaço dentro das discussões da câmara municipal, sendo visíveis, também, em meios aos sucessivos *Códigos de Postura do Município*. As discussões sobre a elaboração desse código apontavam como preocupação a não obstrução do desenvolvimento de indústrias locais, devido a taxações excessivas.<sup>88</sup> Do contrário, um conjunto de ocupações cotidianas, seus modos e instrumentos de trabalho, passavam a ser progressivamente taxados. Os valores arrecadados, sobretudo de trabalhadores e moradores, de acordo com os parâmetros legais, seriam utilizados para custear serviços públicos. A Câmara Municipal, ao construir o *Código de Posturas* do ano de 1891, deliberou sobre diversas atividades citadinas, como:

1. Alinhamento, calçamento, iluminação, arborização, denominação, mudança e aberturas de ruas e praças das cidades, vilas e povoações.
2. Construções de estradas, pontes e pontilhões, bueiros e mais obras de arte, estabelecendo um plano geral de vias municipais e determinando a extensão, direção, largura e modo de separar os terrenos laterais.
3. Limpeza Pública, compreendendo a remoção de todos os resíduos das casas particulares.
4. Abastecimento de águas potáveis e serviço de esgoto para materiais fecais, águas fluviais e águas servidas, respeitando os contratos existentes. (...)
5. Fiscalização das obras das cidades, vilas e povoados, providenciando de modo que seja apresentado o projeto de construção, de acordo com as regras de segurança, salubridade e beleza, que devem ser estabelecidas nas posturas.

<sup>87</sup> A REPÚBLICA: FUSÃO DO LIBERTADOR E DO ESTADO DO CEARÁ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 173, 1892 Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=801399&pesq=código%20de%20postura&pasta=ano%20189. Acesso em: 2 jan. 2020. \[n.p.\]](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=801399&pesq=código%20de%20postura&pasta=ano%20189. Acesso em: 2 jan. 2020. [n.p.])

<sup>88</sup> A REPÚBLICA: FUSÃO DO LIBERTADOR E DO ESTADO DO CEARÁ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Ano 1892. Edição 173. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=801399&pesq=código%20de%20postura&pasta=ano%20189. Acesso em: 2 jan. 2020. \[n.p.\]](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=801399&pesq=código%20de%20postura&pasta=ano%20189. Acesso em: 2 jan. 2020. [n.p.])

6. Casas de banho e lavanderias públicas, podendo estabelecê-las por sua conta ou contratar com empresas individuais ou coletivas.<sup>89</sup>

Compreender esses movimentos são importantes, pois, a partir das reflexões propostas por Vitor Leal, a oferta de serviços públicos, como limpeza dos espaços e construções relacionadas com infraestrutura, em sua maioria, estavam previstos na Primeira Constituição Republicana, de 1891. A partir desse documento e dos serviços descritos, os estados poderiam auferir recursos por meio de impostos, condição que mudava de acordo com as circunstâncias de cada Estado e as atividades escolhidas para tributação. Parte considerável do valor arrecadado era direcionada à União e um valor irrisório, aos municípios. Em sua maioria, ao longo da década de 1920, os estados fechavam seu orçamento com *déficits*, com exceção dos estados do Piauí, Ceará e Paraíba, ainda sim, com tímidos valores positivos.<sup>90</sup> Uma das formas de apresentar esses impostos para a população da cidade era por meio dos *Códigos de Posturas Municipais*. Pensando a experiência de *Códigos de Posturas Municipais* na cidade de Santos, Estado de São Paulo, a partir dos estudos de Bruno Carmo, é possível afirmar que estas legislações funcionam em diálogo com a municipalidade, organizando a cidade e as práticas cotidianas de acordo com as demandas construídas no período, relacionadas à ordenamento dos espaços e circulação de pessoas na cidade.<sup>91</sup>

Pensando a realidade da cidade de Fortaleza, por meio da análise de textos publicados junto ao *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, com discursos críticos à governabilidade vigente, é possível refletir como a cobrança de impostos, por profissões, ocupações, indústrias, assim como serviços, era realizada por meio da administração pública. A Intendência Municipal, instituída nas primeiras décadas do século XX, era responsável por organizar impostos sobre a coleta de lixo e a limpeza urbana. A arrecadação de valores sobre coleta de lixo tornou-se um eixo da administração pública muito rentável, pois recebia valores com regularidade de um serviço que, progressivamente, passa a ser entendido como essencial para a população da cidade. Apoiadores do Prefeito Accioly defendiam a reeleição dele, entre alguns motivos, devido aos saldos positivos existentes nos cofres governamentais. O que evidenciava, no entanto, a cobrança excessiva de impostos, sobretudo, entre a população local.

---

<sup>89</sup> *Idem*.

<sup>90</sup> LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 1949, 7. ed. p. 80.

<sup>91</sup> CARMO, B. B. **Entre fiscais e multas**: experiências urbanas através das posturas municipais (1870-1890). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 39 - 43

Diversos setores foram atingidos com a cobrança de impostos, que, para alguns jornais, facilitava o processo de enfraquecimento de diversas indústrias na cidade e arredores.<sup>92</sup>

Dessa forma, por meio de literatura disponível sobre a temática, em diálogo com análise de fontes, pensamos que a normatização de atividades alcança um conjunto de trabalhadores que, a partir da progressiva burocracia, têm modos de sobrevivência tradicionais profundamente afetados. Entre diversas atividades, a normatização de carroceiros e carregadores constitui uma forma eficiente de arrecadação municipal, obedecendo a interesses de organização específicos do espaço urbano. O Poder Municipal tinha como objetivo regular e enquadrar a atividade desempenhada, cobrando impostos por meio da regulação e tributação do exercício cotidiano de trabalho, do instrumento utilizado, no caso a carroça, ou, caso houvesse desvios da legislação pública. Era preciso pagar para trabalhar e enquadrar seus instrumentos de trabalho dentro da dimensão de controle construída pelo município. As normatizações administrativas e burocráticas direcionadas a trabalhadores diversos, sobretudo, aos que desempenham atividades utilizando carroças, constituem ponto de encontro com experiências situadas em outras cidades, no período. Sobre a regulamentação dessa prática de trabalho em São Paulo, argumentamos em diálogo com os estudos de Elciene Azevedo:

Tal preocupação das autoridades e da polícia em regular o ofício, se, por um lado, está calcada na percepção de um setor socialmente diversificado e que se constitui como categoria profissional no espaço público, justifica-se ainda pelo fato de ser este um mercado de trabalho em franca expansão em uma cidade que, a partir da década de 1870, não pararia mais de crescer – tornando tais trabalhadores alvos privilegiados das preocupações governamentais.<sup>93</sup>

Assim, pensando a realidade da cidade de Fortaleza e direcionando nosso olhar para as normatizações relacionadas a prática de trabalho de carroceiros e carregadores, é possível traçar os movimentos de regulamentação municipal dessa ocupação. A partir dos estudos de Costa, o *Código de Postura Municipal*, de 1879, traz direcionamentos quanto à coleta de lixo, distribuição de águas e quanto à construção de moradias. Os serviços de limpeza, que poderiam ser realizados por carroças ou outro veículo de remoção apropriado, são instituídos somente neste código, em meio ao período de seca existente entre 1877 e 1879.<sup>94</sup> Apontavam que essa atividade teria a finalidade de remover matérias orgânicas e inorgânicas, evitando, assim, o

<sup>92</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional Edição 570, 1907. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1128&Pesq=carro% c3% a7a>. Acesso em: 3 set. 2019. [n.p.]

<sup>93</sup> AZEVEDO, E. *op. cit.* p. 87.

<sup>94</sup> COSTA, M. C. L. C. Códigos de Postura e outras leis disciplinando a cidade e suas edificações. In: COSTA, M. C. L. C. **Capítulos de Geografia Histórica de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017, p. 43.

desenvolvimento de miasmas nocivos e o embargo de ruas devido à quantidade de lixo. Era uma preocupação que mantinha diálogo com o medo de doenças diversas existente no período. As medidas apontam para uma nova organização da cidade, com a criação de seções, com quatro distritos. As áreas coletivas, como praias, praças, coxias e córregos, estavam incluídas nas atividades de limpeza. As praças deveriam ser varridas a cada dois dias, e as ruas, duas vezes por semana, com recolhimento adequado do lixo.

A partir da produção memorialística de Eduardo Campos, esse *Código de Postura Municipal* apontava o surgimento do empresário da limpeza, que, por meio de contrato com a prefeitura e da contratação de trabalhadores, seria responsável por remover o lixo das calçadas, arrancando a cada três meses a vegetação existente. A limpeza não poderia perturbar o sossego dos habitantes e o empresário seria responsável pela orientação e punição dos trabalhadores em caso de gritarias e algazarras. A limpeza das calçadas era responsabilidade dos proprietários. Em contrapartida, o empresário poderia empreender penas e danos direcionadas aos moradores que, intencionalmente ou por negligência, deixassem ruas e praças sujas. Incentivaram que moradores realizassem ocorrências, em caso de ausência do serviço e existência de lixo nas ruas, sendo direcionadas à casa ou ao escritório do empresário. A multa seria no valor de 30\$000, cobrada pelo responsável pela limpeza pública.<sup>95</sup>

A partir da análise dos *Códigos de Posturas Municipais*, entre 1879 e 1932, é possível visualizar um movimento progressivo de desarticulação de práticas de trabalho. Em um primeiro momento, as relações entre moradores e carroceiros é afetada por meio dos novos regimes de tempo de descarte e coleta do lixo impostos pela municipalização da atividade. Em um segundo momento, a relação de trabalho é desarticulada, pois, a contratação deixa de ser pessoalizada, entre moradores e trabalhadores, e passa a ser articulada entre empresário da limpeza e carroceiros e carregadores. Os regimes de pagamento são afetados, pois, o dinheiro pago aos trabalhadores pela execução do serviço é direcionado ao empresário da limpeza e ao município. Além da desarticulação de relações de trabalho, os carroceiros e carregadores enfrentam problemas diversos, relacionados a normatização de seus instrumentos de trabalho e ao progressivo controle de sua circulação pelo espaço da cidade. É possível supor que as

---

<sup>95</sup> CAMPOS, E. Apreciação das Posturas Municipais dos Códigos de 1870 e 1879. In: CAMPOS, E. **Fortaleza Provincial**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. p. 151-153. COSTA, M. C. L. C. Códigos de Postura e outras leis disciplinando a cidade e suas edificações. In: COSTA, M. C. L. C. **Capítulos de Geografia Histórica de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017, p. 43.

condições materiais de existência desses sujeitos sofrem profundas modificações nesse período o que, por meio da análise de fontes, evidencia uma piora na qualidade de vida e trabalho.

Sendo assim, por meio da análise dos *Códigos de Posturas Municipais* de 1932, produzido e promulgado algumas décadas depois, eram divulgadas por ordem do Conselho da Intendência algumas disposições comuns, que deveriam ser cumpridas pela população da cidade. As carroças eram instrumentos indispensáveis para a realização das mais diversas atividades cotidianas, no entanto, de modo contraditório, eram progressivamente entendidas como um incômodo na cidade, de modo que sua circulação era progressivamente limitada em espaços públicos, sobretudo, aqueles nos quais o processo de remodelação física havia iniciado, como em ruas com calçamento. De acordo com esse documento, veículos e instrumentos de trabalho, como carroças, acompanhadas de animais, tornaram-se ponto de atenção e normatizações municipais. Existiam especificações relacionadas ao uso de animais para transporte, sendo os trabalhadores passíveis de punição em caso de agressões e maus-tratos. Eram proibidos animais livres pelas ruas do perímetro urbano, conforme declarava as posturas municipais, sob pagamento de multa e recolhimento do animal. Era igualmente proibido o trânsito de carroças ou carros, de qualquer natureza, pelo centro de praças, cujos lados estivessem com calçamento, ou sobre as calçadas das casas. Era proibido que carroceiros andassem sobre a carroça, mesmo que estivesse descarregada, conduzindo valores superiores a 600 kg, ou transitar com carros de madeiras, pesados, ou de eixo fixo pelas ruas da cidade e estradas calçadas.<sup>96</sup>

O processo de regulamentação de atividades diversas, pensando a experiência da cidade de São Paulo a partir dos estudos de Heloíse Cruz, apresenta uma heterogeneidade de atividades econômicas organizadas a partir do setor de serviços. O espaço da cidade é constituído como centro de produção capitalista do Estado, compreendendo em seu território atividades diversas de produção, circulação e consumo. Serviços situados, em parte, como infraestrutura, como energia, consumo de água, acesso ao saneamento básico, limpeza pública, transporte urbano, entre outros, atendem aos imperativos de reprodução da força de trabalho e do capital.<sup>97</sup> Pensando a experiência de carroceiros e carregadores, o processo progressivo de contratação mostrou uma possibilidade rentável e estável de arrecadar recursos regulares, uma vez que a limpeza e a coleta de lixo realizada por esses trabalhadores, configuraram como uma das

---

<sup>96</sup> **Código De Posturas De 1932.** Fortaleza: Instituto de Fortaleza: Histórico, Geográfico e Antropológico. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 27 set. 2019. p. 93 - 94

<sup>97</sup> CRUZ, H. F. *op. cit.*, p. 11.

principais demandas sociais no período. A constituição de regulamentações atua como instrumento e espaço de subordinação do trabalho, em um processo de acumulação de capital.<sup>98</sup>

Dessa forma, é possível refletir que o surgimento de práticas particulares, por meio do empresário de limpeza, instituiu novas relações de prestação de serviços, desarticulando um conjunto de atividades tradicionais, realizadas anteriormente por moradores ou pela prestação informal de serviços. Ocorre um progressivo afastamento das atividades de limpeza na cidade, que eram realizadas por moradores, em meio da contratação de serviços individuais e cotidianas, em detrimento do Estado, que passa a gerir essas relações, impulsionadas, em sua maioria, pela demanda de organização e limpeza da cidade. É possível supor que a prestação de serviços e de pagamentos informais existentes entre moradores e trabalhadores são diluídos e desmanchados, com a conseqüente organização de impostos e pagamento municipais. Nesse sentido, muitas conseqüências sociais decorrem do processo de municipalização de atividades essenciais, sendo possível supor que diversos trabalhadores tiveram seus modos de sobrevivência afetados e seus regimes de pagamentos alterados e diminuídos, pois os recursos particulares direcionados para a realização da atividade foram, progressivamente, destinados para o imposto municipal.<sup>99</sup>

Em meio aos processos de organização de legislações empreendidos ao final do século XIX, é possível refletir em ações específicas e direcionadas, por parte do poder municipal. A realização dessas atividades e seus respectivos trabalhadores são, assim, objeto de regulamentação e atenção de legisladores da cidade. Dentre algumas atividades, aquelas realizadas por carroceiros e carregadores sofrem um processo específico e contínuo de normatização e disciplina, por meio de taxas, especificações de tamanho, multas e matrículas. As atividades polissêmicas realizadas por esses trabalhadores deixam de serem vinculadas a relações de trabalho entre moradores e passa, progressivamente, a ser organizada pelo Estado. Esse processo contribui para uma rearticulação de práticas realizadas, com implicações sociais e econômicas dentro do tecido social. A cobrança de impostos sobre atividades é construída de modo desigual, em relação com outras práticas de trabalho.

Por meio da análise de reclamação publicada em edição do *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, ano de 1907, existem indícios de uma cobrança desigual entre

<sup>98</sup> *Idem.*, p. 12.

<sup>99</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 754, 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1405&Pesq=lixo>. Acesso em: 17 jun 2020. [n.p.]



trabalhadores e indústrias. Comparações associando a desigualdade de impostos eram comuns nos jornais cearenses. O carroceiro, para transitar pela cidade e exercer atividades cotidianas indispensáveis, retornava aos cofres públicos um valor aproximado de oito mil reis. A mãe de família, fosse lavadeira, contribui com, aproximadamente, 7% de sua renda.<sup>100</sup> Em diálogo com a análise do *Jornal O Rebate: Jornal Independente*, de 1907, as carroças de transporte e frete, conforme previa a *Constituição* e os *Códigos de Postura* das últimas décadas do século XIX, pagavam impostos para circular dentro do espaço da cidade. Enquanto empresas específicas, como as de tecidos, de propriedades associadas ao governador e com capital de 6000\$000\$000, retornavam aos cofres públicos um valor simbólico de 360\$000. Os transportadores de mercadorias pagavam valores pesados, de aproximadamente 8\$000, para utilizar as carroças e para ter livre circulação pela cidade, cujos valores eram desproporcionais aos arrecadados na ocupação.<sup>101</sup>

Ademais, a partir da análise de edição do *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1908, o contrato de limpeza pública e de serviço deveriam ser realizados mediante concorrência pública. Editoriais e notícias em jornais chamavam atenção para possíveis ilicitudes dos processos de contratação. As informações que corriam entre os moradores, aqui ou ali, era que a atividade seria realizada por meio de um contratante, no entanto, os contratos e os meios de contratação eram desconhecidos e considerados inexistentes por muitos. O contrato referente ao serviço ocorreu de modo clandestino, uma situação que, para alguns, era comum na municipalidade de Fortaleza. Existiam notícias de que a situação era resultado de protecionismo pessoal, no qual as atividades eram realizadas por afilhados e conhecidos políticos, que, por meio de ácidas críticas, acusavam de usar indevidamente o dinheiro público. Situação que, para articulistas e moradores, justificavam a condição de abandono e ineficiência, existentes cotidianamente, na limpeza pública. É possível refletir sobre um processo de consolidação de práticas sistêmicas de apadrinhamento e clientela, muitas vezes política, que favorecia setores sociais e econômicos da cidade, construindo uma rede de relações e poder, na qual o Estado é utilizado como instrumento de barganhas e favores. .<sup>102</sup>

<sup>100</sup> *Idem.*

<sup>101</sup> O REBATE: JORNAL INDEPENDENTE. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 32, 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721255&pesq=carro%C3%A7a&pasta=ano%20190>. Acesso em: 3 set. 2019. [n.p.]

<sup>102</sup> *Idem.*

A partir da análise dessa edição, de 1908, a existência de carroças transitando pela cidade ocasionava incômodo pelo cheiro e pelo caminho percorrido. Muitos reclamavam, entre moradores e formadores de opinião, sobre a ausência de transparência no contrato feito com trabalhadores, pois, após a municipalização, os processos de contratação não foram eficientes e expostos publicamente. A insuficiência da atividade, devido às proporções físicas da cidade, fazia com que as percepções negativas alcançassem os carregadores, a partir de uma concepção de que eles tinham preguiça e indisposição para a realização dessa ocupação. O imaginário sobre algumas práticas de trabalho sofre modificações dentro do período em estudo, pois, para muitos moradores da cidade, essa atividade era realizada com maior regularidade no passado. Desta forma, os carroceiros eram atribuídos, muitas vezes, com adjetivos relacionados à preguiça. O trabalho não era suficiente para a cidade que crescia, e, para os moradores, isso estava associado, por vezes, a prática de trabalho, ou ao município, que era responsável pela prestação do serviço. De acordo com reclamação de 1908:

Sabemos que existe um contratante para esse serviço, mas ignoramos se foi lavrado o devido contrato. Sabemos ainda que sedo serviço que deveria ser feito mediante concorrência pública, nenhum edital a respeito foi publicado e, se o contrato existe para ele, obedeceu de certo a clandestinidade tão comum nesse regime de patotas, que não desejamos, nem queremos crer, tenha entrado nos negócios da municipalidade. Apelamos para o ilustre senhor Coronel Rocha, intendente do município, no sentido de sanar a falta de que tratamos.<sup>103</sup>

Nesse sentido, em diálogo com conceitos apresentados no dicionário gramsciano, Estado e sociedade civil são entendidos, em conjunto, como os dois grandes planos superestruturais, diferentes entre si. Esses planos, nas sociedades ocidentais, são compreendidos de modo dialético e seu conjunto constitui o “Estado Integral”.<sup>104</sup> Pensando a realidade em estudo, à medida que o Estado é chamado para interferir e solucionar problemas sociais e coletivos, ele passa a fiscalizar empresas para a realização dessa atividade. Eram fluidas as relações entre público e privado, e o início do século aponta para novas relações entre ambos. Nesse sentido, as classes dirigentes, entendidas como pessoas com tarefas de direção do Estado, são frequentemente identificadas como responsáveis pela ausência de limpeza na cidade. Desse modo, a história das classes dirigentes é interseccionada com a história do

<sup>103</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 754, 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1405&Pesq=lixo>. Acesso em: 17 jun. 2020. [n.p.]

<sup>104</sup> VOZA, P; LIGUORI, G. *op. cit.* p. 516 - 526.

Estado.<sup>105</sup> A condição de escolha das empresas de limpeza, supõe-se sem edital ou concorrência pública, pressupõe uma coesão existente a partir da ação do Estado.<sup>106</sup> Por meio do Estado, em associação com interesses privados, novas relações econômicas são desenvolvidas, nas quais parcelas específicas da sociedade participam da economia, no entanto, a partir do aparelho estatal.

Assim, pensamos na possibilidade de reflexão onde o poder municipal passa a gerir e organizar práticas de trabalho específicas, nesse caso, a realizada por carroceiros e carregadores na cidade. Esse processo modifica os regimes de pagamento existentes, uma vez que a realização de atividades de recolhimento de materiais e lixo deixa de ser realizada entre moradores e trabalhadores e passa a ser mediada entre município e moradores. Nessa equação, os valores destinados para pagamento são direcionados aos cofres municipais, de modo que os gestores ficam responsáveis por contratar os carroceiros para a prestação de serviços na cidade. Se antes existiam relações de sociabilidades entre trabalhadores e moradores, essa dinâmica é desarticulada e reconstruída com novo formato. Os trabalhadores, por sua vez, têm suas práticas de trabalho progressivamente regulamentadas pelo poder municipal.

Nesse sentido, a partir das reflexões propostas por Certeau, por meio do conceito de estratégia, as instituições são percebidas em um lugar de dominação próprio e autônomo, onde é possível capitalizar vantagens e preparar expansões futuras, em meio a uma prática pan-óptica, transformando trabalhadores e práticas de trabalho em objetos passíveis de observação, medição e controle. Esse exercício de poder é sustentado, também, em um lugar de saberes específicos, que mantêm e determinam um lugar de poder e conquista próprios. Assim pensamos como estratégia um conjunto de práticas, pensadas pelo estado e seus legisladores, que, na experiência cotidiana, assumem o lugar de efetividade e praticabilidade legal.<sup>107</sup> Pensamos essas reflexões, pois, nesse período, as perspectivas de aformoseamento e limpeza do espaço da cidade são, progressivamente, institucionalizadas juridicamente e socialmente como uma responsabilidade municipal. Nesse sentido, a ação municipal, entendida aqui a partir de decretos, leis e códigos de postura, colocados em prática por meio de legisladores e fiscais, pode ser pensada a partir do conceito de estratégia, uma vez que a manipulação das relações de forças, vinda de um sujeito de querer e poder específicos em um espaço, pode gerir relações delimitadas e definidas, com exterioridade de alvos e ameaças.

---

<sup>105</sup> *Ibidem*, p. 250.

<sup>106</sup> *Ibidem*, p. 250

<sup>107</sup> CERTEAU, M. *op. cit.*, p. 161.

Assim, refletimos que a presença do Estado na regulação de atividades e serviços essenciais modifica, progressivamente, os modos de realização e percepção desses serviços, bem como as relações de trabalho existentes e construídas tradicionalmente. Algumas questões são colocadas, uma vez que, a prática de atividades essenciais, realizadas a partir da mediação entre moradores e trabalhadores, organizada por relações sociais e de pagamentos diversos, passa, progressivamente, a ser intermediada pelo Estado, apontando uma ruptura e uma modificação em um conjunto de relações existentes. A reorganização dessas práticas é sustentada por um agrupamento de normatizações e impostos realizadas por moradores, com a finalidade de usufruir de serviços, e por trabalhadores, para realizar atividades, ambos direcionados para a administração municipal. O Estado passa a gerir e a organizar relações diversas, no entanto, fortalece a desarticulação de um tecido tradicional de relações e trabalho.

Dessa forma, em substituição ao *Código de Postura Municipal*, decretado em 9 de outubro de 1893, surge o *Código de Posturas do Município de Fortaleza*, de 1933. Segundo as páginas iniciais desse documento, a publicação realizada no século XIX já não podia “satisfazer as necessidades gerais dos municípios e da municipalidade, por sobremodo omissa e antiquada”.<sup>108</sup> Para os legisladores desse novo código, a administração pública vinha “constantemente sentindo as dificuldades decorrentes assim dessa omissão como da anarquia da legislação subsequente, constituída quase toda de leis entre si contraditórias, sem encadeamento lógico nem orientação de conjunto”. O antigo *Código de Posturas Municipal* apresentava, para camadas administrativas e políticas, “sérios embaraços ao progresso do Município e a urbanização metódica da cidade”. Diante disso, alegavam que era “indeclinável e urgente estabelecer novas regras e normas que possam guiar-se os municípios e a prefeitura, a fim de serem alcançados o adiantamento e o conforto exigidos pelo bem-estar da comunhão”.<sup>109</sup>

Assim, pensamos que o processo de regulamentação empreendido ao final do século XIX e reforçado ao longo das primeiras décadas do século XX aponta um processo acelerado de regulamentação e imposição de novos formatos para a realização dessa atividade. Todas as dimensões relacionadas à prática de trabalho de carroceiros e carregadores é regulamentada, desde seu instrumento de trabalho, a carroça, até a livre circulação dentro do espaço urbano, condicionada a normatizações, multas e matrículas. O pagamento de impostos e multas

<sup>108</sup> **Código De Posturas Do Município De Fortaleza.** Núcleo de Documentação Cultural – Nudoc. Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1932. [n.p.]

<sup>109</sup> *Idem.* [n.p.]

evidencia uma possibilidade de arrecadação municipal, que deveria, em teoria, ser utilizada para a prestação de serviços que, progressivamente, eram percebidos como essenciais dentro do espaço urbano. Nesse processo, os trabalhadores, supomos, tiveram suas possibilidades de recursos afetados e a rede de sociabilidades e prestação de serviços desarticulada, pois os processos de regulamentação tornam-se mais precisos e rigorosos ao longo do tempo.

A partir da análise do *Código de Posturas Municipal*, de 1933, por meio do título IV, intitulado “Da polícia de trânsito, dos costumes e da tranquilidade pública”, encontramos os modos como o município tentava normatizar e organizar o trânsito na cidade, compreendendo onde estavam situados geograficamente os trabalhadores que utilizam carroças como modo de sobrevivência. Os veículos eram divididos, de modo geral, como veículos de passageiros e veículos de carga, sendo subdivididos em classes entendidas como tração automática e tração animal. Eram considerados veículos de tração automática os automóveis, autocaminhões, auto-ônibus, motocicletas e bondes. Os veículos de tração animal seriam as carroças, carroções, charretes e outros semelhantes.<sup>110</sup> Os veículos eram divididos entre oficiais, pertencentes às repartições públicas, e não oficiais, que seriam os veículos particulares, utilizados pelo dono ou por meio de aluguel. Todos os veículos deveriam ter matrícula junto ao município. O veículo matriculado como particular não poderia realizar atividade de aluguel e vice-versa, sob multa de 50\$000. O pagamento do imposto de matrícula era realizado anualmente, constando nome do proprietário, tipo de veículo e a atividade a ser realizada. Desse modo, todos os veículos matriculados recebiam uma placa de identificação, com numeração, sendo proibida a transferência de placas para outros veículos, sob risco de multa. A venda ou transferência de veículos para outro proprietário deveria acontecer sob requerimento e pagamento do imposto orçamentário. Não era permitido guiar veículos sem o alvará de matrícula, sob pena de 100\$000.<sup>111</sup>

De acordo com esse documento, eram destinadas às especificações voltadas para os transportes de cargas, condicionando o veículo de trabalho e o seu trânsito pela cidade. Os veículos deveriam ter um tamanho máximo de 6 metros, com aros lisos e de largura correspondente à classificação e ao peso possível de ser suportado. Deveriam ter em lugar visível a indicação da tara e do peso possível de ser carregado. As carroças de dois aros e conduzidas por um animal poderiam carregar peso de até 600 quilos, enquanto as carroças conduzidas por dois animais poderiam carregar até 1200 quilos, sob multa de 20\$000 caso o

---

<sup>110</sup> *Idem*, p. 90-100.

<sup>111</sup> *Idem*, p. 93 - 94.

peso ultrapassa o permitido. As carroças destinadas ao transporte de estercos, lixo e demais materiais nocivos e incômodos à saúde pública, deveriam ser forradas e cobertas. As carroças destinadas ao transporte de materiais de construção deveriam ser fechadas nas quatro faces. Era obrigatório o uso de descanso nas rodas, a fim de evitar que o peso recaísse sobre o animal, sob multa de 50\$000 caso essa regra não fosse obedecida. As carroças que não estivessem dentro dos parâmetros estipulados não poderiam ser matriculadas. As alturas das cargas transportadas não poderiam exceder os dois metros de altura.<sup>112</sup>

A seção Capítulo Único, intitulada “Trânsito Geral”, era destinada a todos os tipos de veículos, mas com sanções, sobretudo, para os transportes de cargas. Era proibido descarregar, em vias públicas ou passeios, quaisquer objetos, mercadorias ou materiais que atrapalhassem o trânsito, sob multa de 50\$000. A descarga deveria ser feita diretamente do veículo ou do animal para o interior dos prédios. Em caso de descumprimento dos direcionamentos dos códigos, eram considerados responsáveis pela infração o condutor do veículo ou do animal, o proprietário e também quem estivesse recebendo a mercadoria. Era proibido o trânsito pelos passeios aos carregadores e mercadores ambulantes, sob multa de 10\$000 e prisão de 24 horas. Eram taxados em multa e prisão por 24\$000 aqueles que: amarrassem animais em árvores, postes, grades e outros objetos dos logradouros públicos; jogassem futebol, peteca ou divertimentos semelhantes e fizessem exercício de patinação em logradouros que não tivessem esse fim; conduzissem em via pública com animais perigosos, que não estivessem devidamente presos; conduzissem animais soltos, em comboios ou boiadas, em vias onde o acesso não era permitido; montassem animal em marcha imoderada ou não domado. Ficava proibido também a um indivíduo tanger mais de três animais, em zonas centrais e urbanas.<sup>113</sup>

Ao refletir sobre experiências de exercício de poder, a partir das reflexões propostas por Scott, é possível visualizar elementos sobre como modos de dominação, por meios institucionais, são usados para extrair trabalho, bens e serviços de uma população subjugada e pauperizada.<sup>114</sup> A partir dessas leituras, é possível refletir sobre um exercício tradicional de autoridade, personificado na ação municipal. Do outro ponto, existem aqueles que são objeto e alvo das legislações e, em contrapartida, possuem, em sua maioria, uma interação social baseada na conformidade com leis e com quem as fiscaliza, dentro da experiência cotidiana.

<sup>112</sup> **Código De Posturas Do Município De Fortaleza.** Núcleo de Documentação Cultural – Nudoc. Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1932 p. 93 - 94.

<sup>113</sup> *Idem, loc. cit.*

<sup>114</sup> SCOTT, J. Dominação, Representação e Fantasia. In: SCOTT, J. **Dominação e a Arte da Resistência:** discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre:1992. p. 55

Eles recebem ordens de quase todos, o que não acontece o contrário, pois não emitem ordens a ninguém. A deferência diante de situações de autoridade é uma imagem exterior de conformidade para com normas de conduta defendidas por superiores.<sup>115</sup> A partir das reflexões propostas por Scott, de um modo dialético, são materializadas experiências de superioridade e inferioridade, com estruturas ideológicas complexas, nas quais a conduta pública é regulada com certo ritualismo. Ainda que um subordinado não seja diretamente afetado, a consciência dessa possibilidade parece definir a relação. Estruturas semelhantes de dominação tendem a provocar formas de reação e resistência semelhantes entre si.<sup>116</sup>

Assim, pensamos que o Estado atua, por meio da lei, como um instrumento de definição laboral e de exercício de poder, a partir de normatizações e cobrança de impostos diversos. É com base nos *Códigos de Postura* que práticas de trabalho polissêmicas, realizadas por meio de carroças, são entendidas e definidas dentro do espaço da cidade. O *Código de Postura*, instituído em 1933, evidencia como os processos de normatização são progressivamente específicos e direcionados a categorias de trabalho, acompanhadas de taxas desproporcionais. A contrapelo dos *Recenseamentos Gerais do Brasil* produzidos no período, essas legislações atuam como instrumentos de definição laboral, por meio das práticas de trabalho e do pagamento de impostos. Os legisladores e administradores da cidade, atuam em uma progressiva normatização dos espaços e dos sujeitos que, cotidianamente, transitavam pela cidade, sobretudo, a partir de práticas de trabalho diversas, em um movimento duplo de modificação de sensibilidades, por meio dos signos do progresso e, em igual medida, de normatização de instrumentos de trabalho e da circulação, a partir de cobranças de impostos e multas, ou recolhimento em prisão.

Em conclusão, buscamos evidenciar como a construção de sucessivos *Códigos de Posturas Municipais*, com construção de leis e normatizações, instituiu um lugar de definição para carroceiros e carregadores na cidade de Fortaleza. Em diálogo com artigos de opinião publicados no *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, assim como no *Jornal O Rebate: Jornal Independente*, buscamos evidenciar como o Estado, com o objetivo de atender demandas cotidianas, desarticulou práticas de trabalho e instituiu novos ritmos laborais. Nos sistemas de dominação apresentados, os modos de controle são empreendidos, por meio de leis e normatizações direcionadas para práticas de trabalho realizadas, nas quais trabalhadores teciam modos de sobrevivência precários, com ausência de direitos sociais e políticos. São

---

<sup>115</sup> SCOTT, J. *loc. cit.*

<sup>116</sup> SCOTT, J. *loc. cit.*

modos de dominação complexos e institucionalizados. Esses documentos, quando analisados em conjunto, permitem compreender os processos de estratificação social organizados a partir da ocupação exercida, e os modos como o poder municipal controlou essas atividades em meio a um projeto de cidade civilizada e com intencionalidades de arrecadação municipal.



### 3 CARROCEIROS E CARREGADORES NA CIDADE

#### 3.1 Sentidos para as práticas de trabalho de carroceiros e carregadores

Por meio das reflexões propostas por Bazco, os imaginários sociais funcionam como constituintes e integrantes de um vasto sistema simbólico, no qual a coletividade constrói sua identidade e representação de si, distribuindo papéis e posições sociais, concebendo crenças comuns e especificando modelos formadores, como de “chefe”, “bom súdito”, “valente guerreiro”, “cidadão”, entre outros. Desse modo, a representação totalizante da sociedade, perpassada pela ordem, é produzida de modo que cada elemento tem “*su lugar, su identidad y su razón de ser*”. As referências simbólicas e os imaginários sociais indicam como os indivíduos pertencem a uma sociedade e ajudam a compreender os modos pelos quais se relacionam entre si, bem como os conflitos existentes neste meio. O imaginário social constitui, dessa forma, um dos instrumentos reguladores da sociedade e da vida coletiva, bem como do exercício de poder.<sup>117</sup>

Em diálogo com os estudos de Nicolau Sevcenko, em suas reflexões sobre o espaço público, na cidade do Rio de Janeiro no período em estudo, os modos de vida e as percepções sobre a cidade passavam, com o início do século XX, por processos de remodelação, reajustamento e regeneração diversos, constituindo o espírito das elites sociais com a chegada da República. Com intensidades maiores ou menores, dependendo da cidade em estudo, é possível pensar algumas dimensões para as transformações empreendidas na cidade, relacionadas à condenação dos hábitos associados às memórias tradicionais, por exemplo: a negação de todos e quaisquer elementos da cultura popular tradicional que fosse de encontro às construções de civilização ensejadas, com interlocução com um cosmopolitismo relacionado à cultura parisiense existente no período.<sup>118</sup> Em diálogo com Maria Izilda Matos, os jornais, fragmentados, constituem uma entre as diversas possibilidades de compreensão do desenrolar cotidiano de trabalhadores e de seus movimentos pela cidade. Um dos desafios é a relação cotidiano-permanências-mudanças. Devido às suas dificuldades de compreensão, por vezes,

<sup>117</sup> BACZKO, B. **Los imaginários sociales**: memorias y esperanzas coletivas. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991. p. 27.

<sup>118</sup> SEVECENKO, N. *op. cit.*, p. 30

metodologias nem sempre são suficientes, uma vez que o cotidiano, como dimensão analítica, é atravessado por incertezas, controvérsias e ambiguidades.<sup>119</sup>

Dessa forma, o objetivo deste tópico é compreender os desenhos existentes em torno dessa profissão e o complexo mosaico de percepções sobre esses trabalhadores e a sua existência na cidade. Sustentamos como hipótese que a presença desses trabalhadores era sinônimo de sensibilidades diversas, por vezes, associadas à positivação do trabalho existente no período, evidenciada por meio das práticas de caridade e solidariedade, que fortalecem a ideia de que esses sujeitos eram vistos como trabalhadores da cidade; no entanto, era um trabalho considerado, por alguns discursos como subalterno, e seus trabalhadores entendidos, muitas vezes, como destituídos de capacidades cognitivas. Estes pensamentos são percebidos nos editoriais políticos do período, que evidenciam a exclusão de práticas sociais diversas, como no exercício de esportes, por exemplo, o futebol. A elaboração das reflexões apresentadas foi realizada por meio do estudo de três jornais em circulação no período: *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso (1904 a 1911)*; *Myrto e Acacia: Orgam do Instituto Neo Pythagorico (CE) (1916 a 1920)* e *A Razão: Político, Comercial e Noticioso (1929 - 1938)*. Em conjunto, argumentamos que esses trabalhadores eram vistos como profissionais subalternos, excluídos de dinâmicas sociais específicas, apesar de considerados indispensáveis na cidade.

Pensando a dimensão da linguagem, a partir das reflexões propostas por Kosseleck, compreendemos que “toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística” uma vez que “as palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente da permanência do mesmo conteúdo ou significado por ela designado”, de modo que é interessante compreender os conflitos existentes entre determinados grupos a partir das construções e interpretações da linguagem feitas pelos contemporâneos de então e as possibilidades de investigação histórica.<sup>120</sup> Os dicionários do início do século XX, nesse sentido, apontam algumas definições para os vocábulos relacionados a trabalho, ofício e ocupação. Em conjunto, orbitam sobre os significados de uma prática de trabalho cotidiana, com instrumentos de trabalho e relações de emprego. É possível perceber essas questões quando direcionamos nosso olhar para o entendimento de sentidos atribuídos a ocupações e profissões dentro do espaço da cidade, a partir de uma dimensão conflituosa e diversa. O verbete do *Dicionário Prático Ilustrado*, de 1928, aponta a ideia de trabalho como:

<sup>119</sup> MATOS, M. I. S. *op. cit.*, p. 140.

<sup>120</sup> KOSSELECK, R. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio Janeiro: Contraponto. 2006, p. 103.

**Trabalho.** m. Exercer sua atividade para fazer, para executar uma coisa. Trabalhar para ganhar com o que viver. Exercer seu ofício: ir trabalhar. Empenhar-se, esforçar-se, trabalhar por uma empresa.<sup>121</sup>

Assim, em continuidade com as reflexões propostas por Simona Cerutti, o processo oficial de classificação, ao definir grupos e indivíduos a partir de características diversas, tem como objetivo instituir um lugar de verdade e saber. A análise da linguagem compõe um instrumento investigativo importante na compreensão dos processos de estratificação social. O discurso, em um primeiro momento, nos ajuda a compreender os critérios de diferenciação utilizados no passado, sobretudo, os relacionados às profissões e ocupações. A partir desta reflexão, o verbete sobre trabalho, e alguns outros correlatos, aponta para o esforço físico para a manutenção dos modos materiais de existência. Aponta, ainda, como o trabalho era constituído por uma prestação de atividade para indivíduos ou empresas. O vocabulário utilizado, as interpretações e os critérios construídos para a classificação profissional, quando analisados pelo historiador, permitem refletir sobre sua utilização eventual e os conflitos pelos quais emergem dadas categorias. Em diálogo com a análise documental, podemos pensar o período em estudo evidencia como grupos específicos e sua classificação relacionada ao trabalho cumpriu uma função normativa e excludente.<sup>122</sup>

Em diálogo com as investigações de Pereira, os jornais do início do século XX possuíam lugares específicos na produção de imaginários dentro da cidade. Eram entendidos como difusores de ideias, capazes de apresentar pensamentos considerados críticos, levando as luzes do progresso. Para os letrados do período, a imprensa possuía, assim, dimensão pedagógica, construindo sensibilidades específicas em torno de trabalhadores diversos.<sup>123</sup> Essa compreensão é importante, pois, a presença de carroceiros e carregadores em gêneros literários múltiplos, como reclamações sobre atividades públicas, editoriais sobre correntes políticas, códigos de esportes e notícias sobre acidentes e caridade, permite investigar aspectos relacionados a suas práticas de trabalho e os caminhos percorridos na cidade. A diversidade de gêneros presentes nos jornais, assim como os conteúdos abordados, evidencia a multiplicidade de possibilidades relacionadas a estes sujeitos. Como não encontramos indícios das vozes desses trabalhadores nesses espaços, a análise das fontes privilegia os discursos, por vezes dominantes, em tentativas de leituras a contrapelo. Machado de Assis nos ajuda a refletir sobre

<sup>121</sup> DICIONÁRIO PRÁTICO ILUSTRADO. Verbetes trabalho. Fundação Biblioteca Nacional, 1928. p. 1137.

<sup>122</sup> CERUTTI, S. *op. cit.*, p. 233-242.

<sup>123</sup> PEREIRA, L. A. M. Negociações Impressas: A imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. **Revista História**, vol. 35, 2016, dec. 2019.

a importância dos discursos existentes nos jornais, ao final do século XIX e início do século XX:

O jornal é a verdadeira república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das ideias e o fogo das convicções.<sup>124</sup>

Pensando, também, as contribuições de Costa, as circunstâncias históricas de produção de ideias ou discursos eram permeadas pela posituação do trabalho em meio a uma sociedade com desigualdades profundas e estruturais, relacionadas ao período da escravidão. Os pobres, em sua maioria mulatos e negros, eram facilmente segregados, em meio a uma dinâmica socioeconômica de difícil mobilidade e de possibilidades limitadas. Algumas pessoas, por meio de serviços de clientela, por vezes, relacionados à imprensa e à produção literária, eram absorvidas pela dinâmica dominante, no entanto, de modo limitado e excludente. As práticas de trabalho eram progressivamente racionalizadas, em meio à expansão do processo produtivo. Existia, portanto, uma hegemonia das elites brasileiras sobre os demais grupos sociais, com indícios nos jornais e nos discursos letrados do período.<sup>125</sup>

Nesse sentido, em diálogo com os estudos de Marta Barbosa, o espaço da cidade de Fortaleza apresenta separações para além do aspecto geográfico, onde modos de viver, morar e práticas sociais evidenciam uma outra temporalidade e modos de existir. Seus estudos apontam para uma cidade com diferenças físicas, mas principalmente sociais, com cidades dentro de cidades. Suas reflexões são construídas a partir de um universo de produções escritas sobre este espaço, como jornais e documentos policiais, que, em conjunto, apontam aspectos sobre a existência e experiência de pessoas dentro da organização urbana e social. Um universo complexo, composto por normatizações, teorias sociais, relações de poder e modos de percepção de moradores, trabalhadores, agentes públicos e meios de comunicação.<sup>126</sup>

Nesse sentido, quando analisamos alguns periódicos em circulação na cidade, entre 1900 e 1930, é possível perceber aspectos interessantes relacionados a problemas urbanos e a prática de trabalho de carroceiros e carregadores, que eram associadas à mitigação dessas questões. Por meio de gêneros textuais diversos, como reclamações e artigos de opinião, construídos em uma perspectiva crítica, de identificação de problemas sociais e de agentes

<sup>124</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda **Negociações Impressas**: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. História [online]. 2016, vol.35, e99.

<sup>125</sup> COSTA, E. V. *Ibid.*, p. 367

<sup>126</sup> BARBOSA, M. E. J. **Cidade na contramão**: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 21-39.

responsáveis por esses problemas, é possível perceber algumas ideias relacionadas à cidade, mas principalmente, aos carroceiros e carregadores ocupantes desse espaço. Existe uma complexidade de percepções pois, a partir da análise dos jornais, é possível costurar as perspectivas que moradores e formadores de opinião têm do espaço urbano, dos trabalhadores e do poder municipal. A percepção sobre esses trabalhadores era, em sua maioria, construída em relação à insuficiência do trabalho municipal.

Nesse sentido, em diálogo com os estudos de Durval Albuquerque Júnior, com base na imersão em jornais e fontes hemerográficas, é possível pensar a existência de processos específicos de construção imagética e estereotipada do Nordeste, em meio a construções que estão relacionadas com poderes e saberes específicos. A cidade se constituía dentro de uma rede de territórios e, no início do século XX, projetava-se a partir das ideias de modernidade. Uma dessas percepções, dentro do recorte físico e temporal em estudo, aponta para uma construção de cidade civilizada a partir da limpeza dos espaços. Em conjunto, produzem efeitos internos de verdade, em meio a uma “dizibilidade”, sobre o viver e o morar nesse território.<sup>127</sup> Estas reflexões são pensadas em diálogo com a queixa publicada no *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, no ano de 1908:

O regime da proteção entrou também nesse departamento público e a ele se deve o estado em que se encontra a Fortaleza, outrora, **tida como rainha do norte**, pelo asseio que ostentava e, hoje, abandonada inteiramente e transformada num monturo enorme e a mostrar montes de lixo por toda parte, desde a entrada, aos pontos extremos da cidade. Tivemos ocasião de falar, em vez passada, no depósito de sujidades que os prepostos da Câmara estão fazendo em frente a Fundação Cearense, em um vasto terreno de propriedade do senhor José Pio que se converteu num enorme viveiro de moscas, que nada respeitam no seu zum zum constate e que a toda hora assaltam os bondes da linha do Bemfica, que lhe passa a frente, incomodando aos passageiros, como aos moradores da circunvizinhança. São esses os fatos colhidos com esse protecionismo pessoal, adotado pela municipalidade da Fortaleza.<sup>128</sup>

Assim, pensamos que o acúmulo de lixo pela cidade, em áreas centrais, em locais distantes e nas estradas, apontava para um crescimento desordenado do espaço urbano. A produção de resíduos era sintoma de como a cidade em expansão tornava-se um problema à medida que não existiam espaços suficientes para o depósito de lixos e dejetos, tampouco políticas públicas eficientes para amenizar o problema. A ausência de limpeza municipal,

<sup>127</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Ed. Massangana: Cortez, 2006, p. 21.

<sup>128</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 754. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1405&Pesq=lixo>. Acesso em: 17 jun. 2020. [n.p.]

portanto, não dialogava com o projeto urbano de civilização e modernidade gestado na cidade. Esse problema era associado ao surgimento de doenças diversas, hábitos insuficientes de higiene e ausência de fiscalização empreendida pelo Poder Municipal. Ter uma cidade limpa, dessa forma, constituía-se dentro do projeto de civilização e asseio, que prevenia doenças e miasmas nocivos. A gestão municipal, em uma relação presente e passado, era identificada como agente de modificações na cidade, sendo insuficiente, de acordo com as queixas publicadas nos jornais, para a realização dessas atividades.

A partir das reflexões de Carvalho, pensando a realidade da cidade do Rio de Janeiro, as sensibilidades sobre doenças eram evidentes na cidade, sendo um processo presente nesses locais, onde os altos índices de mortalidade e a disseminação sem controle de patologias entre camadas populares despertavam cuidados e precauções quanto aos hábitos, espaços e práticas coletivas. A vacinação contra doenças, como sintoma da modernidade e do desenvolvimento da ciência, despertava conflitos diversos, sobretudo, dentro do espaço urbano.<sup>129</sup> Em diálogo com Pontes, os aspectos climáticos existentes no estado do Ceará, durante os Períodos Imperial e Republicano, impulsionaram o deslocamento de pessoas em direção à cidade, formando grupos expressivo em busca de condições de sobrevivência, das quais, muitas estavam vulneráveis às diversas doenças existentes nesses períodos. Iniciativas de vacinação, expansão de dispositivos públicos e desenvolvimento de práticas assistencialistas e de caridade eram entendidas como mediadoras das situações de calamidade existentes na cidade.<sup>130</sup>

A análise de periódicos como o *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, por meio de artigos de opiniões, evidencia uma experiência conflitante de tempo. Uma sensibilidade de nostalgia é visível a partir das memórias sobre práticas de trabalho realizadas ao final do século XIX, e que de acordo com alguns formadores de opinião, não eram realizadas de modo satisfatório durante os primeiros anos do século XX. As experiências e expectativas conflitantes, em um primeiro momento, percebiam a ação municipal como organizadora de práticas urbanas diversas, no entanto, insuficientes na promoção dessa organização. A regulação de práticas de trabalho a partir de legislações, regulamentos e matrículas eram cotidianamente percebidas como pontos de inflexão na realização de atividades essenciais realizadas tradicionalmente. De acordo com o *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1908:

São esses os frutos colhidos com esse protecionismo pessoal, adotado pela municipalidade da Fortaleza. O serviço de limpeza pública, feito com a maior

<sup>129</sup> CARVALHO, J. M. *op. cit.*, p. 91-139.

<sup>130</sup> PONTE, S. R. *op. cit.*, p. 91.

regularidade antigamente e com muito mais economia do que hoje, não pode agora ser posto novamente em prática, dentro dos mesmos moldes, porque as autoridades, que dele se deviam ocupar convenientemente, são as próprias que o abandonaram em mãos de afilhados que com ele, exploram confiados na aprovação que lhe não faltará, por parte da administração municipal.<sup>131</sup>

Nesse sentido, em diálogo com os estudos de Garcia, nesse período, em meio ao desenvolvimento da medicina social, emergem discussões relacionadas com a transmissão de miasmas e doenças. Entre muitas teorias, duas correntes de pensamento ganham força entre os intelectuais brasileiros, que produzem espaços de reflexões entendidos como “infectologistas” e “contagionistas”. Os infectologistas acreditavam que as infecções ocorriam a partir da ação de microorganismos vegetais e animais que entram em putrefação dentro do ambiente, produzindo emanções nocivas que afetam o ar e o corpo humano. Os contagionistas, em contrapartida, acreditavam que as infecções ocorrem por meio do contato com pessoas contaminadas, a partir do toque em objetos diversos ou pela respiração. Médicos e higienistas, ao diagnosticarem doenças, dialogavam com as duas abordagens, com a finalidade de prevenir a expansão de contágio e propagação de enfermidades.<sup>132</sup>

Desta forma, a construção de uma cidade limpa e higiênica, sobretudo, a partir do recolhimento do lixo, tornava-se uma pauta presente nos espaços ilustrados das letras, como os jornais, sendo uma temática sensível desde as últimas décadas do século XIX e início do século XX. A limpeza dos espaços constituía-se como um imaginário social e era um tema mobilizador da cidade. Produções escritas presentes em jornais, muitas vezes sem assinatura ou identificação, organizadas por meio de queixas e reclamações, assumiram um discurso de coletividade e eram construídas com base na produção de sentido de muitas vozes, fazendo-se notar a partir da experiência e das demandas da vida comunitária. Em meio a reclamações e queixas diversas, é possível apreender evidências de como o presente e o passado eram permeados pelos imaginários em torno da organização social e espacial da realização da atividade. De acordo com o *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1908:

#### Limpeza Pública

Muito mal feito o serviço da nossa limpeza pública. Agora a coisa parece que se vai tornando pior, se é possível. As ruas, pessimamente varridas, tem lixo por todos os cantos que a vassoura da municipalidade é um garrancho na mão de preguiçosos.

<sup>131</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 754, 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1405&Pesq=lixo>. Acesso em: 17 jun 2020. [n.p.]

<sup>132</sup> GARCIA, A. K. M. **A ciência na saúde e na doença**: atuação e prática dos médicos em Fortaleza (1900-1935). 2011. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 144.

Somente a coxia merece um pouco da atenção dos varredores. Ultimamente achou-se que o depósito de lixo, que deveria estar fora da cidade, ficava em boas condições, defronte da fundição cearense. Assim vae-se tornando aquela parte de um bairro onde o aceio já não era notável, um foco de moléstias insidiosas, com prejuizo manifesto da arraia miúda que é sempre quem paga o pato. Para quem reclamar...<sup>133</sup>

A partir da análise de periódicos, pensamos na possibilidade de reflexão sobre como o processo de transformação das percepções e ações relacionadas ao recolhimento de lixo e limpeza dos espaços tem ligação, também, com a percepção e a identificação dos trabalhadores dessa atividade. A ruptura dos laços de vizinhança e a construção de relações de trabalho e prestação de serviços com o município impõem novas percepções e conexões com os carroceiros que, tradicionalmente, utilizavam carroças para encontrar modos de sobreviver na cidade. Os trabalhadores da limpeza constituem-se como sujeitos indispensáveis no processo de construção da experiência urbana daquele tempo e, aos poucos, são percebidos de modo negativo, a partir do seu percurso pela cidade, com carroças descobertas, levando mau cheiro e dejetos. É possível supor a existência de inconsistências quanto à avaliação da realização dessa atividade, que por vezes, era vista a partir da insuficiência do poder municipal, e por tantas outras vezes, por meio de uma negatização da prática de trabalho de carroceiros.

A partir dos estudos de Hartog, o regime moderno de historicidade, pensado a partir de 1789, é experimentado por meio de diferentes regimes e sensibilidades de temporalidades, que em conjunto, costuram as experiências no tempo e no espaço, sendo dotadas de sentido a partir das dimensões de passado, presente e futuro. A emergência de experiências modernas permitiu a compreensão de movimentos de aproximação e distanciamento entre experiência, em uma dimensão do passado, e expectativa, em uma dimensão no futuro. Nesse sentido, o século XX é percebido com a rejeição ao passado, a partir do alinhamento entre futurismo e presentismo. As sociedades que produziram expectativas de um futuro costurado ao progresso, foram as mesmas que, aos poucos, perceberam as sensibilidades de futuro cederem espaço ao presentismo, que por vezes, não correspondiam às idealizações gestadas.<sup>134</sup>

Nesse sentido, a análise de artigos de opinião evidencia tensões relacionadas a experiências vividas ao final do século XIX e o tempo presente de produção de textos escritos em jornais. Uma sensibilidade de tempo a partir de experiências sobre o viver na cidade era

<sup>133</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 0753, 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1405&Pesq=lixo>. Acesso em: 17 jun. 2020. [n.p.]

<sup>134</sup> HARTOG, F. **Regimes de Historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. P. 133 - 157.



construída e percebida por meio de uma relação de nostalgia com o passado, entendido a partir do trabalho de carroceiros, e de uma experiência de rejeição do presente, a partir das críticas aos modos como a atividade era organizada pela ação municipal. A organização da atividade de limpeza, pelo município, despertou a expectativa de que a higiene dos espaços seria realizada com frequência, solucionando uma questão sensível para os moradores da cidade. A experiência de retorno positivo ao passado acontece quando a cidade, que deveria ser moderna e civilizada, tem ruas e mais ruas com acúmulo de lixo e sem limpeza suficiente e regular, rompendo com uma expectativa criada nos últimos anos do século XIX, conforme algumas notas do *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso* de 1908:

O serviço de limpeza pública, feito com a maior regularidade antigamente e com muito mais economia do que hoje, não pode agora ser posto novamente em prática, dentro dos mesmos moldes, porque as autoridades, que dele deviam ocupar convenientemente, são as próprias que o abandonaram. Além de feito de modo inconveniente, em carroças descobertas, acresce estas mesmas, ou por culpa exclusiva dos respectivos condutores ou por determinação do encarregado, que deixam passar dias e dias, em ruas inteiras e, si de uma vez por outra, reclamamos de nossas colunas, temos o desprazer de ver que essas faltas não têm paradeiro, deixando entrever que é impotente o felizardo que dele se acha imbuído.<sup>135</sup>

Em continuidade com as investigações de Barbosa, os jornais constituem um espaço heterogêneo de publicações e textos com intencionalidades diversas. Em conjunto, atuavam por meio de notícias e queixas, orientados por uma “melhora” do espaço urbano, mediante uma cidade idealizada. Em meio às suas páginas, é possível visualizar processos cotidianos de exclusão, classificação e segregação. Dessa forma, os veículos impressos construía discursos específicos sobre a cidade ideal para se viver e morar, bem como sobre os sujeitos que, na contramão desse processo, indicavam uma cidade desordeira e não civilizada.<sup>136</sup> Nesse sentido, de acordo com a análise do *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, é possível afirmar que notícias e textos presentes em jornais em circulação teciam as memórias sobre a cidade a partir de uma rejeição das práticas contemporâneas e da valorização dos modos de organização de décadas passadas. A Fortaleza narrada nas páginas dos jornais, nos primeiros anos do século XX, entre tantas questões sociais, era marcada pelo acúmulo de lixos em pontos da cidade,

<sup>135</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 754, 1908. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso: 12 set. 2019. [n.p.]

<sup>136</sup> BARBOSA, M. E. J. *op. cit.*, p. 10-11.

sendo rememorada por seus habitantes, em páginas de jornais, a partir da limpeza de ruas e dos bairros centrais de outros tempos.<sup>137</sup>

Assim, a partir da análise de jornais em circulação no período, direcionamos nosso olhar para os modos de construção de imaginários e classificações relacionadas a trabalhadores pobres, em específico, aqueles que transitavam pelo espaço da cidade, com suas carroças e práticas de trabalho polissêmicas. As queixas dos jornais evidenciam um processo de descontentamento existente a partir da realização de atividades de limpeza e de uma modificação nos modos de realização dessas atividades, que antes eram realizadas por carroceiros e carregadores, em meio a laços de vizinhança, e, a partir dos primeiros anos de 1900, passa a ser realizada pelo município, por meio de contratação de serviços. Dois aspectos sobressaem nas críticas e reclamações cotidianas: a regularidade em que a atividade era realizada e o valor de recursos empreendidos para ter acesso ao serviço, ou seja, tempo e dinheiro. Vários significados eram associados à ausência de limpeza regular, como preguiça dos condutores ou insuficiência da ação do município.

Por meio da análise dos *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará*, a partir da compreensão sobre categorias socioprofissionais, reforçamos aqui a diversidade de ocupações específicas no espaço da cidade, relacionadas à produção de redes, fiação, tecidos, pães, destilação, cigarros, produção de livros, encadernação, além de cuidados pessoais, como cabeleireiro e barbeiros, ou produção de móveis e bens de consumo, realizados em marcenarias, carpintarias, ourivarias. Relojoeiros, alfaiates, marmoristas, fundição, entalhador, fotógrafos, sapateiros, ferreiros, funileiro, torneiro, barulheiro, *selleros*, pintores, desenhistas, tintureiros empreiteiros de obras, marchantes, entre outras, que em conjunto, constituíam o cotidiano complexo heterogêneo de trabalho e no período.<sup>138</sup> Nesse sentido, de acordo com June Huhner, a partir da análise das classes trabalhadoras na cidade do Rio de Janeiro, ocupações qualificadas e não qualificadas eram elementos importantes para diferenciar grupos sociais na cidade em estudo. Compartilhavam

<sup>137</sup> **Jornal Do Ceará: Político, Comercial E Noticioso**. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 754, 1908. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso: 12 set. 2019. [n.p.]

<sup>138</sup> Construído a partir de: ALMANAQUE ADMINISTRATIVO, ESTATÍSTICO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico: Fortaleza. 1900 - 1910.

condição semelhante de pobreza, apesar de dispostos em lugares de trabalho com percepções sociais e aceitações diferenciadas <sup>139</sup>

Essas reflexões são importantes, pois, em diálogo com a análise de jornais, a desigualdade entre ocupações emergiu em artigos de opinião, evidenciando as possibilidades de diferenciações sociais existentes. Os aspectos sociais e materiais, os costumes e as tradições eram relacionados a questões de classe, como a condição de pobreza, enquanto as práticas de trabalho e sobrevivência eram profundamente relacionadas e explicadas com base em características e aptidões cognitivas. Os jornais apontavam indícios de como essas diferenciações orbitavam em torno da ocupação exercida, que, para muitas pessoas do período, eram confundidas com capacidades e habilidades cognitivas e comportamentais. Esses meios de comunicação também apontavam algumas percepções sobre os modos como extratos da sociedade eram vistos e entendidos dentro do espaço urbano dos anos 1920 e 1930. De acordo com a *Razão: Independente, Político e Noticioso*, de 1931, :

Diziam que as pessoas que pensam de modo comunista pensam a sociedade como uma reunião de indivíduos iguais, em aptidões e inteligência, tendo as mesmas vontades, os mesmos direitos, as mesmas funções, a mesma perfectibilidade ou imperfectibilidade, capaz de um só pensar em todos, sendo uma massa social heterogênea. É o que dava para deduzir das teorias, querendo igualar todos, como se resolvessem um problema aritmético. Em matemática cinco e cinco são dez, mas em política, a soma era diferente. Isso porque acima dos indivíduos existiam forças sociais, de ideias, costumes, sentimentos e tradições. **A igualdade absoluta, em sociedade, é um mito, uma fábula, que só pode existir no cérebro de visionários. Se na natureza, era observado que nem as flores são iguais, como querer o homem, na sociedade, a igualdade absoluta, quando todo o mundo é relativo, e as aptidões divergem de pessoas a pessoas, e os caracteres são tão desiguais de semelhante a semelhança, que se torna tão difícil de uni-as, como difícil seria captar as ondas de eletricidade que se repelem. Procurar entender qual teoria de sociedade é essa. Um carroceiro, um engraxate, um sapateiro, não tem as aptidões de um médico, de um bacharel, de um arquiteto.** E a cada passo encontravam em tudo a desigualdade que o comunismo queria fazer desaparecer para dar lugar na sociedade a igualdade absoluta. E um paradoxo otimista, que transformado a instituição política, só poderá dar resultados funestos.<sup>140</sup> (A Razão, grifo nosso, 1931).

Perceber os indivíduos a partir de direitos sociais, civis e políticos, sem distinções, parecia uma ideia inadequada para alguns setores sociais. O editorial datado de 1931 tecia críticas às ideias comunistas e aos modos como as pessoas adeptas a essa reflexão política pensavam sobre a organização da sociedade. A sociedade heterogênea desse período aponta

<sup>139</sup> HUHNNER, J. op. cit., p. 190 - 210

<sup>140</sup> A RAZÃO: INDEPENDENTE, POLÍTICO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 568, 1931. [n.p.]

indícios de aspectos ocupacionais diferenciavam socialmente as pessoas, as habilidades e as competências, em meio a uma organização social onde as relações de trabalho funcionavam, em sua maioria, baseadas em interações entre patrão e trabalhadores pobres. As ocupações consideradas subalternas, como carroceiros, engraxates, sapateiros, eram pensadas em contraposição às profissões liberais, como médicos, bacharéis ou arquitetos, como se as diferenciações laborais entre os diversos trabalhadores estivessem relacionadas às dimensões intelectuais, e não às desigualdades materiais e sociais existentes na sociedade. Dentre essas ocupações, as práticas de trabalho realizadas por carroceiros, em associação com algumas outras atividades, eram percebidas abaixo das sensibilidades em torno das classes populares. Seriam as ocupações subalternas e com fortes laços de prestação de serviços.

Para Jeuken, a partir das reflexões de Guy Debord, a emergência do futebol como esporte, entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, funcionava como espetáculos, nos quais as relações eram mediadas pelas imagens. Esses espetáculos eram disseminados no tecido social, em que as ilustrações eram utilizadas como modos de justificar, afirmar e reforçar o poder de grupos socialmente dominantes e dirigentes. Os esportes atuavam dentro do espaço urbano como mediadores entre elites sociais e grupos considerados subalternos. O futebol, por vezes, funcionava como prática esportiva, atlética, de lazer e ocupação do tempo livre, costurado e entrecortado pelo espetáculo enquanto prática, constituído e pensado de modo excludente, direcionado para grupos limitados e com lugares socialmente demarcados. A prática desportiva, para além de cuidados diversos com o corpo e modos de lazer, aponta indícios sobre como ocupações consideradas subalternas eram entendidas dentro da sociedade.<sup>141</sup>

Nesse sentido, de acordo com o *Jornal A Razão: Independente, Político e Noticioso*, de 1929, processos de exclusões existiam junto às páginas dos jornais em circulação na cidade de Fortaleza. Para além das sensibilidades e construções sobre subalternidade, existiam demarcações específicas que estavam relacionadas à prática de trabalho de carroceiros. Os capítulos e artigos demarcavam diversos impedimentos e adequações existentes para realizar o esporte, que em conjunto, sinalizavam socialmente o que seriam ocupações subalternas, como serventes, engraxates e carroceiros. Permitem perceber e compreender o mosaico de características que formavam e definiam as classes subalternas do início do século XX. Um segundo modo de diferenciação social relacionado à profissão e ocupação era evidenciado com

---

<sup>141</sup> JEUKEN, B. Esporte na Primeira República: a História do Espetáculo. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, 2017. p. 1 - 10.

base nas práticas esportivas, como o futebol. O código de futebol, aprovado em 1920, determinava que nem todas as ocupações e profissões poderiam participar do esporte, funcionando, dessa forma, como instrumento de segregação e diferenciação social. Diversos aspectos eram apontados como impedimento para a realização dessa prática, por exemplo: pedido de inscrição no valor de 2\$000; pessoas que realizassem atividades braçais, que não tivessem emprego ou profissão; que sobreviviam por meio de ocupações consideradas subalternas, como engraxates, serventes, carroceiros, entre outros; que praticassem jogos de azar; ou que não sabiam ler e escrever. De acordo com o esse periódico:<sup>142</sup>

#### A RAZÃO DESPORTIVA

Associação Desportiva Cearense

Código de Foot Ball, aprovado em Assembleia Geral de 8 de abril de 1929

#### Capítulo VIII

Da inscrição de amadores

Art 57. Do pedido de inscrição deverão constar nome, idade, profissão, naturalidade e residência dos amadores, vindo o mesmo acompanhado do recibo de quitação de taxa de 2\$000.

Art 62 – Não poderão ser inscritos:

B) os que tiverem os seus meios de subsistência de qualquer profissão braçal, considerando-se como tal e que predomine o esforço physico.

(...)

E) Os que explorem jogos de azar ou vivam de sua prática.

(...)

G) os que não saibam ler ou escrever

I) os que habitualmente não tenham profissão ou emprego.

**J) os que exerçam profissão ou emprego subalternos, taes como servente, engraxate, carroceiro, etc.**

K) os que exercerem profissão ou emprego que facilite o recebimento de gorjetas.<sup>143</sup>

(A razão, grifo nosso, 1929).

Assim, a partir da análise de jornais, existem indícios de que, ao final dos anos de 1920, as percepções sobre o que seriam profissões subalternas eram específicas e delimitadas. Os dois

<sup>142</sup> A RAZÃO: INDEPENDENTE, POLÍTICO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 55, 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&PagFis=242&Pesq=carroceiro>. Acesso em: 7 set. 2019. [n.p.]

<sup>143</sup> A RAZÃO: INDEPENDENTE, POLÍTICO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 55, 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192&pagfis=448>. Acesso em: 2 set. 2019.[n.p.]

recortes analisados possuem fortes elementos de diferenciação social e contribuem na compreensão do que seria o mosaico de percepções relacionadas a essa prática de trabalho. Existiam ocupações que, assim como os carroceiros, eram compreendidas a partir do signo da subalternidade. Seriam os engraxates, sapateiros, serventes, entre outros, ocupações realizadas a partir da prestação de serviços intermitente e urbana. Eram percebidos a partir da associação de trabalho com capacidades cognitivas e, ao final desta década, existiam por meio da diferenciação simbólica e social, nos espaços e práticas da cidade moderna. Essas seriam uma das diversas tensões existentes na experiência social desses trabalhadores.

Para Balcão, lidamos com o desafio de que a experiência dos trabalhadores quase nunca é narrada ou escrita por eles. Os vestígios e indícios que chegam até nós são, por um lado, por meio de relatos, reclamações e queixas publicadas em jornais e, por outro, a partir de imposições e disciplinas diversas, como o poder municipal e o aparato policial. Em conjunto, os discursos diversos da cidade apontam as representações construídas por grupos específicos sobre alguma prática de trabalho também específica. Contribuem como elementos que, costurados, permitem compreender os diversos sentidos existentes na cidade. Desta forma, os significados e as leituras apresentadas e expressas nos jornais refletem uma dentre várias percepções de construção de cidade e modos de vida, e que não representam a totalidade das relações, mas que constituem representações sobre os modos de viver, operações e práticas existentes no espaço urbano.<sup>144</sup>

Em diálogo com Thompson, os historiadores têm direcionado olhares e reflexões para compreender aspectos do tecido social a partir de elementos cotidianos como os lugares do esporte, as fofocas, os rumores, rituais e protestos sociais. A análise de sociedades e formas de controle, ao longo do século XVIII, apontam dois movimentos, dos quais percebemos na análise de fontes hemerográficas: a representação, pelas classes dominantes, de aspectos de justiça e riqueza; e dos pobres, que em contraponto, contracenam a deferência. O uso da percepção de “teatro” permite, assim, analisar as imagens de poder, as mentalidades dos grupos subordinados e a autoridade existente nas relações. Assim, uma possibilidade para essas reflexões acontece por meio da análise de situações atípicas na experiência social.<sup>145</sup>

Pensando em diálogo com as contribuições de Chalhoub, as relações entendidas como padrão e empregado, ao longo da Primeira República, eram construídas em diálogo e

<sup>144</sup> BALCÃO, L. F. **A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900 – 1913)**. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. p. 67.

<sup>145</sup> NEGRO, A. L. ; SILVA, S. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012. p. 227 - 269.

semelhança com o vínculo entre pais e filhos, sendo veiculadas, sobretudo, por setores das classes dominantes brasileiras. Os patrões ocupavam o lugar de orientação e condução do trabalhador, que, em contrapartida, desempenhava ordeiramente suas funções e tarefas.<sup>146</sup> É importante compreender os limites dessas relações de paternalismo e o quanto mantinham diálogo com as relações de produção capitalista que se consolidaram no período. Em algumas experiências, funcionavam como mitigador de tensões laborais, sendo construídas de forma idealizada, no entanto, camuflando profundas desigualdades sociais entre os indivíduos que compunham essas relações de patronagem.<sup>147</sup>

Assim como apresentado por Thompson e Chalhoub, a partir da análise de jornais, é possível perceber indícios, por meio de crônicas cotidianas, sobre relações de trabalho, em meio a teatros entre patrões e empregados e tensões cotidianas. Os carroceiros, que participavam da expansão material da cidade, por meio do fluxo de mercadorias, estabeleciam relações de trabalho com empregadores diversos, constituindo novas relações laborais, atravessadas pela subordinação e exercício de autoridade. Mesmo que em práticas ocultas, pouco visíveis, é possível supor a existência de dissimulações e tensões, em meio a uma cidade que modifica rapidamente seus ritmos, possibilidades de trabalho, espaços físicos e relações. É possível perceber alguns elementos, como a atividade desempenhada por carroceiros, como o carregamento de materiais; as relações de solidariedade e percepção positiva desses sujeitos como trabalhadores; e as relações de prestação de serviços diversas. De acordo com crônica publicada no *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, do ano de 1908:

Uma carroça carregada de lâmpadas para luz elétrica foi de encontro a um ônibus automóvel; e do choque resultou ficarem despedaçadas as lâmpadas que o veículo conduzia.

O infeliz cocheiro olhava, com consternação, para o vidro e metal que pelo chão estavam espalhados, quando da multidão de curiosos que rodeavam a carroça, se adeantou um indivíduo de certa idade, bem trajado e de maneiras distintas.

— Certamente tem de pagar as lâmpadas quebradas, do seu bolso particular? — perguntou ele ao cocheiro.

- Sim senhor, replicou com tristeza.

- Pois, acrescentou o filantropo intrometido, não se incomode com isso. Dê me o seu chapéu.

O cocheiro entregou-lhe o chapéu gordurento e velho.

- Eu dou-lhe um shilling e os curiosos que tinham presenciado a cena foram depositando também, segundo os seus sentimentos e as suas posses.

- Depois o simpático gentleman retirou-se com a alma satisfeita pelo bem que acabava de fazer.

O cocheiro, guardando o produto, olhou com desprezo para o ponto por onde tinha desaparecido seu bem feitor e murmurou por entre dentes:

-Descarado!

<sup>146</sup> CHALHOUB, S. *op. cit.*, p. 114.

<sup>147</sup> CHALHOUB, *Ibid.*, p. 115.

Os circunstantes indignados por tão negra ingratidão cobriram-no de insultos e, então, o cocheiro perguntou-lhes:  
 - Conhecem acaso o meu protetor?  
 - Não, respondera-lhe todos.  
 - Pois é... o meu patrão.<sup>148</sup>

Nesse sentido, a partir das reflexões apresentadas por Scott, um dos domínios na política dos grupos subordinados com a finalidade de proteger a identidade dos atores, ocorre baseada no disfarce e anonimato praticado no espaço público. De modo que, “cabem nesta descrição os rumores, os mexericos, as histórias tradicionais, as canções, os rituais, os códigos, os eufemismos, enfim, uma boa parte da cultura popular dos grupos subordinados.”<sup>149</sup> A partir dessas reflexões, é possível afirmar que quanto maior as desigualdades e disparidades de poder, mais complexas e ritualistas tendem a ser o discurso público dos grupos subordinados.<sup>150</sup> Desta forma, as aparências exigidas dentro das relações de dominação e subordinação estão sustentadas a partir de relações de poder. Muitas vezes, essas aparências são utilizadas como instrumentos ativos de resistência e aversão, contribuindo para um discurso público que legitima a ideologia social do grupo dominante. De forma que, a partir de deferências e modos amistosos, os subordinados parecem compreender os lugares sociais ocupados por si e pelos grupos dominantes.<sup>151</sup>

Em diálogo com as reflexões de Certeau, as pessoas que circulavam pela cidade constituíam os praticantes ordinários do espaço urbano, sendo uma experiência elementar, onde caminham e transitam, construindo operações em espaços que, muitas vezes, não são possíveis de ver. As práticas organizadoras da cidade, construída pelos transeuntes diversos, organizam-se ou desorganizam-se de modos múltiplos e heterogêneos, constituindo representações indefinidas. Em conjunto, compõem outra espacialidade, permeada por uma experiência antropológica e complexa do espaço e da cidade.<sup>152</sup> Os jogos dos passos, dessa forma, organizam e formam os espaços e as práticas cotidianas, em meio a uma familiaridade com as espacialidades percorridas. Estes jogos ocorrem por meio de astúcias e teimosias, por vezes não identificáveis e que escapam da disciplina.<sup>153</sup>

<sup>148</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 817. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1570&Pesq=carro%c3%a7a>. Acesso em: 3 set. 2019. [n.p.]

<sup>149</sup> SCOTT, J. C. *op. cit.*, p. 49.

<sup>150</sup> *Idem.*, p. 29.

<sup>151</sup> SCOTT, J. C. *op. cit.*, p. 66.

<sup>152</sup> CERTEAU, M. *op. cit.*, p. 159.

<sup>153</sup> CERTEAU, M. *op. cit.*, p. 164.



Essas reflexões são importantes pois, buscamos refletir como esses trabalhadores eram excluídos das dinâmicas consideradas dominantes ou mesmo das classes populares de trabalhadores qualificados, no entanto, estabeleciam outras possibilidades de interação na cidade. Apesar de considerados trabalhadores de ocupações subalternas e excluídos das possibilidades de práticas de esportes, existiam relações de trabalho consistentes. De modo que, a ambiguidade das sensibilidades relacionadas a esta ocupação existe a partir de, em um primeiro momento, da percepção de ocupações subalternas, no entanto, entendidas como possibilidades de trabalho e, portanto, seus praticantes vistos como trabalhadores. As percepções sobre essas atividades de trabalho e esses trabalhadores orbitavam entre o incômodo social e a legitimação de formas positivas de sobrevivência. Um dos indícios sobre sensibilidades positivas relacionadas a trabalhadores que, com suas carroças, improvisaram modos de sobrevivência, ocorre a partir de práticas de caridades e ajudas coletivas.

A partir dos estudos de Frederico Neves, pensando a realidade da cidade de Fortaleza, as práticas de caridade eram percebidas como instrumentos organizadores do complexo tecido social em formação nas primeiras décadas do século XX e eram direcionadas para a expressiva parcela de pobres na cidade, de modo que contribuía para uma naturalização desses lugares de pobreza.<sup>154</sup> A partir da análise de fontes, é possível reforçar as ideias de que esses trabalhadores eram percebidos, em sua maioria, a partir da condição de pobreza. Em meio as ambiguidades em torno da percepção e sensibilidade relacionadas a essa prática de trabalho, é possível pensar em beneficências e auxílios, justificados porque, apesar de pobres e percebidos em uma condição de subalternidade, esses sujeitos eram entendidos, em sua maioria, como trabalhadores. Casos de acidentes de trabalho, por vezes, emergiram nos jornais acompanhados de ações de caridade voltados para remediar as situações. Relatos como os apresentados no *Jornal Myrto e Acácia*, em 1916, apontam alguns elementos para pensar os processos de sensibilidade relacionados a essa prática de trabalho:

Conforme em tempo ficou esclarecido pela comissão respectiva, na demonstração publicada nesta folha relativamente à distribuição do dinheiro angariado pelo Bando Precatório que, por ocasião do desastre ocorrido, a 1 de julho último, na Estação da Estrada de Ferro, percorreu esta Capital, reservou-se a importância de 140\$000, correspondente a dois quinhões de 70\$000 cada um, destinado a auxiliar a compra dum carrinho de condução com cavalo e arreios, a fim de ser dado ao carroceiro gravemente ferido naquele desastre, Silvino Gregório da Costa, logo que este, em estado de saúde mais satisfatório, fosse transferido do Hospital para a casa de sua família, a rua Assungui. Tendo a Benemerita Loja Luz Invisível do Grande Oriente

<sup>154</sup> NEVES, F. C. Caridade e Controle Social na Primeira República (Fortaleza, 1915). **Revista de Estudos Históricos**, vol. 27, jan./jun. 2014, p. 115-133.

do Brasil e o Instituto Neo Patagônico completado a quantia necessária para tal fim, foi dado a esta devido destino, e terça-feira última, uma comissão, composta dos Presidentes do Grêmio das Normalistas e Centro Estudantal Paranaense de membros daquele Instituto, e do sr. Manoel Negrão, pela Luz Invisível, fez a entrega a Silvino, em sua casa, do referido carrinho com cavalo e arreios, substituindo assim o que havia ficado inutilizado com a explosão da Estação e que constituía o ganha pão do seu dono. Silvino Gregório da Costa, que tem mulher e nove filhos, ficara em estado de extrema penúria, e achando-se ainda incapacitado para trabalhar, seu filho mais velho é que continuará por ele, durante algum tempo, o serviço de condução. Foi como um lenitivo à dor que amortilhava uma família toda, essa visita de caridade aquele casebre humilde, enfumaçado em que se estampavam nos semblantes bronzeados e macilentos de muitas criancinhas, o desânimo e a tristeza.<sup>155</sup>

De acordo com este relato, a gravidade do acidente, a inutilização do instrumento de trabalho e a condição material de existência de Silvino Gregório da Costa, com esposa e nove filhos, despertam, em um primeiro momento, o olhar de instituições que, em coletivo, destinam valores para a compra uma nova carroça, com arreios, burros e, certamente, dentro dos padrões para circular na cidade. A condição de pobreza, com os indícios dos modos de habitar e morar, assim como da quantidade de pessoas convivendo em um mesmo espaço, constituem, também, possibilidades de reflexão sobre as condições de vida das categorias populares existentes na cidade. Sendo assim, essa prática, vista como importante e indispensável, apesar de existir relacionada a significados depreciativos, em contrapartida, configurava como objeto de piedade, generosidade e beneficências diversas.

Sendo assim, buscamos argumentar que a experiência de carroceiros e carregadores na cidade possuía implicações diversas no tecido social. Em conjunto, esses modos de sobrevivência indicam, em menor ou maior intensidade, incômodos para os projetos de cidade civilizada, indo de encontro, também, aos discursos construídos por setores da sociedade com poder de decisão. São trabalhadores que, em ocupações consideradas degradantes e subalternas, sobreviviam por meio do trabalho que outras pessoas não realizavam, em uma ocupação indispensável para manter o conforto de setores específicos, no entanto, carregada de preconceitos e imposições das mais diversas possíveis. Esses sujeitos eram subalternizados pelos discursos públicos, no entanto, entendidos a partir dos signos de trabalho edificante e positivo.

Em conclusão, a reflexão apresentada, a partir da análise de jornais como *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, *A Razão: Independente, Político e Noticioso* e *Myrto e*

<sup>155</sup> MYRTO E ACACIA. Organ do Instituto Neo Pythagorico (CE). Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 1. 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721107&pesq=carroceiro&pasta=ano%20191>. Acesso em: 4 set. 2019. [n.p.]

Acacia, em diálogo com o Dicionário Prático Ilustrado, por meio de discursos e gêneros textuais diversos, buscou evidenciar, portanto, indícios e reflexões sobre os lugares sociais instituídos para os trabalhadores que sobreviviam tendo carroças como instrumento de trabalho. Argumentamos sobre as diversas sensibilidades e discursos sobre o espaço da cidade que traziam esses trabalhadores como protagonistas de suas narrativas. Um grupo de trabalho específico que improvisavam o cotidiano em meio a imposições municipais e a construções sociais excludentes. Os jornais evidenciam como as ocupações exercidas eram percebidas pelos signos da subalternidade, para os contemporâneos daquele período. Buscamos refletir sobre a hipótese de que, apesar de considerados produtivos socialmente, sendo compreendidos como trabalhadores, eles teciam seu cotidiano em meio aos lugares de subalternidade instituídos socialmente para essas práticas de trabalho. Os discursos, de sujeitos diversos, constituem elementos para compreender as construções sociais em torno dessa ocupação, apesar da pouca existência de indícios que permitam refletir, em contraposição, sobre quais os discursos dos trabalhadores inseridos nesse tecido social.

### 3.2 Entre matrículas, multas e infrações

Pensando a expansão material da cidade, a partir de Maria Bresciane, por meio do recorte de espaço existente em Londres e Paris, durante o século XIX, a multidão da cidade era evidenciada por um movimento progressivo de aglomerações urbanas, com custos sociais entendidos como necessários para o desenvolvimento econômico. Um dos efeitos expressivos dessas aglomerações eram o trânsito de pessoas, em multidões, assim como as fileiras extensas de carruagens e carroças em ruas centrais da cidade.<sup>156</sup> Assim, em diálogo com Certeau, as cidades do início do século XX sofrem um processo progressivo de racionalização de seus espaços, com movimentos orientados por uma organização funcionalista, que privilegia o progresso à medida que se afasta da condição de possibilidade e imprevisibilidade, em detrimento de uma organização científica e política das ruas.<sup>157</sup>

Nesse sentido, a autonomia e exercício de autoridade é realizada por meio de diversas instituições de poder, como a municipal e a policial, agindo sobre experiências de vida e sociais diversas, mas sobretudo, relacionada à população mais pobre e vulnerável da cidade. Os limites

---

<sup>156</sup> BRESCIANE, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992. p. 23.

<sup>157</sup> CERTEAU, M. *op. cit.*, p. 161.

tênuas entre trabalhadores e sujeitos desordeiros, entre práticas de trabalho qualificadas ou não qualificadas, encontram divergências sutis, também, nos processos de normatização empreendidos e construídos no período. Grupos de trabalhadores experimentam processos de regulamentação mais ou menos definidos e tantos outros processos de repressão policial, tornando essas experiências complexas e heterogêneas, mas compartilhadas por uma diversidade expressiva de sujeitos habitantes da cidade.

A partir dos estudos de Juliana Souza, o desenvolvimento da ação municipal, ao longo do Período Imperial e das primeiras décadas da República, teve repercussões nas várias dimensões da vida cotidiana, nos aspectos políticos, jurídicos, econômicos, administrativos e urbanísticos. Esse desenvolvimento gerou impactos na ação municipal, ao longo do século XX, relacionados à autonomia, descentralização e economia das cidades.<sup>158</sup> Em diálogo com Cesaroli, a organização da urbanidade torna-se sinônimo de poder. Assim como discutido em outros espaços, a municipalidade, em ações diversas e específicas, torna-se instrumento de exercício de autoridade, modificando lugares físicos, bem como as relações estabelecidas entre pessoas e a materialidade da cidade.<sup>159</sup>

As calçadas, as ruas, os transeuntes, os veículos eram elementos que constituíam a vida moderna, em rupturas e permanências com os modos de vidas tradicionais, de modo que se tornavam, assim, objeto de olhares e regulamentações. A cidade transformava-se em um organismo complexo, onde elementos diversos passavam pela racionalização e normatização, próprios do espírito do progresso e da civilização. Alguns elementos, em diálogo com nosso objeto de estudo, são próximos à discussão apresentada, quais sejam, o espaço físico e o trânsito da cidade. Os trabalhadores pobres, em ocupações entendidas como subalternas, experimentaram processos mais específicos de controle e regulação, pois os aspectos que incomodavam socialmente, com o fluxo de carroças, eram progressivamente excluídos da dinâmica urbana organizada no início do século XX.

O objetivo deste tópico, portanto, é refletir sobre a incidência de multas, infrações e matrículas na experiência social de carroceiros e carregadores na cidade de Fortaleza. Nossa hipótese é que a progressiva regulamentação do trabalho, impulsionada pela ação municipal, funcionou como desarticuladora de ritmos laborais internos, assim como costumes, à medida que modificou horários e turnos de realização de práticas tradicionais de trabalho. É possível

---

<sup>158</sup>MAGALHÃES, M.S.; ABREU, M. TERRA, P.C. **Os poderes municipais e a cidade**: Império e República. p. 117

<sup>159</sup> CESAROLI, *op.cit.*, p. 54.

perceber a existência de movimentos simultâneos que atravessavam a experiência de vida de carroceiros e carregadores, passíveis de compreensão a partir, em um primeiro momento, de multas, infrações e normatizações, e em um segundo momento, o diálogo com a experiência ordinária de compra e venda de instrumentos de trabalho, os deslocamentos e as dificuldades pela cidade.

Para Tania Regina, os periódicos do início do século XX eram compostos das mais diversas publicações, que, por vezes, dialogavam com os novos espaços e hábitos citadinos do período. Eram páginas constituídas por almanaques, folhetos, anúncios publicitários de casas comerciais e industriais, entre outros, que permitem pensar sobre a experiência letrada dos primeiros anos deste século.<sup>160</sup> Para o desenvolvimento das discussões apresentadas nesse espaço, analisamos as publicações de periódicos, como *O cearense (1846 a 1891)*; *A cidade (1889 – 1904)*; *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso (1904 a 1911)*; *O Rebate: Jornal Independente (1907 – 1913)*; *O Ceará (1928)*; *A razão: Político, Comercial e Noticioso (1929 - 1938)*. Com periodicidades diversas e com objetivos e gêneros textuais múltiplos, apresentam aspectos da experiência cotidiana desses trabalhadores. Em meio a anúncios de compra e venda de carroças, relatos sobre o deslocamento entre cidades, possibilidades de penalização e as infrações cometidas na rotina de trabalho, assim como modificações nos horários laborais e acidentes dentro do espaço da cidade, é possível costurar e procurar indícios de como a prática de trabalho realizada por carroças era permeada de dificuldades diversas. São recortes múltiplos, de fontes diferenciadas, mas que permitem refletir sobre as nuances do cotidiano e do trabalho desses sujeitos.

Nesse sentido, a partir dos estudos de Grinberg, uma preocupação existente ao longo das últimas décadas do século XIX estava relacionada à regulamentação e legislação de locação ou prestação de serviços por trabalhadores livres. Realizada por escravizados e homens livres, existia uma modalidade de trabalho na qual, por meio de contratos, a prestação de serviços era realizada por tempo determinado e com alguma remuneração. Para os legisladores dos códigos civis desse período, havia uma tentativa de formular uma possibilidade de trabalho intermediário à escravidão, baseado nos contratos de locação de serviço. Muitos projetos foram apresentados, contudo, sem conclusões. As dificuldades de definição de locatários e locadores, associados às definições dos trabalhadores que poderiam desempenhar essas atividades, permaneceram, portanto, pouco definidas junto às instituições jurídicas que organizavam a

---

<sup>160</sup> LUCA, T. R. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 121.

sociedade no período.<sup>161</sup> A partir do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de 1913, por meio do verbete *Emprego*, é possível compreender que esses significados eram construídos em torno das relações de patrão empregado, com emprego de capitais na atividade e a partir da prestação de serviços:

**Emprego.** m. Ato ou efeito de empregar. Situação ou funções de quem faz serviço em repartição pública ou estabelecimento particular. Aplicação ou exercício de quaisquer recursos ou faculdades. Emprego de capitais.<sup>162</sup>

Da forma semelhante com a organização das cidades portuárias ao longo dos séculos XIX e XX, Fortaleza presenciou um aumento progressivo do trânsito de pessoas e da circulação de veículos, como carroças, em ruas centrais da cidade, assim como, o deslocamento do dia a dia de pessoas de bairros afastados em direção ao centro dinâmico e econômico da urbe. Assim como outras cidades, o cotidiano do município sofreu modificações sensíveis nesse período. O circuito de carroças pela cidade, atividade considerada cotidiana e tradicional, realizada por meio de relações de vizinhança entre trabalhadores e moradores, torna-se objeto de muitas e normatizações diversas, por meio da municipalidade e dos Códigos de Posturas Municipais. Sendo assim, a cidade moderna era aquela que, entre outros aspectos, normatizava, taxava e fiscalizava atividades diversas, modificando a experiência de trabalho realizada por homens pobres, que, tendo carroças como instrumentos de trabalho, improvisaram modos de sobrevivência polissêmicos na cidade.

A partir dos estudos de Paulo Terra, sobre carroceiros na cidade do Rio de Janeiro, neste período, os transportes de cargas, realizados através de tração animal, conviviam em meio à emergência de carros e a um trânsito entendido como moderno. À medida que ruas foram alargadas e chegavam os primeiros automóveis, instrumentos tradicionais de trabalho, como carroças, eram sancionados, circulando pela cidade somente os veículos autorizados e padronizados de acordo com as medidas municipais.<sup>163</sup> Em diálogo com Elciene Azevedo, pensando a experiência da cidade de São Paulo, nesse período, as carroças constituíam-se como instrumentos de trabalho presentes e indispensáveis no cotidiano da cidade. Em cidades em

<sup>161</sup> GRINBERG, K. Código Civil e Trabalho Livre. In: GRINBERG, K. **Código Civil e Cidadania**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 41-45.

<sup>162</sup> FIGUEIREDO, C. Verbetes emprego. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1913.

<sup>163</sup> TERRA, P. C. As posturas e o transporte com veículos. In: TERRA, P. C. **Tudo que transporta e carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2007. p. 64 - 68

processo de expansão, a compra de carroças e animais significava a possibilidade de trabalhos diversos.<sup>164</sup>

Nesse sentido, a organização da mobilidade urbana, na cidade de Fortaleza, passa pelos ação municipal, a partir de processos progressivos de normatização, empreendidos a partir do *Código de Posturas Municipal* de 1872 e reforçados pelo *Código de Postura Municipal* de 1933. Carros, bondes e carroças emergem como objetos de multas, fiscalização e ajustes dentro do que se entendia como adequado para transitar na cidade. Nesses locais, as carroças eram percebidas como transporte e como instrumento de trabalho, indispensável para a expansão material da cidade. As leis e normatizações encontravam materialidade na experiência costumeira de trabalhadores diversos, sobretudo, daqueles que prestavam serviços, entre um ir e vir pelas ruas da cidade. Nos chama atenção as normatizações específicas para a circulação de carroças na cidade.

Entre os temas e assuntos presentes nas páginas dos jornais, chamamos atenção para a compra e venda de carroças, sobretudo, no *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*. Muitas notas chegaram às redações do jornal, que, por vezes, sinalizavam a intenção de comprar ou vender veículos para transportes diversos, como do lixo.<sup>165</sup> Essas páginas anunciavam carroças novas, com burras boas e todos os arreios e direitos pagos, expostos em casas comerciais no centro da cidade.<sup>166</sup> Sendo assim, entre as funcionalidades diversas, os espaços dos jornais eram utilizados também para compras e vendas, de modo que a existência de impostos atualizados e de normatizações, de acordo com as especificações do município, agregavam valor ao transporte em venda. Muitos anúncios seguiam por sucessivas edições, mostrando uma dificuldade em vender o veículo, que, ao ocupar os espaços de anúncios, enfatizavam, no início do século, a regularização de tamanhos e medidas, referentes às posturas e normatizações municipais, e apontavam indícios sobre a comercialização de instrumentos de

<sup>164</sup> AZEVEDO, E. *op. cit.*, p. 91.

<sup>165</sup> O REBATE: JORNAL INDEPENDENTE. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 07, 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721255&pesq=carro%C3%A7a&pasta=ano%2019>. Acesso em: 3 set. 2019. [n.p.]

<sup>166</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 297, 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1128&Pesq=carro%c3%a7a>. Acesso em: 3 set. 2019. [n.p.] JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 55, 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=carro%C3%A7a&pasta=ano%20190>. Acesso em: 2 set. 2019. [n.p.]

trabalho, importantes para práticas existentes no cotidiano da cidade, como os apresentados pelo *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, no ano de 1904:

#### CARROÇA

A casa Petrópolis tem para vender uma carroça com burro e arreios novos, com todos os direitos pagos até o fim do corrente ano.

Rua Major Facundo, n. 92.<sup>167</sup>

#### VENDE-SE

Uma carroça nova e uma burra boa, gorda, com todos os arreios. A tratar na rua Dr. Pedro Borges, junto a Bodega da Onça.<sup>168</sup>

Nesse sentido, para Heloíse Cruz, a partir da experiência de São Paulo, diversas atividades dependiam de carroceiros para serem finalizadas, como a entrega de materiais, mantendo intercâmbios econômicos dentro do espaço da cidade, permitindo e facilitando circuitos internos de mercadorias e dinheiro. Os baixos custos para a construção de uma carroça, a partir de pedaços de madeiras, facilitaram a inserção e consolidação de trabalhadores nessa prática de trabalho.<sup>169</sup> Em diálogo com Carlos Santos, também a partir da realidade social de São Paulo, as carroças possuíam utilidades múltiplas, que, em diálogo com as demandas comerciais e econômicas dentro do espaço urbano, e talvez pela facilidade de construir uma carroça, facilitavam que esses trabalhadores improvisassem o cotidiano da cidade a partir de transportes diversos, como mercadorias, abastecimento de casas comerciais ou recolhimento de lixo doméstico, o que tecia, também, relações de trabalhos específicas e cotidianas, intermediadas por prestação de serviços entre sujeitos e grupos diversos na cidade.<sup>170</sup>

Pensando a realidade da cidade de Fortaleza, as carroças, assim como em outras cidades, integravam e construíam percursos cotidianos no município de Fortaleza, por ruas e bairros, fortalecendo o fluxo de mercadorias diversas. Eram feitas de madeira e utilizavam animais como força de trabalho, sendo indispensáveis para os deslocamentos diversos na cidade. É

<sup>167</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 55, 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=carro%C3%A7a&pasta=ano%20190>. Acesso em: 2 set. 2019. [n.p.]

<sup>168</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 297, 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1128&Pesq=carro%c3%a7a>. Acesso em: 3 set. 2019. [n.p.]

<sup>169</sup> CRUZ, H. F. *op. cit.*, p. 30.

<sup>170</sup> SANTOS, C. J. F. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e Pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume, 1998. p. 139.



possível supor que esses trabalhadores, situados em grupos pauperizados, circulavam entre espaços diferentes da cidade, como o centro dinâmico e áreas afastadas. A prestação de serviços permitia relações diversas, também, entre patrões e empregados, o que formava novas redes de sociabilidades. Era preciso algum investimento para a compra desse instrumento de trabalho, assim como, para o pagamento de taxas e matrículas para circular na cidade. No entanto, existem evidências que esses sujeitos, mesmo possuindo meios de trabalho, como as carroças, enfrentaram desafios e dificuldades relacionadas à condição material de existência, fazendo parte, portanto, das classes populares e subalternizadas da cidade.

Nesse sentido, pensando a partir das reflexões de Boris Kossoy, os registros fotográficos possuem unicidade, pois as coordenadas particulares de sua produção estão situadas no tempo e no espaço, atreladas a experiências históricas específicas, em dinâmicas sociais, econômicas, culturais e materiais próprias. Por meio da fotografia, é possível apreender um fragmento do real, funcionando assim, como um resíduo do passado. Algumas percepções são possíveis a partir da análise da fotografia como fonte histórica, e aqui, interessa compreender, por meio do registro visual, informações sobre os fragmentos e a sua disposição no tempo e espaço retratado. Nesse sentido, a partir do registro presente junto ao *Arquivo do Nirez*, é possível perceber alguns aspectos da materialidade existente na cidade nas quais as carroças circulavam. Em meio a modos de iluminação, ruas de pedras, terra e carroças feitas de madeira e utilizando animais como força de trabalho, existiam trabalhadores que, cotidianamente, improvisavam modos de sobrevivência. É possível observar a fotografia abaixo e refletir sobre fragmentos do real existentes no período: <sup>171</sup>

---

<sup>171</sup> KOSSOY, B. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011. p. 35 - 50

Figura 1 - Carroças na cidade



Fonte: Arquivo do Nirez

Por meio das reflexões propostas por Milton Santos, uma possibilidade de interpretação desse espaço, assim como das relações existentes nele, surge com base na análise dos circuitos superiores e inferiores da economia. Estes são entendidos e classificados a partir de um conjunto de atividades econômicas realizadas, bem como setores da população ligados a estes, por meio da prática de trabalho ou do consumo. O circuito superior é composto pelos bancos, comércios, indústrias e serviços modernos, enquanto o circuito inferior compreende atividades de fabricação e transportes artesanais, bem como a prestação de serviços. São pensados, sobretudo, a partir do processo de modernização tardia gestado em países classificados por meio de sua condição de desenvolvimento. São entendidos, também, como dimensões econômicas diferenciadas, no entanto, interdependentes e interseccionadas entre si, sendo indispensáveis para a expansão do mercado interno e das relações de trabalho no país.<sup>172</sup>

Dessa forma, uma das atividades realizadas por entregadores e carroceiros acontecia no setor de tecidos, sobretudo, entre cidades próximas, como Fortaleza e Maranguape. Eles

---

<sup>172</sup> SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, 57 - 77.

carregavam produtos de muito valor, como cortes de tecidos e dinheiro, construindo relações privadas, permeadas por prestação de serviços diversos. Situações de confusão aconteciam com frequência, envolvendo trocas de mercadorias.<sup>173</sup> Textos publicados em jornais apontavam indícios de como o trabalho no setor de tecidos era realizado por carregadores que, no seu ir e vir, traziam mercadorias pela cidade, participando de forma ativa nos processos de expansão material existentes no período. Eles atravessavam limites urbanos e rurais, transportando mercadorias entre o centro dinâmico da cidade e regiões e cidades em processo de expansão. De acordo com o jornal *A Razão: Independente, Político e Noticioso*, de 1929:

Não seja isto encomendas para a Casa Maranguape. Não terminou este Senhor de dizer estas palavras, entra um dos socios desse estabelecimento de modas e explica, que a caixa em questão lhe pertence, que por engano havia sido despejada pelo carroceiro em uma outra casa de comercio. Como se tratava de uma caixa de grande valor, passamos a conferir os artigos pela lactura e fazendo ao mesmo tempo a respectiva entrega:

25 cortes de Sedas Lingerie Bruchê

20 cortes ousseline estampada

15 cortes Gaze chiffon estampada

40 cortes volles chiffon estampado

Crepe pellica, crepe georgete

Crepe setim e uma caixinha contendo lindas fivelas com pedras<sup>174</sup>

Pensando algumas possibilidades de trabalhos realizados a partir de carregadores, de acordo com os estudos de Emy Maia Neto, relacionados aos cursos de águas na cidade de Fortaleza, no início do século XX, os sucessivos períodos de secas comprometem, ao longo das últimas décadas do século XIX, o acesso à água pela população da cidade. Dessa forma, por meio de mananciais, poços de água, cacimbas, riachos e chafarizes, a água era transportada às residências, das mais diversas formas e por meio de diversos trabalhadores. Ao longo das últimas décadas do século XIX, existiam licenças a serem pagas para que esses trabalhadores, conhecidos como aguadeiros, pudessem circular pela cidade, em suas carroças e carregando

<sup>173</sup> A RAZÃO: INDEPENDENTE, POLÍTICO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 242, 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&PagFis=242&Pesq=carroceiro>. Acesso em: 7 set. 2019. [n. p.]

<sup>174</sup> A RAZÃO: INDEPENDENTE, POLÍTICO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 120, 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192&pagfis=1956>. Acesso em: 2 set 2019. [n.p.]

água em seus reservatórios. Existiram processos específicos para a regulação dessa atividade por empresas privadas, no entanto, em meio a interrupção de atividades, os moradores frequentemente retornavam a comprar e consumir a partir do deslocamento desses sujeitos pela cidade.<sup>175</sup> A partir de imagens cedidas pelo Arquivo do Nirez, produzidas entre 1910 e 1935, é possível visualizar um pouco dessa realidade:

Figura 2 - Carroças com animais



Fonte: Arquivo do Nirez

---

<sup>175</sup> MAIA NETO, E. F. **Cartografias das águas**: territorialidades, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856 - 1926). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2015, p. 153 - 159.

Figura 3 - Carroças com animais



Fonte: Arquivo do Nirez

Figura 4 - Carregadores com carroças



Fonte: Arquivo do Nirez

Esses trabalhadores, em ocupações diferenciadas, mas sobrevivendo a partir de carroças como instrumentos de trabalho, sofreram progressivas normatizações para circular pela cidade. Por meio de impostos, multas e matrículas, empreendidas entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, a experiência desse grupo social, entendido por alguns discursos como subalterno, foi atravessada pelos sucessivos processos administrativos do município, com possibilidades de multas e recolhimentos para a prisão. Sobreviviam por meio de deslocamentos polissêmicos e eram percebidos como incômodos na cidade que crescia e construía seus espaços orientados pela limpeza e ordenamento das ruas. Apesar de incômodos, suas ocupações, eram percebidas como uma possibilidade de arrecadação de recursos. Percebemos, então, esses sujeitos como um grupo específico de disciplinarização e de recursos, que, sendo objetos de constante atenção pelo poder municipal.

Nesse sentido, segundo Thompson, os movimentos de imposições de dominação e resistência foram centrais nos processos de desenvolvimento histórico. Em períodos específicos, existem mobilidades nas quais a pressão de baixo é recebida e absorvida de cima, produzindo reflexos na estrutura dominante. As relações construídas entre setores dominantes e classes populares evidenciam que as leis e os dispositivos jurídicos de Estado não existem de modo simples ou espontâneo, mas sim como instrumentos de dominação de interesses de setores dirigentes. Eles funcionam, por vezes, como uma retórica, na qual evidencia a imagem que grupos dominantes fazem de si mesmos, em que o exercício da lei, que constantemente, atua a partir de interesses de classes, não como um recurso ideológico simples, mas como um instrumento de mediação específico, em terrenos de contrastes e diferenciações sociais.<sup>176</sup>

Em diálogo com Bretas, os processos de identificação e classificação dos grupos existentes no espaço da cidade são construídos, em parte, a partir de categorias negativas, que, em conjunto, permitem um maior enquadramento. A polícia, por meio de leis, detém instrumentos de disciplinarização de parcelas populares específicas, de modo que é possível demarcar e fiscalizar comportamentos e práticas existentes no espaço urbano. A polícia, possui recursos para correção, ainda que fora dos procedimentos processuais, dos sujeitos apreendidos por vadiagem e mendicância que estão a contramão do que se espera na vida em sociedade. Os códigos e as leis não eram suficientes para a normatização e o condicionamento das práticas urbanas, de modo que o dispositivo policial, em meio a fiscalizações e apreensões, é utilizado

---

<sup>176</sup> THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 209-211.

em diálogo para assegurar a aplicabilidade do poder jurídico e legislativo, em um conjunto de práticas e capacidades punitivas.<sup>177</sup>

A partir dessas reflexões e com base nos *Códigos de Posturas Municipais*, é possível supor que a aplicabilidade das capacidades punitivas é possível de análise por meio dos códigos e das posturas, que, em conjunto, aplicavam punições para casos diversos de desvios da legislação municipal. Cobravam alvarás de matrícula e licenças pelo exercício de qualquer indústria ou profissão e pela reparação de prédios ou descarga de materiais em ruas e praças, punindo aqueles que, eventualmente, não estivessem inseridos no ordenamento social idealizado.<sup>178</sup> Os carregadores pobres improvisaram modos de sobrevivência por meio de práticas de trabalho que eram, progressivamente, sujeitas à fiscalização e impostos. Aos poucos, medidas de normatização, fiscalização e controle eram impostos aos carregadores e seus instrumentos de trabalho.<sup>179</sup> O conjunto de possibilidades de multas e infrações era diverso, conforme o *Código de Posturas Municipais* de 1933:

**CÓDIGOS DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA  
DO CÓDIGO. DAS INFRAÇÕES. DAS PENAS**

(...)

Art. 8 – Considera-se Pena:

- A) multa
- B) embargo
- C) interdição
- D) apreensão
- E) Cassação de licença ou de matrícula
- F) prisão por 24 horas

Parágrafo Único - A multa que não for paga no prazo devido, será cobrada judicialmente, de acordo com a legislação em vigor.<sup>180</sup>

<sup>177</sup> BRETAS, M. L. *A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p. 104.

<sup>178</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Título V. Do Comércio, indústrias e profissões. Núcleo de Documentação e Pesquisa História – Nudoc. Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, 1933. p. 91 - 120.

<sup>179</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Título IV. Da polícia de trânsito, dos costumes e da tranquilidade pública. Núcleo de Documentação e Pesquisa História – Nudoc. Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, 1933. p. 91 - 120.

<sup>180</sup> CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica – Nudoc. Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, 1933. . p. 91 - 120.

Nesse sentido, a partir das reflexões propostas por Certeau, por meio de legislações diversas, ocorre uma tentativa de substituição progressiva e sistemática das práticas e resistências ocasionais, entendidas como táticas dos usuários, que jogam em um terreno que é imposto, no caso, organizado pelo poder municipal, de modo que podem existir por meio de experiências praticadas ao longo do tempo. As táticas são entendidas, aqui, a partir da convivência cotidiana, em meio a relações de poder, nas relações ordinárias e nas práticas de trabalho invisíveis e indispensáveis.<sup>181</sup> Assim, a cidade, por meio de sucessivas estratégias científicas, políticas e econômicas, construídas por meio das instituições e dos discursos dominantes, é constituída como um sujeito universal, sendo inserida dentro de um modelo político, em que são atribuídos, progressivamente, aspectos diversos associados a sujeitos e grupos reais, que constroem um espaço a partir de possibilidades diversas e articuladas umas às outras.<sup>182</sup>

Pensando a realidade em estudo, a partir das reflexões de Certeau, é possível refletir sobre um diálogo conflituoso entre ação municipal e prática de trabalhadores que apontam para a organização de operações classificatórias, combinadas em gestão e eliminação, sendo um processo contraditório, uma vez que muitos trabalhadores, como os carroceiros, eram excluídos socialmente, mas progressivamente identificados e taxados economicamente, de modo que o transitar pela cidade era marcado por tensões diversas. Sendo assim, as legislações empreendidas em direção aos carroceiros parte da produção de um espaço próprio, onde a organização racional busca eliminar todas as poluições físicas, mentais e políticas que possam comprometer ou se desviar da racionalidade pensada para o espaço urbano.<sup>183</sup> São construídas, portanto, uma experiência urbana permeada por legislações específicas para o trânsito de carroças e uma possibilidade de multas e penalidades diversas para aqueles que transgredissem as práticas da cidade moderna idealizada pelos *Códigos de Posturas Municipais*. De modo que é constituído um tecido complexo de imposições, normatizações, assim como resistências e modos de existir.

Em diálogo com as reflexões propostas por Milton Santos, é importante compreender sobre os conceitos de *recursos* e de *necessidade* e sobre a dinâmica e instrumentalização dessas ideias. O conceito de *escassez* torna-se uma linha tênue entre recurso e necessidade, possuindo historicidade, uma vez que sua definição está disposta no tempo e no espaço. Por isso que o

---

<sup>181</sup> CERTEAU, *op. cit.*, p. 150 - 161.

<sup>182</sup> CERTEAU, *loc. cit.*

<sup>183</sup> CERTEAU, *loc. cit.*



entendimento de pobreza, associado a recursos, necessidades e escassez, não é estático e válido em todos os territórios e tempos históricos.<sup>184</sup> Podemos pensar nesses conceitos a partir da percepção de que, apesar de possuírem carroças, muitas vezes, o instrumento de trabalho não era suficiente para assegurar o acúmulo de recursos, assim como o livre trânsito pela cidade, devido aos diversos impostos e multas que progressivamente eram acrescentados nos *Códigos de Posturas Municipais*. Nesse sentido, ter uma carroça não era sinônimo de conseguir desenvolver a atividade de trabalho sem maiores problemas ou de acumular capitais.

Jornais do final do século XIX apontam sobre multas e fiscalização para condutores de carroças que atravessavam os limites urbanos construídos e existentes no período. Como o caso narrado pelo Jornal *O Cearense*, no ano de 1890, no qual o carroceiro teve seu veículo apreendido devido à ausência de matrícula. A justificativa do trabalhador era de que a pendência seria resolvida em Fortaleza, onde pagaria os valores de 5 mil réis e 20 mil réis, que, em conjunto, somavam a regularização da carroça e o preço de matrícula para circulação. Os guardas cívicos cumpriam o termo de infração postural, onde as carroças que circulavam pela cidade sem alvará ou matrícula eram recolhidas e levadas ao depósito e para espaços da Intendência Municipal. A infração registrada nos jornais e o motivo evidenciam o caminhar pela cidade, onde carroceiros se deslocavam entre regiões diversas, como Arronches e Porangaba. A nota existente no jornal, descrevendo o ocorrido, como o motivo da multa, os valores a serem pagos e o trabalho realizado por fiscais da Intendência Municipal, traz uma informação interessante: o motivo do descumprimento da licença, de acordo com o carroceiro, era a condição de pobreza.<sup>185</sup>

De acordo com Leonardo Ibiapina, a relação entre condutores e motoristas, assim como os diversos objetos e pessoas transportados, são entendidos como preocupação para legisladores e administradores que conduzem a organização de decretos e leis. Alguns indícios, construídos a partir do Regulamento Policial de 1917, apontam para uma percepção horizontal entre essas diversas categorias, uma vez que as orientações de normatizações, bem como as multas específicas para cada infração, eram posicionadas em um mesmo espaço e direcionadas para todos os tipos de veículos e seus respectivos condutores. Por mais que os automóveis fossem

<sup>184</sup> SANTOS, M. O que é Pobreza? In: SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p. 17-18.

<sup>185</sup> O CEARENSE. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 64, 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&pesq=matrícula%20carroceiro&pasta=ano%20189>. Acesso em: 15 jan. 2019. [n.p.]

patrimônio particular, seu uso era feito no espaço público, de modo que as questões relacionadas ao trânsito da cidade eram, aos poucos, entendidas como responsabilidade municipal.<sup>186</sup>

O cotidiano de locomoção dentro do espaço da cidade era diverso e, aos poucos, tornou-se heterogêneo. A compreensão de carroceiro como uma profissão, sendo regulamentada pelo Poder Municipal, ganhou força na década de 1920. Apesar da diferença entre veículos, como carros e carroças, a movimentação urbana fazia com que motoristas e carroceiros tivessem suas infrações recebidas pelo mesmo órgão e divulgadas nos mesmos espaços dentro dos jornais. O trânsito de carroças era inserido em uma dinâmica de carros e demais veículos, de modo que as matrículas faziam referência aos diversos transportes existentes na cidade. Podemos supor, a partir da numeração existente, que, ao final dos anos de 1920, existiam, aproximadamente, 800 veículos regulares dentro do espaço urbano. As carroças eram, lentamente, inseridas dentro da dinâmica de trânsito que era construída na cidade, e emergiram nos jornais ao lado de carros e bondes, de modo integrado e compartilhando o cotidiano da mobilidade urbana. A civilidade no trânsito envolvia práticas adequadas, desde o não fumar na condução até a velocidade na atividade. Com frequência, os jornais noticiavam os veículos que cometiam infrações junto às vias públicas. Apareciam ao lado de infrações cometidas pelos choferes, motoristas de veículos. De acordo com o jornal *A Razão: Independente, Político e Noticioso*, de 1929:

O carroceiro condutor da carroça nº 59, por ter abandonado-a na via pública, cheia de lenha, atrapalhando o tráfego.

Por terem infringido o regulamento são intimados a comparecer a inspetoria.

O motociclista Abilio Gurgel Filho, por excesso de velocidade, às 11h20m de ontem, à rua Guilherme Rocha, tendo ainda passado pelo bonde que recebia passageiros, no mesmo local.

O *chauffeur* do automovel 443, por ter passado a frente de um bonde que deixava passageiro, às 11h32m do mesmo dia a rua Barão do Rio Branco.

O *chauffeur* do autobonde da Empresa Vera Cruz por excesso de velocidade no bairro do Outeiro.

Os *chauffeurs* dos auto onibus nº 424, 436 e 412 por excesso de velocidade.<sup>187</sup>

Os periódicos que movimentavam e informavam as mais diversas dimensões cotidianas, eram espaços, também, para apresentar trabalhadores que, por motivos diversos, infringiram as

<sup>186</sup> BEVILACQUA, L. I. **O que vai pela cidade**: automobildade e crimes de trânsito em Fortaleza na década de 1920. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014, p. 109 - 121.

<sup>187</sup> A RAZÃO: INDEPENDENTE, POLÍTICO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 52, 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192&pagfis=425>. Acesso em: 2 set 2019. [n.p.]

penalidades previstas no *Códigos de Posturas Municipais*. A inspetoria fiscalizava o tráfego de carroças, direcionando atenção aos proprietários dos veículos, que, infringindo as disposições regulamentares, não conduziam o transporte da forma prevista. Com idades diferenciadas, eles eram noticiados por infrações diversas. Situações em que os condutores de carroças, por vezes, eram acusados de entregar a condução do veículo a pessoas que não estavam habilitadas para desempenhar a função, ou em que as práticas de condução eram consideradas inadequadas, assim como o transitar pela cidade, não dialogavam com as construções sociais e urbanistas existentes. Em caso de infração, o motorista e o proprietário foram autuados e multados. A partir da numeração, os modos de fiscalização e divulgação de delitos eram personificados. Esses trabalhadores emergiram nos jornais, a partir das placas de matrículas, de modo que eram convocados para comparecer junto à inspetoria, devido a infração de leis. Os delitos eram dos mais diversos, conforme podemos observar em anúncio no *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, em 1928:<sup>188</sup>

Por terem infringido o regulamento, são convidados ainda a comparecer nesta repartição:

96. A – Não pediu direção.

61. A – Idem, Idem.

21. Oficial – Fumando na direção.

11.4 – Excesso de velocidade.

6.A – Idem, idem.

Os jornais também constituíam espaços de divulgação de pedidos de matrículas, sobretudo após 1920, chegavam com frequência e deveriam ser autorizados pelo município, mediante impostos e licenças diversas. A solicitação de matrículas municipais constituiu-se, dessa forma, como única possibilidade legal de transitar pela cidade e empreender modos de sobrevivência a partir de práticas que, em outros tempos, eram realizadas sem fiscalização e sem impostos. À medida que os pedidos e as solicitações eram autorizados, os trabalhadores recebiam placas e números específicos para circular pela cidade, em números que cresciam ao longo dos anos. Em 1929, alguns nomes emergem nas páginas dos jornais, como Francisco Maximiano Moreira, que, tendo seu pedido de matrícula autorizado, recebeu a numeração 787. Tiveram suas matrículas aprovadas, também, os carroceiros José Francelino, de 21 anos, e os

<sup>188</sup> O CEARÁ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 1007, 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765198&PagFis=2702&Pesq=carroceiro>. Acesso em: 5 set. 2019. [n.p.]

carreiros, Antônio Manoel da Silva, de 50 anos, Antônio Ramalho de Sousa, de 37 anos, e José Siqueira de Lima, de 46 anos.<sup>189</sup>

Dessa forma, aos poucos, as possibilidades de trabalho com carroças ficavam completamente associadas à ação municipal, fosse pelos pedidos de matrículas, ou pelo cuidado em não infringir as normatizações impostas. A ação municipal, assim, funciona como organizadora dessas atividades, instituindo as possibilidades nos quais poderiam acontecer o seu exercício. A convivência com demais veículos na cidade, em meio a multas e infrações, aponta a heterogeneidade das sociabilidades existentes. Em idades diversas, muitos sujeitos entravam em contato com o município, com a finalidade de obter matrícula para trabalhar. Os trabalhadores que não eram reconhecidos pelo estado, como cidadãos e trabalhadores, eram continuamente definidos e controlados pelo município, que percebiam sua existência como inadequada, no entanto, objeto específico de regulamentação e possibilidades rentáveis para os cofres públicos municipais.

Com base nas discussões propostas por Karl Polanyie, algumas experiências sociais apontam que a economia de mercado só é possível com a consolidação de um mercado de trabalho, sendo este o último a ser formado em meio ao sistema industrial. Dentro do nosso recorte de estudo, percebemos que o município, com poder de Estado, organizava esse mercado de trabalho por meio de legislações específicas de como transitar pela cidade e de arrecadação de impostos diversos para a realização dessa ocupação. Assim como em outras experiências, sua constituição implicou na desarticulação de um tradicional tecido social, de ocupações e profissões diversas desenvolvidas ao longo de décadas. As relações econômicas e de poder, estariam, portanto, desmanchadas em um conjunto de relações e interesses sociais.<sup>190</sup>

Em diálogo com Thompson, ocorre uma modificação na regulação e na sensibilidade em torno do tempo do trabalho, pois “aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu próprio tempo”. De modo que a contratação de mão de obra e a consolidação da relação entre empregador e contratado, aqui município e carroceiros, aponta para uma inflexão nas atividades orientadas pelo trabalho do relógio e pelas demandas da cidade em expansão. Novas sensibilidades de tempo surgem relacionadas a essa distinção de lugares sociais, sendo possível supor que a regulação desse novo tempo laboral tenha efeitos

---

<sup>189</sup> A RAZÃO: INDEPENDENTE, POLÍTICO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 120, 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192&pagfis=989>. Acesso em: 2 set 2019. [n.p.]

<sup>190</sup> POLANYI, K. op. cit., 2000.

sobre as demais experiências sociais, nas quais novos papéis surgem, relacionados à ideia de trabalhador e, muitas vezes, de incômodo na cidade.<sup>191</sup>

E possível pensar em modificações nas sensibilidades de tempo, a partir da experiência desse grupo social. O recolhimento de dejetos e rejeitos da cidade foi uma das atividades que, de modo específico, sofreu sanções e normatizações. Algumas notícias de jornais apresentavam os modos contemporâneos de realização dessa atividade em comparação aos últimos anos do século XIX. Existia um sentimento de nostalgia, pois, no passado, a atividade de recolher materiais e rejeitos de ruas e praças era feita com assiduidade maior, de acordo com os reclamantes dos jornais. As queixas eram direcionadas ao intendente municipal, competência da cidade responsável por organizar esses aspectos da vida urbana. Outro ponto de inflexão é a piora da realização desses serviços, que deixa, em parte, de ser associada a práticas de trabalhos individualizadas para ser justificada pela aparente ineficiência do Poder Municipal. Esses aspectos apontam nuances para pensar a sensibilidade sobre a limpeza dos espaços como uma atividade essencial e entendida como um direito social, afinal, para os moradores daquele período, existiam demandas coletivas para a realização desse serviço e a cobrança de impostos.

A partir da análise do *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1908, a cidade crescia em um ritmo acelerado, com aumento populacional e expansão dos limites do centro dinâmico. O número de ruas, casas, praças, *boulevards* e travessas que exigiam limpeza diária somavam mais de trinta, compreendendo os trechos devidamente empedrados. Algumas queixas apresentavam informações sobre a extensão de quarteirões que precisavam da “enxada e vassoura das atividades municipais”, somando para além de 30 quilômetros de vias públicas, que, para muitos, precisavam de limpeza diária. As queixas existentes nos jornais ganham, assim, uma temática de reivindicação expressiva e comunitária. Ruas e bairros, em suas queixas, sinalizam para o crescimento da cidade e da produção de resíduos em detrimento da insuficiência de provimento da atividade pela ação municipal.<sup>192</sup> O trabalho de limpeza organizado pelo município se especializou, ocorrendo divisões de tarefas e funções, desmanchadas em horas do dia e dias da semana. Diferente do tempo de prestação de serviços individualizado, construído em meio a relações de vizinhança, o trabalho realizado ganha outro

---

<sup>191</sup> THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina do trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Companhia das Letras: São Paulo, 1998. p. 272.

<sup>192</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 787, 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 11 set. 2019. [n.p.]

ritmo. As informações sobre a quantidade de trabalhadores, suas funções e dias de trabalho apresentavam críticas sobre o alcance da atividade.<sup>193</sup> De acordo *O Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1908:

“15 trabalhadores empregados na atividade municipal, sendo predominantemente masculinos, dos quais, 1 trabalhava com enxadas, na limpeza de coxias, em atividades realizadas três vezes por semana; 3 carroceiros diários, responsáveis por remover os lixos das casas; 6 varredores noturnos, que passavam os garranchos pelas coxias; e 5 carroceiros, também noturnos, que removiam os lixos retirados das coxias”.<sup>194</sup>

A partir das reflexões propostas por Thompson, podemos supor que as atividades rememoradas pelos habitantes existiam a partir de ritmos organizados pela lógica da necessidade ou da orientação pelas tarefas, em uma orientação de tempo presente em sociedades camponesas ou pequenos vilarejos, onde a dimensão do trabalho não é separada do que se entende de vida, sendo interseccionadas.<sup>195</sup> Assim, pensamos que as atividades de descarte e de coleta de lixos, anteriores às normatizações municipais, eram conduzidas em outro ritmo, obedecendo a dinâmicas específicas de quem descartava e de quem atuava na coleta. Assim como para os carregadores, a inflexão na sensibilidade de tempo é sentida, também, pelos praticantes da cidade que, cotidianamente, descartam resíduos no espaço urbano. A coleta deixava de ser realizada partindo das necessidades de quem descartava, pois ganhava o ritmo das horas dos dias, assim como da semana, colocados pelo município, que funcionava, assim, como uma racionalização do tempo.

Com base nas queixas apresentadas através do *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, existiam reclamações relacionadas ao número insuficiente de trabalhadores responsáveis pela limpeza completa da cidade de Fortaleza, que incluía região central e alguns arrabaldes afastados. Existia, também, uma inflexão na sensibilidade de tempo desses trabalhadores, que por meio das normatizações municipais, encontram novos dias e horários para realizar a atividade de trabalho. Os trabalhadores que realizavam atividades com enxadas trabalhavam 12 vezes ao mês, limpando três quilômetros nesse tempo. Nesse ritmo e com a quantidade de trabalhadores empenhados na atividade, calculava-se que o tempo necessário para limpar a extensão de ruas seria de dez meses. Os trabalhadores, juntos, levariam um mês para fazer a limpeza completa da cidade, que ficava em péssimas condições de higiene. O serviço de limpeza das ruas era realizado no período da noite, em que varredores caminhavam alguns quilômetros ruas adentro coletando lixo. Muitos consideravam o horário inadequado,

---

<sup>193</sup> *Idem.*

<sup>194</sup> *Idem.*

<sup>195</sup> THOMPSON, E. P. *op. cit.*, p. 271.

além de que a limpeza levantava poeira, representando um perigo para os moradores do local. Para muitos, o motivo do trabalho noturno era uma medida voltada para a economia dos cofres públicos. Alguns comentários nos jornais apontavam que a atividade era realizada com o objetivo de minimizar os prejuízos aos cofres municipais em um costume visto somente no Ceará. O horário prejudicava quem, em certas horas da noite, sobretudo a partir das 20 horas, quisesse andar pelas principais ruas da cidade, que ficavam com levas de poeiras vindos das coxias, que seriam um dos principais pontos de transmissão miasmática. Moradores e formadores de opinião questionavam se a Intendência Municipal não sabia sobre a transmissão desses microrganismos. Dessa forma, Fortaleza era tida como um cemitério a céu aberto e, devido à limpeza das ruas à noite, o hábito de ficar em janelas e calçadas era comprometido, pois a saúde encontrava-se em risco.<sup>196</sup>

Nesse sentido, de acordo com Heloíse Cruz, a constituição dessa experiência de trabalho era permeada pela expansão das relações municipais e privadas, direcionadas para a prestação de serviços específicos, mediante pagamentos de impostos e normatização diversas, direcionados aos trabalhadores que sobreviviam por meio dessa ocupação. A normatização de categorias de trabalho, relacionadas a atividades de serviços, dentro de um recorte de tempo e espaço, está relacionada a um processo de consolidação e acúmulo de capitais, pelos poderes municipais, assim como mudanças nos hábitos e costumes citados.<sup>197</sup> Dessa forma, o ir e vir cotidiano de carroças aponta indícios para a expansão material da cidade de Fortaleza. Dentro da realidade em estudo, entendemos que a expansão de relações de trabalho e dos espaços físicos da cidade, entre outros aspectos, contribuiu para a desarticulação de práticas de trabalho tradicionais, sustentadas em relações de vizinhanças e com práticas urbanas diversas.

A regulamentação da atividade de carroceiros e carregadores é percebida em outras atividades também, possíveis de investigação e análise e que, em conjunto, contribuem para a compreensão da organização do trabalho urbano em Fortaleza. Dessa forma, essa prática de trabalho existia em diálogo com demais atividades urbanas. Algumas especificidades dessa experiência ocorrem por meio de acidentes cotidianos, com atropelamentos, batidas e acidentes devido à precariedade de ruas. Os jornais, por meio dos relatos cotidianos, apresentam indícios desses acontecimentos, dos quais, muitas vezes, deixavam pessoas feridas e traziam prejuízos

---

<sup>196</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 787, 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 11 set. 2019. [n.p.]

<sup>197</sup> CRUZ, H. F. *op. cit.*, p. 9 - 35

materiais, relacionados ao instrumento de trabalho. Nesse sentido, a cidade moderna, dos códigos, impostos e matrículas, era aquela que, em sua expansão física, tinha casos de atropelamento diversos.

A partir da análise do *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1907, moradores reclamavam ao intendente do município de Poranga um melhor calçamento para aquela região, que era espaço de acidentes diversos. A construção de vias para circulação de bondes, realizada por empreendedores privados, não contribuiu para o desenvolvimento do calçamento local. Estes se limitavam a “mandar tirar pedras de alguns lugares e colocar em outros”, de modo que aconteciam muitos acidentes envolvendo carroceiros, que em sua a dia, iam em direção às ruas e bairros centrais da cidade.<sup>198</sup> De acordo com esse mesmo periódico, no ano de 1911, existiam notícias sobre como atropelamentos eram comuns nos arrabaldes e áreas afastadas da região central da cidade. Como no arrabalde do Bonfim, quando o carroceiro João Filho foi preso em flagrante, acusado de atropelar uma criança de 7 anos de idade. Segundo moradores, a carroça vinha em alta velocidade, deixando a criança bastante machucada com o impacto.<sup>199</sup> Por meio de fotografias, é possível visualizar estradas importantes, como os trechos que ligam Fortaleza à região de Poranga, a partir de estradas de terras<sup>200</sup>:

---

<sup>198</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 294, 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=896&Pesq=carro%c3%a7a>. Acesso em: 2 set. 2019. [n.p.]

<sup>199</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 1410, 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1570&Pesq=carro%c3%a7a>. Acesso em: 3 set. 2019. [n.p.]

<sup>200</sup> A imagem integra o Acervo do Nirez, citando anteriormente, é datada de 1919 e está disponível para consulta em <<http://www.fortalezaemfotos.com.br/2013/04/avenida-gomes-de-matos-antiga-estrada.html>> Acesso: 25 jan. 2021.



Figura 5 - Estrada que conecta Fortaleza e Poranga, em 1919



Fonte: Arquivo do Nirez

De acordo com o jornal a *Razão: Político, Comercial e Noticioso*, de 1931, a polícia de veículos apurava um acidente ocorrido no subúrbio de Joaquim Távora, envolvendo dois ônibus de números 506 e 509, da empresa Cruzei, no momento em que trafegavam em direção ao posto terminal da linha de bonde do bairro. O ônibus 506, ao tentar ultrapassar o veículo 509, bateu de frente com um animal e o carroceiro, de nome Lauro Cirlaco Pereira, de modo que esses foram contra o muro.<sup>201</sup> Deixaram as vítimas caídas, prosseguindo viagem. No entanto, de acordo com as disposições do regulamento de tráfego, cabia às vítimas prestarem os primeiros socorros. Testemunhas apontam que o *chauffeur* estava em alta velocidade, em uma tentativa de ultrapassar outro ônibus, disputando corrida. Os dois ônibus correm em velocidade excessiva, estando o carroceiro montado em sua burra pela coxia, junto ao meio fio. Os dois negaram a velocidade excessiva. Um afirma não ter visto o acidente de imediato, o segundo,

<sup>201</sup> A RAZÃO: INDEPENDENTE, POLÍTICO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 738, 1931. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&PagFis=242&Pesq=carroceiro>> Acesso: 07 set. 2019. [n.p.]

justifica o ato afirmando que a burra teria realizado ligeiro movimento em direção ao veículo. A inspetoria de veículos buscava fiscalizar, por meio de editais, o excesso de velocidade, que acontecia, principalmente, em áreas suburbanas. A investigação apontou os motoristas como culpados devido ao fato de os dois estarem disputando corrida. O carroceiro foi submetido a um exame de corpo de delito, enquanto o animal ficou inutilizado para qualquer serviço, sendo avaliado em 40\$000. Os *chauffeurs* foram suspensos da profissão durante dez dias devido à infração praticada.<sup>202</sup>

Em conclusão, a partir da análise dos periódicos *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*; *A Razão: Político, Comercial e Noticioso*; *Código de Postura Municipal*; *Fotografias* e do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, em diálogo com leituras teóricas e historiográficas, buscamos argumentar aspectos relacionados a imposições e normatizações direcionados para os condutores de carroças, assim como os modos que a municipalidade de Fortaleza exerceu autoridade sobre essas práticas. Percebemos indícios de mudanças no tempo do trabalho realizado. A análise de fontes e o diálogo com leituras apontam que a municipalidade contribuiu na desarticulação de práticas tradicionais de trabalho, instituindo novos ritmos e tempos laborais, à medida que funcionava, também, como poder punitivo e normatizador.

---

<sup>202</sup> A CIDADE. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 73. 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168092&pesq=carro%C3%A7a&pasta=ano%2019>. Acesso em: 3 set. 2019. [n.p.]

## 4 COTIDIANO, QUEIXAS DO POVO, FAMÍLIA, ÁLCOOL E VIOLÊNCIA

### 4.1 As queixas do povo e os olhares sobre a cidade

A partir das reflexões propostas por Cerasoli, é possível compreender que movimentos diversos relacionados aos direitos sociais e à cidadania emergiram dentro do espaço urbano, sendo organizados em torno da propriedade e da equidade. De modo que, sinais de violação desses direitos impulsionaram moradores a tecer críticas direcionadas aos poderes municipais. Com as progressivas regulamentações, a não oferta desses direitos tinham implicações financeiras e políticas, pois alguns serviços essenciais constituíam-se como interesse geral, mobilizando sujeitos que, dotados da ideia de cidadania, sentiam-se no direito de reclamar sobre os problemas da cidade, progressivamente e amplamente regulamentados pelo município.<sup>203</sup> Em diálogo com os estudos propostos por Carvalho, o período Republicano, entre muitas características, foi organizado a partir de compreensões diversas sobre cidadania. A realidade social era construída a partir da ausência de direitos políticos para uma parcela expressiva da população, assim como a fragilidade e insuficiência de direitos sociais. Assim, as massas populares eram percebidas, por grupos dominantes, de modo apático, sendo entendidas como desligadas das questões políticas e sociais que agitavam o período.<sup>204</sup>

Desse modo, por meio de queixas e reclamações publicadas em jornais, com circulação entre 1900 e 1930, é possível visualizar indícios de como os moradores de algumas áreas da cidade, sobretudo, situadas em ruas próximas ao centro dinâmico, a partir da Praça do Ferreira e adjacências, percebiam a oferta e ausência de serviços que, progressivamente, eram organizados a partir da ação municipal e realizados por carroceiros e carregadores. Por meio dos jornais, era possível compreender um conjunto complexo de insatisfações relacionadas às atividades desempenhadas por carroceiros e carregadores, e seus instrumentos de trabalho, as carroças. Sendo assim, as sensibilidades sobre direitos sociais, costuradas com a percepção de serviços essenciais e os sujeitos que realizavam essas atividades, ganham novos aspectos e características, por vezes confusos, devido às oscilações de percepções sobre quem deveria

---

<sup>203</sup> CESAROLI, J. F. Configurações de um Brasil urbano e republicano: relações de força. In: TERRA, P. C.; MAGALHÃES, M.S.; ABREU, M. (orgs.) **Os poderes municipais e a cidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 45 - 72.

<sup>204</sup> CARVALHO, J. M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Companhia das Letras: São Paulo, 1987, p. 42 - 66.

realizar às atividades em pauta, ou mesmo, quem deveria ser responsabilizado pela não realização desta.

Essa reflexão é pensada em diálogo com as contribuições de Gonçalves, que a partir dos seus estudos sobre cidade, aponta que os gêneros de discursos são situados em espaços e tempos diversos e específicos, com personagens e atividades sociais múltiplos. Nesse sentido, os grupos, as categorias sociais e as instituições produzem discursos próprios que mantêm diálogo com seus interlocutores, de modo que esta relação permite a constituição de sujeitos, realidades e interpretações do social. Assim, as construções de vocabulários e gramáticas acontecem por meio de discursos oficiais, situados em espaços organizados hierarquicamente, ou por meio de discursos informais, a partir do popular, em meio a espaços públicos. Existem, portanto, elementos que diferenciam os espaços e os discursos produzidos. Sendo assim, é possível identificar as práticas discursivas construídas em meio às praças e ruas, com reclamações, xingamentos e brigas.<sup>205</sup>

Nesse sentido, tomamos como objetivo discutir, com base na análise de queixas e reclamações publicadas em jornais, os discursos existentes sobre a prática de trabalho realizada por carroceiros e carregadores na cidade, compreendendo os interlocutores e as intencionalidades diversas. Para a construção das reflexões apontadas, foram analisadas queixas e reclamações publicadas nos periódicos *A cidade (1889 – 1904)*; *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso (1904 a 1911)*; *O Ceará (1928)* que, em conjunto, permitem perceber os olhares construídos em torno da cidade e dos sujeitos que, em papéis diversos, organizaram esse espaço. Estes jornais possuem temporalidades, intencionalidades e interlocutores diferenciados, por meio de veículos de comunicação diversos, que, no entanto, contribuem para a construção de um mosaico dos discursos existentes sobre a presença e ausência de uma prática de trabalho em específico, relacionada ao recolhimento de lixo e materiais pela cidade e sobre os trabalhadores que realizam e construíram sua sobrevivência a partir dessa atividade.

Nesse sentido, a partir das reflexões propostas por Alain Corbin, em seus estudos sobre sensibilidades sobre odores e o corpo, uma das formas de construir discursos sobre a cidade que crescia era por meio da sensibilidade sobre o olfato. A dimensão e a percepção do corpo como individualizado, assim como a definição e nomeação de cheiros, contribuíram para rejeitar tudo aquilo que pertencia ao corpo do outro, incluindo resíduos, odores, como suor e tudo o que

---

<sup>205</sup> GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, L. L. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 109-123.

fosse desagradável. De modo que uma nova sensibilidade relacionada ao cheiro é construída, muitas vezes, de alto a baixo da pirâmide social.<sup>206</sup>

Por meio da análise de queixas e reclamações publicadas no *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, no ano de 1908, é possível refletir como as carroças de lixo constituíam-se como elementos inconvenientes nas ruas da cidade devido ao cheiro e aos dejetos carregados, pois muitas vezes, circulavam completamente descobertas. Para alguns moradores, tornava-se comum a prática de utilizar lenços com a finalidade de evitar o forte cheiro vindo desses veículos, sobretudo, em espaços centrais, como a Praça do Ferreira. Incomodavam, também, os espaços públicos utilizados para depositar materiais diversos, como o lixo. Aos poucos, os incômodos relacionados à higiene e limpeza urbana eram construídos a partir dos trabalhadores e a regularidade do trabalho realizado; do instrumento utilizado, no caso, as carroças; e dos espaços públicos ocupados com materiais diversos. As preocupações eram que o espaço urbano se assemelha com uma cidade sertaneja abandonada, além de funcionar como condutor de doenças e miasmas nocivos à saúde pública.<sup>207</sup>

Os estudos de Pontes evidenciam a diversidade de elementos relacionados ao medo de doenças na cidade. Suas reflexões apontam que a cidade de Fortaleza, a partir de 1877, sofreu com a seca de reservatórios de água e com doenças na cidade. De acordo com a análise dos registros produzidos por Rodolfo Teófilo, somente no ano de 1877, faleceram devido a varíola, aproximadamente, 27.378 camponeses, em um intervalo de 2 meses. A ausência de água tornava esse espaço propício para a proliferação de miasmas diversos. A emergência de chuvas no ano de 1879 contribuiu para que a doença diminuísse, no entanto, deixando registros tristes e memórias atravessadas pelo medo, em moradores e formadores de opiniões. Os efeitos climáticos contribuíram para o agravamento de problemas sanitários urbanos. Com os períodos de seca existentes em 1888 e 1900, a doença retornou para o cotidiano de Fortaleza, vitimando milhares de pessoas, em sua maioria, em condições de pobreza. Em conjunto, a experiência de doenças e secas moldavam novas práticas e sensibilidades urbanas.<sup>208</sup>

Essas reflexões ocorrem em diálogo com os relatos de Raimundo Girão, onde é possível refletir sobre os projetos de cidade moderna que foram pensados a partir do plano urbanístico

---

<sup>206</sup> CORBIN, A. **Saberes e odores: o imaginário social nos séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 90-100.

<sup>207</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 753, 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspxib=231894&PagFis=529&Pesq=limpeza%20publica>. Acesso em: 12 set. 2019. [n.p.] PONTE, S. R. loc. cit., p. 85 - 97.

<sup>208</sup> PONTE, S. R. loc. cit., p. 91 - 97.

proposto por Silva Paulet, nas últimas décadas do século XX. Nesse período existiam dúvidas relacionadas à construção de edifícios, pois pensavam que o território, composto de areias brancas, fosse inadequado para esse tipo de construção. Além disso, as ruas possuíam desenho esquadrinhado, com o objetivo de disciplinar o crescimento da cidade. Esse desenho permaneceu ao longo das primeiras décadas republicanas, sendo repensado em 1932. As transformações no espaço da cidade ficavam restritas à Praça do Ferreira e ao Passeio Público, assim como ruas secundárias e adjacentes, devido à remodelação de estruturas físicas relacionadas à calçamento, cafés e trilhos de bonde.<sup>209</sup> Os registros cartográficos são evidenciados em pesquisas e apontam as linhas paralelas e perpendiculares onde as ruas centrais da cidade ficavam situadas. De acordo com a Planta da Cidade de Fortaleza, das últimas décadas do século XIX:

---

<sup>209</sup> GIRÃO, R. **Geografia Estética de Fortaleza**. Sem Editora, 1979, p. 73 - 81.

Figura 6 - Planta da Cidade de Fortaleza



Fonte: Arquivo do Nirez

Nesse sentido, é possível refletir como os corpos dos doentes, o lixo pela cidade e o ir e vir de camponeses, entre outros estímulos, despertavam a sensibilidade do odor, sobretudo, entre grupos ilustrados e abastados que o associavam, constantemente, à pobreza, sujeiras, doenças e morte. Assim, a disseminação de hábitos profiláticos em diálogo com o projeto de cidade moderna, contribuiu para mudanças de sensibilidade em torno dos odores e das práticas cotidianas, com reflexos em meio a grupos de moradores que habitavam ruas e bairros próximos ao centro da cidade em expansão. As queixas e reclamações apontam para algumas insatisfações específicas, entre os diversos incômodos existentes no espaço urbano. Às sensibilidades da população diante o acúmulo de lixo era sintoma de uma cidade que crescia, em população,

circulação de ideias e produção de dejetos, mas que não acompanhava os modos de lidar com a questões próprias do espaço citadino moderno.

Assim, a configuração geográfica da cidade, instituída ao longo das últimas décadas do século XIX, e apresentada pelos jornais em circulação na cidade, apontava para a emergência de ruas como Major Facundo, Barão do Rio Branco, Senador Pompeu, Praça do Ferreira, Avenida do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel, situadas na porção central da urbe. Estas ruas, dispostas próximas ao centro dinâmico da cidade, compreendidos pela Praça do Ferreira e adjacências, emergem como reclamantes em queixas e reclamações, publicadas nos jornais, sendo objeto de problemas urbanos e cotidianos diversos. As ruas da cidade e os bairros, em processo de expansão, por meio de seus moradores, constituíam práticas de denúncias, queixas e insatisfações sobre o morar e viver na cidade. Em conjunto, ao pensar a ação de realizar a queixa e os lugares sociais de onde emergiram, é possível refletir sobre aspectos relacionados à experiência comunitária existente no início do século XX.

Nessa perspectiva, os estudos propostos por Barbosa sobre a cidade de Fortaleza, entre as primeiras décadas do século XX, apontam que questões e experiências associadas ao espaço urbano eram evidenciadas de modo diverso, a partir de documentos produzidos pela prefeitura, chefe de polícia e inspetoria de higiene, e também, por meio de artigos de opinião, queixas e crônicas sobre a cidade. A produção de registros policiais e as reclamações publicadas em jornais eram relacionadas a aspectos diversos da cidade, como meretrizes, animais mortos pelas ruas, lixo em espaços públicos, ou sujeitos incômodos, como indivíduos em condição de pobreza. Esses textos eram publicados, principalmente, a partir da fala de moradores, funcionando como participação civil nas transformações e questões da cidade. Entre diversas questões, emergiram discursos relacionados à limpeza dos espaços e higiene pública, em diálogo com os projetos de civilidade existentes no período.<sup>210</sup>

Em diálogo com as reflexões propostas por Balcão, aspectos relacionados aos modos de viver na cidade são possíveis de análise a partir da produção e circulação de jornais, em meio a queixas e reclamações. É possível refletir, por meio do espaço jornalístico, sobre uma interlocução e um diálogo entre moradores e redatores, em que problemas urbanos são pensados e inseridos no debate público do município. A partir desses relatos e reclamações, apreende-se modos de compreender, experimentar e construir o espaço da cidade, ocupado cotidianamente. Nesse sentido, os jornais da cidade constituem uma interlocução entre diversos setores sociais,

---

<sup>210</sup> BARBOSA, M. E.J. loc. cit., p. 32 - 33.



materializando conflitos em comum ou diferentes entre si, direcionando-os, muitas vezes, aos poderes municipais. Os redatores são considerados como porta-vozes de extratos sociais, por vezes anônimos e heterogêneos, especialmente diversos, mas que compartilham demandas sociais semelhantes. Essas demandas, a partir das queixas públicas, permitem compreender modos de viver a cidade e tornam essas queixas legíveis para o público leitor socialmente dominante que, cotidianamente, consumia o conteúdo publicado pelos periódicos.<sup>211</sup> É possível refletir sobre essas questões por meio da transcrição de reclamações, como o publicado pelo jornal *A Cidade*, de 1900:

A respeito da hygiene desta cidade acabamos de receber de uma pessoa qualificada o seguinte: E' inqualificavel Sr. Redactor o abuso que diariamente se presencia aqui de queimarem o lixo que se vai accumulando nos quintaes. Os moradores desta casa não tem a menor attenção para com os seus vizinhos, assim é a fumaça que sobe destes grandes monturos existentes nos seus quintaes encommodando-os horrivelmente. A fumaça envolada desses monturos é asphyxiante e de um cheiro inteiramente nocivo a saúde. <sup>212</sup>

De acordo com este periódico, é possível compreender hábitos específicos para lidar com a produção de lixo no espaço urbano. Uma prática comum, nesse período, era a queima de lixo doméstico nos quintais ou nas áreas adjacentes, produzindo fumaça nociva e cheiro desagradável, atingindo habitações e moradores. Notícias sobre o assunto emergiram, sobretudo, por meio de setores letrados e abastados, incomodados com a propagação de doenças e com aspectos estéticos da cidade. Articulistas engajados em discussões sobre higiene urbana condenavam esse costume, apontando a falta de conhecimento sobre higiene pública e os incômodos causados em ruas e bairros atingidos pela fumaça proveniente do material, considerada asfixiante e prejudicial à saúde coletiva. Além disso, espaços privados eram utilizados como depósitos de lixo por parte do poder público, chamando atenção pela sujeira, cheiro e moscas que contornavam o local, tornando-se um incômodo para os transeuntes que passavam perto, sobretudo, aqueles que vinham nos bondes da linha do Benfica, e para as pessoas que moravam próximo a esses locais. A prática era associada à população mais pobre, que para os formadores de opinião, desconheciam práticas de saúde pública e coletiva. A relação com a produção e descarte de materiais torna-se questão sensível nas reclamações cotidianas da cidade. Conforme a transcrição do jornal *A Cidade*, de 1901:

<sup>211</sup> BALCÃO, L. F. *op. cit.*, p. 9. Sobre a organização da imprensa no início do século XX, consultar: WERNECK, Nelson Sodré. **História da imprensa brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

<sup>212</sup> A CIDADE. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 50, 1900. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168092&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 2 jan. 2020. [n.p.]

Para o estado em que se encontram as ruas e calçadas desta cidade chamamos atenção do senhor fiscal. O lixo jaz em montões pelas ruas e praças mais importantes; o mercado público, ninguém pode ir lá sem munir-se de um lenço para levar ao nariz; tal é o cheiro que exala daquele foco de infecção onde geram-se os micróbios, da varíola, das febres palustres, e até da bolsa, porque do estado sanitário da cidade resultam as moléstias graves, ae aquele que não quer ser vitima da incuria municipal, representado na pessoa do Sr fiscal, abre as algibeiras aos cinicos e as pharmacias. E' um horror para estes tempos em que as cousas estão ruim do sul ao norte da república. E o senhor fiscal não vê nada do que acabamos de afirmar. Que não pode trapacear.<sup>213</sup>

Em diálogo com o *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1905, é possível refletir como o medo de doenças estava cotidianamente presente em artigos de opiniões, acompanhados de medidas sanitárias e profiláticas relacionadas aos espaços públicos e privados. O lixo da cidade, além da alimentação e do consumo de água, é apresentado como objeto de preocupação, de modo expressivo e cotidiano. Os descuidos desde o descarte, passando pela coleta e deposição dos materiais em depósito, eram sinalizados pelas queixas cotidianas, pois esses materiais, além de deixar os espaços da cidade comprometidos, poderiam causar doenças diversas. O acúmulo de resíduos em espaços residenciais, ruas e praças, em diálogo com demais questões urbanas, foi progressivamente relacionado à salubridade da cidade e à prevenção de doenças e febres. Os espaços físicos de descarte de lixo eram evidenciados como possíveis focos de doenças, sobretudo, para os transeuntes locais. As sensibilidades sobre cidadania são visíveis quando, em algumas reclamações, é questionado o uso de recursos públicos para a construção de soluções físicas para o problema do lixo, em detrimento do aformoseamento de praças. A ação municipal era entendida como responsável pela mitigação dessas questões. De acordo com esse periódico:

#### Dyseria

(...) A epidemia atual é apenas uma crise de um estado morbido que lavra indisioso no seio do organismo de Fortaleza, e que se complica dia a dia. A causa primaria das febres, gripes, ou diarreias, etc, está nas fossas fixas, na água impotável que bebemos, no leite falsificado que é fornecido as creanças, nas frutas verdes vendidas na feira, no lixo que se acumula na praia ou nos quintais. (...) As cacimbas e poxos onde se abastece a população também seriam situadas longe das fossas e convenientemente cercadas e cobertas, de modo a evitar outras contaminação. Finalmente, para o lixo impõe-se à Intendencia a construção de um forno crematório. As despesas com esse melhoramento, cuja urgência é por todos reconhecida, seriam menores do que as realizadas no aformoseamento de uma praça. E os beneficios que da'li resultariam nem podem ser comparados com os das avenidas.<sup>214</sup>

<sup>213</sup> A CIDADE. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 048, 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168092&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 18 jun 2020. [n.p.]

<sup>214</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 179, 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 17 jun 2020. [n.p.]

Por meio do *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1905, é possível refletir sobre as possibilidades de atuação do poder municipal, que em alguns momentos, eram percebidas como agente de precaução e prevenção de doenças, a partir da divulgação de textos informativos e do incentivo para novos hábitos e costumes de higiene. Frequentemente, atores políticos importantes, como o Inspetor de Higiene, ocupavam as páginas dos jornais, construindo relatórios sobre a condição sanitária da urbe e apresentando novas práticas indispensáveis para a diminuição de doenças e para a manutenção da salubridade desses espaços. As práticas adequadas de higiene individual e coletiva deveriam ser realizadas no espaço privado e, também, nos espaços públicos. Era aconselhado cozinhar bem os alimentos e construir espaços adequados de higiene pessoal, como banheiros e latrinas. Entre as diversas sugestões apresentadas, a limpeza dos espaços privados era percebida como prática importante, pois o acúmulo de dejetos e substâncias poderiam contribuir para a propagação de doenças como a disenteria. De acordo com este periódico:

Dysenteria Hemorrhagica: a epidemia declarada oficialmente.

Opinião do Inspetor de Higiene

Grassando entre nós atualmente, com caráter verdadeiramente epidêmico, a disenteria, julgamos de utilidade fornecer os seguintes dados sobre seu aparecimento, desenvolvimento e meios de evitá-la. (...) Deve haver o maior asseio em todas as habitações, evitando-se o acúmulo de lixo ou substâncias putrefatas.<sup>215</sup>

A partir da análise do *Jornal do Ceará, Político, Comercial e Noticioso*, de 1910, existem evidências de que a experiência do viver na cidade era entendida de modo complexo, pois existiam muitas insatisfações relacionadas à segurança, saúde, mudança de costumes, em diálogo com os impostos cobrados pela administração municipal e direcionados para trabalhadores diversos. Problemas sociais cotidianos, como violência, doenças e o consumo e a distribuição de água, emergem como questões frequentes e de resoluções complexas. Os costumes e as novas práticas culturais, como a construção de cinemas, eram percebidos, para alguns, como uma experiência social desagradável, pois iam de encontro com o futuro idealizado ao final do século XIX.<sup>216</sup> É possível refletir como problemas urbanos existiam em

<sup>215</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 0177, 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 17 jun 2020. [n.p.]

<sup>216</sup> Sobre essas temáticas, consultar: FONTELES NETO, F. L. **Vigilância, Impunidade e Transgressão**: faces da atividade policial na capital cearense (1916 – 1930). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2005. FREITAS, I. M. A. **Crimes Passionais em Fortaleza**: O cotidiano construído nos processos crimes nas primeiras décadas do

diálogo com a expansão física dos espaços, em um movimento contraditório de transformações que formavam um mosaico diverso de percepções e insatisfações sobre a cidade. Eram apresentados, sobretudo, por meio de discursos de grupos letrados e socialmente hegemônicos, que contribuíram, assim, para a formação de opiniões e construção de novas perspectivas sobre o morar e o viver urbano.<sup>217</sup> De acordo com esse periódico:

De mais, leitor, eu ando triste, e só vejo em torno de mim muita tristeza; assassinatos por motivos fúteis, à faca e à pedra; vítimas inocentes; e essa história feia dos Cinemas afetando os nossos costumes; a varíola que descesse e os tubos de vacinas da higiene que crescem, tamanhos de palmo, para um cento de pessoas; às ruas acumulando o lixo de um mês e as águas das coxias apodrecendo nas sarjetas; os abusos do Mercado do Carmo e a imundície no mercado das hortaliças; frutas e ervas, legumes e verduras a mercê da poeira dos varredores e do cuspe, tudo em promiscuidade criminosa e o homem do fisco a extorquir o último vintém dos miseráveis vendedores.<sup>218</sup>

Em conjunto, as transcrições de fontes evidenciam que os sujeitos que experimentam a cidade das primeiras décadas do século XX possuem sensibilidades diversas, das quais buscamos ressaltar as relacionadas com o medo de doenças a partir da relação com o lixo. As reclamações, publicadas por sujeitos socialmente diversos, apontavam a relação de dejetos com doenças; possibilidades para solucionar a questão; sensibilidades sobre odores e a ocupação do espaço urbano; assim como a limpeza de espaços públicos e privados. Ou seja, a temática da produção e descarte de resíduos possuía interlocuções diversas e constituíam-se como importantes no espaço da cidade. Em conjunto, os interlocutores das reclamações, queixas e artigos de opinião percebem o poder municipal como responsável pela mitigação dessas insatisfações. Esses discursos possuem como ponto comum a importância que carroceiros e carregadores, e suas práticas de trabalho realizadas com carroças, progressivamente, despertavam para os moradores da cidade. Sem o trabalho desses sujeitos, que a partir do início

---

século XX. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007. ROCHA, R. C. “**Aparta que é briga**”: discurso, violência e gênero em Fortaleza (1919 –1948). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Mestrado Acadêmico, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. 2011. Sobre o assunto, consultar: MARTINS, H. L. **Lazaretos da Jacarecanga e da Lagoa Funda: Varíola, Poder e Assistência na cidade de Fortaleza (1820-1880)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2013. MARTINS, L. L. **Varíola em Fortaleza: marcas de uma experiência dolorosa (1877-1881)**. 2012. Universidade Estadual do Ceará. 2012. NETO, E. F. M. **Cartografias da água: territorialidades, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856-1926)**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

<sup>217</sup> Sobre a constituição de dispositivos culturais na cidade, consultar: SILVA, M. I. **Nas telas da cidade: salas de cinema e vida urbana na Fortaleza dos anos de 1920**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

<sup>218</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 1236. 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%201911>. Acesso em: 17 jun. 2020. [n.p.]

do século XX, têm suas práticas de trabalho organizadas pela ação municipal, as atividades consideradas essenciais no espaço da cidade não seriam realizadas.

Nesse sentido, a partir dos estudos propostos por Corbin, é possível refletir como os conhecimentos e sensibilidade relacionados ao corpo e aos odores e construídos por meio de grupos socialmente dominantes, contribuíram para a construção de modelos de espaços públicos e privados. Esses conhecimentos e sensibilidades foram pensados, principalmente, por meio da constituição de um saber médico, interseccionado pela classe social.<sup>219</sup> Esses estudos ganham reflexos quando pensamos um diálogo com Pontes, que ao estudar a realidade social de Fortaleza, entre as primeiras décadas do século XX, aponta como os odores e dejetos presentes em espaços públicos, como ruas e praças, progressivamente despertavam contrariedades, sobretudo, entre grupos ilustrados e abastados do período.<sup>220</sup>

Pensando sobre o tecido social existente na cidade de Fortaleza, a partir dos estudos de Frederico Neves, a experiência das secas, ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, ajudou a desenhar as práticas de controle social e as percepções relacionadas a pobreza existente na cidade de Fortaleza. Isso porque a emergência de camponeses, vindos do interior, modifica e alcança um conjunto de projetos estéticos e urbanísticos pensados para a cidade, a partir de setores abastados e letrados. Essa dinâmica específica da cidade de Fortaleza, entendida por meio da pobreza, das secas, das doenças e das mazelas, aponta, de acordo com esses estudos, para uma nova estrutura de sentimentos, impulsionada pelo Estado e por setores socialmente dominantes, sendo direcionada para as classes populares e desfavorecidas, em condição de vulnerabilidade social.<sup>221</sup>

Sendo assim, em meio ao conjunto diverso e heterogêneo de queixas e reclamações sobre o espaço da cidade, é possível propor um recorte analítico, a partir das reclamações que, indiretamente, estão relacionadas à prática de trabalho realizada por carroceiros e carregadores. É possível refletir como a ausência de serviços essenciais, realizada por meio de carroças, tornou-se uma temática sensível para grupos de moradores na cidade. As reclamações direcionadas ao poder municipal, relacionadas com a ausência de recolhimento de materiais,

---

<sup>219</sup> CORBIN, A. *op. cit.*, p. 91-99.

<sup>220</sup> PONTES, S. R. *op. cit.*, p. 105. Sobre o assunto, é possível consultar: JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 754, 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 12 set. 2019. [n.p.]

<sup>221</sup> NEVES, F. C. **Estranhos na Belle Époque**: a multidão como sujeito político (Fortaleza 1877-1915). Trajetos. Revista de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará, v. 3, n. 06, 2005. p. 113 - 124

ocasionam tensões quanto às expectativas de realização da atividade, em comparação com as práticas de trabalho e organização social existentes ao final do século XIX. Contribuem para novos significados sobre a oferta de serviços essenciais e sobre a experiência de trabalho desses trabalhadores que, progressivamente, constituem-se como indispensáveis dentro do espaço urbano.

A construção das sensibilidades de “abandono” relacionadas à limpeza da cidade era entendida a partir da ação realizada pelo município, que desarticulou a prática de trabalho de carroceiros, à medida que organizava o serviço em torno do “empresário da limpeza”. As modificações na prática de trabalho e a desarticulação de prestação de serviços comunitários, entre trabalhadores e moradores, despertavam insatisfações diversas. Isso porque, os espaços centrais da cidade, como a Praça do Ferreira e o Mercado, assim como ruas e bairros afastados, pareciam inundados de resíduos, constituindo um problema para o morar e viver no espaço urbano. O acúmulo de lixo e a sujeira dos espaços distanciava o município do projeto de cidade civilizada, aproximando-o de uma associação regionalizada, relacionada à figura do sertanejo, que era entendida como um passado atrasado e que deveria ser superado. A cobrança de eficiência da atividade era reforçada pelo pagamento de altos impostos destinados à realização do serviço e as reclamações constituíam indícios de sensibilidade sobre direitos sociais. De acordo com o *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1910:

Diversas vezes temos falado conta o relaxamento em que vae a limpeza da cidade. Depois que o Sr. Antônio Acioly Filho arrematou este serviço, dizem que por alto preço, parece que ficamos abandonados a imundície, ao lixo. Esse cavalheiro, cujo clássico desasseio está na razão direta de sua proverbial ganância, timbrou em fazer das nossas praças e ruas a sua imagem e semelhança. Por onde quer que se ande, desde a Praça do Ferreira, o mais central e frequentado ponto da cidade, às ruas mais afastadas, o lixo vae se acumulando vergonhosamente a ponto de parecer esta capital uma cidade sertaneja abandonada. Da mesma forma o mercado, cuja imundície já temos denunciado tantas vezes e que já se vae tornando uma séria ameaça à saúde pública, continua sugando desmedida ambição do Sr. Acioly Filho, que lhe cobra o imposto tirando os olhos da cara aos pobres vendedores, sem incomodar com a limpeza e o aceio, a fiscalização que lhe compete. Da limpeza pública recebe o felizardo da oligarquia quarenta e oito contos e com ela não despende nem os oito! Quanto ao imposto do mercado, o rendimento está na razão de sua cupidez, basta dizer que aquilo que outrora pagava somente 200 réis de imposto, paga hoje 2\$000 mil réis e assim por diante. Entretanto quem não tem visto no lugar pública desta capital, em frente à Arte Nouveau, casa que é hoje de um irmão do Sr. Acioly Filho, que também é asseio do Cinema de Maio, a água nas sarjetas, apodrecida e estagnada, exalando mau cheiro e enlameando os transeuntes? Quem ali passa tem de levar o lenço ao nariz e de andar aos saltos para não se enlamear. Mas de que nos vale falar, pedir, denunciar ou protestar? Ele talvez se ria da nossa ingenuidade e continue alegre e silenciosamente acumulando os cobres com que var comprando meia cidade.<sup>222</sup>

<sup>222</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 1279, 1910. Disponível em:

A organização dos espaços públicos e a segregação e os limites sociais são percebidos, entre diversos aspectos, a partir da oferta de serviços essenciais. Áreas e ruas centrais despertam maior incômodo e espaço nos jornais por concentrar, talvez, o projeto de cidade urbanizada e civilizada, com ruas, esquadrinhas e prédios com arquitetura *Art Nouveau*. As insatisfações relacionadas à oferta dessa atividade eram registradas, principalmente, quando associada com ruas principais e secundárias, em detrimentos de outros espaços, como arrabaldes e áreas pobres. Em conjunto, áreas centrais e periféricas integravam um mesmo espaço urbano, no entanto, as sensibilidades sobre estes ambientes eram diferenciadas e opostas. É possível refletir sobre esses aspectos a partir dos registros de ruas e bairros apresentados em queixas e reclamações. A cobrança de acesso a serviços essenciais era direcionada, principalmente, ao prefeito municipal e ao intendente, que eram os responsáveis por gerir, em um primeiro momento, a empresa responsável pela limpeza, e em outro, os trabalhadores e sua distribuição pelo espaço da cidade, além dos locais que eles deveriam e não deveriam limpar. As insatisfações eram acompanhadas pela experiência de pagamento de impostos, considerados expressivos, que, no entanto, não traziam retornos satisfatórios para a população, de modo geral. Alguns indícios apontam que o processo de tensões e insatisfações sofreu inflexão durante o período de gestão municipal da família Accioly, tornando-se expressivas as reclamações e insatisfações sociais sobre a temática. De acordo com o *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1910:

Nunca a Fortaleza esteve tão horrivelmente imunda. Nem nos referimos às travessas, vielas ou arrabaldes, mas ao coração da cidade. Ruas das mais frequentadas em lixo abunda pelas coxias de envolta com as nojosas imundícies. Só parece que as ruas da cidade estão sendo transformadas em péptico monturo. Por tão lastimoso estado de cousas o responsável único somente pode ser o Sr. Coronel Guilherme Rocha, Intendente Municipal que levou a sua submissão e incondicionalismo ao ponto de confiar a limpeza pública ao Sr. Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly, filho do estelionatário, jogando assim com a saúde e a vida de seus munícipes. O resultado é o que vemos: a municipalidade entra para o bolso do especulador com fabulosas somas e a cidade se acha transformada em foco de imundo de matérias deletérias.<sup>223</sup>

Em conclusão, neste primeiro momento, por meio das transcrições apresentadas e do diálogo bibliográfico proposto, procuramos construir um fio condutor de narrativas com o objetivo de evidenciar como as sensibilidades sobre a cidade e um conjunto específico de

---

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20191>. Acesso em: 17 jun. 2020. [n.p.]

<sup>223</sup> O *CHOLERA Morbus*: inércia dos poderes públicos. Cuide cada um de prevenir-se. **Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso**. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 1247, 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20191>. Acesso em: 17 jun 2020. [n.p.]

reclamações estavam relacionadas com a prática de trabalho desempenhada por carroceiros e carregadores. As mudanças nas legislações do município tiveram reflexos profundos na organização social cotidiana. De modo que, além de questões sensíveis sobre a organização do espaço, o trabalho relacionado com essas demandas sociais era progressivamente percebido como indispensável dentro do espaço urbano. É possível apresentar uma teia complexa de tensões envolvendo poderes municipais, formadores de opiniões, moradores da cidade e trabalhadores. Essas reclamações contribuem para a investigação proposta, pois as práticas de trabalho realizadas por esses sujeitos, tornavam-se pontos centrais das queixas realizadas cotidianamente.

Nesse sentido, a partir dos estudos propostos por Silva, a realização de uma queixa pressupõe o reconhecimento de um direito, além de apontar um quadro de carências sociais e o que a população desse período considera justo, em um exercício cotidiano de cidadania. Por meio do ato de queixa, sobretudo durante a primeira república, o Estado emerge como centro da problemática da cidadania. Ora como um vilão, quando queixas são direcionadas ao Estado, ora como regulador, quando são responsabilizados pela resolução de problemas.<sup>224</sup> Em diálogo com Balcão, nesse sentido, as queixas e reclamações existentes em diversos espaços da cidade evidenciam um mapa de apropriações e ausências dos lugares urbanos, atravessado pela organização e funcionamento de serviços específicos, por práticas de trabalho e lazer e por dificuldades de sobrevivência. Neste sentido, as reclamações existentes nos jornais apontavam para espaços de moradia e habitação, em meio a bairros e localidades circunscritas, e permitiam a construção de mapas específicos sobre a organização da cidade e do viver urbano. É por meio do espaço da cidade que moradores, trabalhadores e transeuntes constroem e tecem seu cotidiano, criando relações de sociabilidade e apropriando-se dos espaços e das demandas progressivamente públicas.<sup>225</sup>

Em diálogo com as discussões apresentadas, é possível refletir que a dimensão dos direitos civis, políticos e sociais encontrava-se pouco estabelecida dentro da dinâmica social existente na cidade de Fortaleza, possuindo gradações, dependendo da classe social e do espaço da cidade ocupado. Das mais diversas partes e direções da cidade eclodiram reclamações quanto à limpeza urbana. O pagamento de impostos para realizar as atividades, no caso de carroceiros, e para usufruir do serviço, no caso dos moradores, estava relacionado aos espaços dentro da

---

<sup>224</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p. 34-36.

<sup>225</sup> BALCÃO, L. F. **A cidade das reclamações**: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900 – 1913). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 67 - 75.



cidade, o que compromete o acesso a esses direitos básicos. Os movimentos de reivindicações, por meio dos jornais, constituem indícios de compreensão sobre os direitos sociais que deveriam ser assegurados pelo Estado e pelo município. A complexidade de demanda e oferta de serviços, em meio a cobranças de impostos, tornava complexa a experiência e as demandas desses atores sociais. Eram reivindicações legítimas sobre demandas urbanas, construídas e percebidas a partir da experiência do viver na cidade.

Nesse sentido, a partir da análise do *Jornal A Cidade*, de 1905, a carroça da limpeza pública e o seu trajeto pela cidade não se estendia até as estações de bonde, onde os moradores acumulavam lixo no quintal ou nas ruas. No entanto, ainda sim, eram cobrados impostos anuais sobre a limpeza pública para aqueles que possuíam residência fixa. Para os moradores, o diretor interino de higiene e o inspetor municipal teriam limpezas mais importantes para fazer, por olhar com tanta diligência para bairros afastados e sujos. Em contrapartida, setores populares e abastados da capital apontavam para a condição de sujeira e o acúmulo de resíduos em pontos de grande movimentação urbana. O lixo, em algumas localidades, cobria todo o calçamento, tornando o ar pesado e com cheiro forte. Assim, formadores de opinião e moradores interpelam ao coronel Guilherme Rocha por providências quanto à periodicidade de coleta de lixo e a circulação das carroças responsáveis por essa atividade. As discussões sobre limpeza urbana consideravam inadmissível guardar lixo durante oito ou mais dias em casas e residências, devido aos riscos de adquirir doenças.<sup>226</sup>

Assim, é possível pensar um diálogo com Certeau, que aponta que as práticas cotidianas, muitas vezes, são constituídas pelos movimentos de passos, de reconhecimento do espaço da cidade e dos lugares vividos. Os movimentos e as operações de transitar por espaços, em detrimento de outros, deixam rastros e evidências. São movimentos diversos, espalhados, astutos, difíceis de serem alcançados, no entanto, possíveis de serem espacializados. Por meio das trajetórias, ou da ausência delas, é possível traçar os mapas e caminhos urbanos, que marcam presenças e distanciamentos. As práticas cotidianas são costuradas pelos espaços vividos e a familiaridade em relação à cidade ocorre em diálogo com os passos que constroem e moldam essas espacialidades. Os mapas urbanos possíveis a partir desse processo evidenciam uma maneira de estar no mundo e de perceber a cidade onde se vive, mora e trabalha.<sup>227</sup>

---

<sup>226</sup> A CIDADE. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 50, 1900 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=168092&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 2 jan. 2020.[n.p.]

<sup>227</sup> CERTEAU, *op. cit.*, p. 162 - 166.

Essas reflexões são importantes, pois, em diálogo com o *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1904, espaços como a Santa Casa, localizada na Rua Barão do Rio Branco, pouco mais de 600 metros de pontos centrais, como o Cineteatro São Luís e a Praça do Ferreira, e a alguns metros da praia, chamavam atenção pelo não recolhimento do lixo e pelo medo de contaminação. Integravam os pontos adjacentes ao centro da cidade, com localização próxima ao passeio público. A Santa Casa foi o primeiro hospital da cidade e atendia enfermos, sobretudo, de doenças contagiosas. Constitui-se como espaço importante na cidade, devido a relevância que temáticas relacionadas à saúde possuíam no cotidiano. O medo de infecções era alarmante, pois muitas reclamações apontavam para a quantidade de dejetos e para o aspecto de sujeira e abandono citadino, uma vez que o recolhimento de lixo não acontecia com frequência naquele espaço. Reclamações sobre a limpeza pública eram comuns nos jornais, no entanto, para os formadores de opinião e moradores, não surtiem efeitos junto ao intendente da cidade.<sup>228</sup> De acordo com esse periódico:

#### Serviço de Limpeza

Chamamos a atenção do Senhor Intendente Municipal para o estado de imundície em que se acham algumas ruas desta capital. Igualmente pedimos sua atenção para a rampa da Santa Casa, onde uma montanha de lixo se ergue infeccionando o ar e nos desacreditando aos olhos de nossos hóspedes. Depois que a limpeza passou a ser feita por um sindicato acabou-se o proverbial asseio de nossa capital.<sup>229</sup>

Em diálogo com o *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1907, é possível refletir que, para além de instituições, a ausência de serviços essenciais era estendida para ruas, com habitações. Os moradores do Boulevard Visconde do Rio Branco também direcionaram reclamações ao coronel Guilherme Rocha, intendente municipal. Pediam para expor, nas colunas dos jornais, o fato de que nunca, em tempo nenhum, a carroça de limpeza pública passava por aquela região. Chegavam além da estação de bondes, de modo que os moradores amontoavam lixo nas portas de casa ou nos quintais. No entanto, a cobrança de impostos direcionada para a realização do serviço era realizada anualmente. Considerada uma localidade distante do centro dinâmico, esses moradores reclamavam que a oferta de serviços era direcionada para bairros importantes e talvez, próximos a áreas centrais. Em coletivo, os

<sup>228</sup> Sobre a instituição Santa Casa de Misericórdia, na cidade de Fortaleza, nas últimas décadas do século XIX, é possível consultar: FERREIRA, L.M. **A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza: acolhimento de enfermos e educação para a saúde pública (1861 - 1889)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação. 128f. 2017.

<sup>229</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 25, 1904. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 2 jan. 2020. [n.p.]

formadores de opinião apontavam que os impostos não fossem pagos e que, do contrário, os moradores economizariam para pagar pela prestação de serviços particulares, neste caso, de carroceiros e carregadores. “Não paguem o imposto municipal e contizem-se para a remoção do lixo. É o caminho mais sensato: experimentem!”, diziam esse periódico:

Os moradores do Boulevard Visconde do Rio branco pede-nos para reclamar perante o senhor coronel Guilherme Rocha, intendente municipal, contra o fato de nunca, jamais, em tempo algum, atrever-se a carroça da limpeza pública (?) adiantar-se além da estação de bonde, ficando assim, os moradores d’ali na contingência de amontoarem o lixo à porta da rua ou atualherem com elle no quintal. Alegam mais os reclamantes, que a nessa ideal edilidade, nem por isso deixa de lhes cobrar anualmente o imposto por ela estabelecido para esse fim. Mas que querem os habitantes do Boulevard Visconde do Rio Branco? O senhor diretor interino da Higiene, que aliás parece boa pessoa, tem as pernas muito curtas para se atrever um passeio até lá e observar de perto o fato, e o senhor intendente há de estar atualmente muito preocupado com outras <limpezas> para um bairro tão afastado e sujo. Damolhes assum um conselho que é talvez o mais acertado: não paguem o imposto municipal e contizem-se para a remoção do lixo. É o caminho mais sensato, experimentem!”<sup>230</sup>

Costurando com a análise do *Jornal do Ceará, Político, Comercial e Noticioso*, de 1907, reclamações semelhantes eram realizadas pelos moradores do Parque da Liberdade, em regiões próximas ao centro da cidade. De acordo com eles, as carroças de limpeza não transitavam diariamente, mas de vez em quando, aos sábados. Dessa forma, o lixo ficava exposto em calçadas, em caixões abertos, durante a semana, até que passasse a carroça da limpeza. O lixo também era guardado por até 15 dias em casas que, por vezes, não tinham quintal, sendo considerado um risco para a saúde. Para os articulistas, somente as coxias recebiam atenção, enquanto partes afastadas da cidade eram esquecidas. Eles diziam que “a vassoura da municipalidade é um garrancho na mão de preguiçosos”, em que carroceiros e carregadores eram entendidos como indispostos para praticar a atividade. O monopólio das carnes verdes, a falta de limpeza das ruas e a não manutenção dos calçamentos da cidade emergiram como demandas e reclamações frequentes nas gestões do prefeito Acioly e do intendente Guilherme Rocha. Uma das alternativas, para os moradores, era o pagamento de carroças particulares para realizar a atividade. De acordo com as páginas dos jornais:

<sup>230</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 594, 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=1405&Pesq=lixo>. Acesso em: 17 jun 2020. [n.p.]

Pela praça Dr. Julio, lado nascente, no trecho fronteiro ao muro que, por aquele lado, fecha o Parque da Liberdade, não passam as carroças de lixo, que transitam diariamente pela cidade. Lá, uma vez, em dia de sábado, sucede alguma carroça, com iminente risco para a saúde pública e grave incômodo para os inquilinos por milagre. Ainda no sábado último não foi removido o lixo, exposto em caixões à porta das casas, de maneira que teve de ser novamente recolhido. Ser obrigado a guardar lixo, por oito a quinze dias, em casas que quase não tem quintal, com iminente risco para a saúde pública e grave incômodo para os inquilinos é coisa que não se comenta. Tem sucedido pagar carroça particular para a remoção do lixo, quando a Intendência Municipal cobra impostos que se destinam a tão importante serviço. Ao senhor Intendente Municipal que certamente ignora tão inqualificável abuso, pedem-se as providências que o caso exige.<sup>231</sup>

De acordo com edição do *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1911, alguns moradores da Rua Senador Pompeu, em um trecho compreendido entre as ruas 24 de Maio e General Sampaio, recorriam aos jornais com a finalidade de chamar atenção para a ausência de limpeza pública naquelas “paragens”. Os domicílios ficavam abarrotados de lixo, durante dias e dias, de modo que os moradores armazenavam materiais diversos em condições não profiláticas e contra indicadas pelos relatórios publicados pelos intendentes municipais. Segundo este relato, eram pagos 54 contos de réis, a cada ano, de modo que, coletivamente, eram cobradas ações do poder municipal e posturas adequadas pelos membros do corpo administrativo do município. A limpeza dos espaços era progressivamente associada a ação municipal, sobretudo, devido a cobrança de impostos e a atuação dos grupos políticos relacionados à família Accioly. Mais uma vez, as reclamações assumem um discurso de coletividade e de demandas próprias da experiência comunitária. De acordo com esse periódico:

#### Limpeza Pública

Continuam imundas, como a alma do velho e asqueroso oligarca, as ruas mais públicas desta capital. Por toda parte se acumula o lixo de envolta com matérias pútridas e nauseabundas donde se exalam miasmas deletérios, realmente insuportáveis. E para que se avalie a que ponto chegou aqui o serviço público da remoção do cisco, atualmente a cargo do Sr. Dr. Antonio Accioly Filho, que recebe dos cofres municipais uma dotação anual de 54 contos de réis, basta dizer-se que o Sr. Augusto Cabral, fiscal da Câmara Municipal, que residiu até bem poucos dias à rua 24 de maio, travessa do Alagadiço, fazia naquela travessa o despejo de todo o cisco que retirava de casa. O montão de lixo ainda lá está, atestando a verdade da nossa reclamação, aliás, testemunhada por todos os que ali residem.<sup>232</sup>

<sup>231</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 0503, 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=lixo&pasta=ano%20190>. Acesso em: 17 jun 2020. [n.p.]

<sup>232</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 1435, 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=3126&Pesq=lixo>. Acesso em: 17 jun. 2020. [n.p.]

Em diálogo com a edição do *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1916, ruas centrais e adjacentes ganhavam espaço nos jornais devido ao acúmulo de lixo doméstico ou vindo de outras ruas. O descarte incorreto e a demora da coleta sinalizavam insatisfações em pontos específicos da cidade. Ruas como Boulevard Duque de Caxias e as proximidades das ruas Santa Izabel e Santa Tereza, compreendiam pontos de reclamações sobre este problema urbano. As reclamações, assim como em demais ruas, eram direcionadas ao prefeito, justificando que, em um espaço de cinco dias, não existia limpeza naqueles espaços. A ausência do recolhimento de lixo era sinônimo de aspectos de sujeiras e medo de doenças diversas, sendo considerada um risco para a saúde coletiva. O medo de doenças acompanhava as queixas. De acordo com os jornais:

Chamamos atenção do Sr. Prefeito municipal para a grande imundicie que há uns cinco dias se vem notando no Boulervard Duque de Caxias, no trecho compreendido entre as ruas Santa Izabel e Santa Tereza. O fato é que aquele trecho da rua se torna depósito de grande quantidade de lixo, constituindo isso uma ameaça à saúde dos moradores daquela rua e imediações.<sup>233</sup>

A partir dessas transcrições, é possível compreender alguns pontos em comum. As queixas e reclamações eram emitidas de áreas específicas da cidade, sobretudo, situadas em pontos adjacentes ao centro urbano em expansão. Ganhavam espaços em periódicos que assumiam um discurso de crítica ao governo vigente. Alguns elementos apontam para indícios de que formadores de opinião articulavam e materializam as críticas que chegavam aos jornais. Os pontos de encontro entre os discursos diversos acontece por meio da insatisfação pela cobrança de impostos; a necessidade de, quando possível, pagar para carroceiros particulares realizarem o serviço; os aspectos de sujeira e descaso existente no espaço público; a compreensão de que, o pagamento de impostos, próprios do espírito republicano e cidadão, não era sinônimo de retorno. A partir dessas insatisfações, ocorre um retorno ao passado, considerado por muitos adequado, pois a atividade realizada por carroceiros ocorria de modo frequente e articulado.

Nesse sentido, em diálogo com as reflexões propostas por Scott, temos que os discursos dos grupos dominantes funcionam como exercício de poder e a constituição de sua linguagem ocorre por meio de gestos, discursos e práticas, de modo que o exercício da dominação, por meio dos limites ideológicos, que por vezes, são ausentes do discurso público. Sendo assim,

---

<sup>233</sup> O JORNAL. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 06, 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721239&pesq=lixo&pasta=ano%20191>. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Acesso em: 17 jun. 2020. [n.p.]

existem espaços de poder e interesses heterogêneos. No entanto, o discurso oculto dos grupos subordinados funciona, por vezes, como uma reação aos discursos construídos pela elite dominante. Nas duas formas existem práticas de poder e interesse, funcionando de modos diferenciados, sendo mais sutis ou mais evidentes, dependendo dos grupos sociais, dos interesses envolvidos e das especificidades no tempo e no espaço.<sup>234</sup>

Dessa forma, a partir da análise de reclamações e queixas, é possível perceber indícios de um discurso socialmente dominante, uma vez que as insatisfações sociais eram traduzidas e tornadas legíveis, ou seja, organizado em palavras, a partir dos formadores de opiniões, que em conjunto, compunham grupos letrados socialmente atuantes nos editoriais publicados nos jornais. As críticas ao governo vigente mantêm diálogo com as sugestões de não pagamento de impostos, sendo sugerido economia para pagar os carroceiros que, tradicionalmente, realizavam essa atividade. As insatisfações publicadas nos jornais assumem, assim, duplos significados e lugares sociais: um deles, a partir da experiência comunitária de moradores e partindo da experiência cotidiana, relacionada com o descontentamento com serviços municipais; e um segundo, vindos de grupos ilustrados, de reforço dessa insatisfação, com discursos que dialogam e reforçaram as críticas relacionadas com a cobrança de impostos sobre diversos aspectos da vida urbana, assim como, para o governo vigente.

Os espaços dos jornais contemplavam reclamações empreendidas por grupos populares, no entanto, a partir da localização das queixas, é possível supor que o espaço de escuta, por vezes, não alcançava todos os grupos sociais. As ruas e bairros próximos ao centro dinâmico e seus moradores possuíam uma realidade social diferente dos grupos situados em areias, arrabaldes e nas moradias afastadas desse espaço. Nesse sentido, apesar de traduzirem insatisfações legítimas, as reclamações emergiram de grupos que, possivelmente, possuíam condições sociais diferenciadas da pobreza e da subalternidade expressiva desse período. Compreendendo as diferenciações sociais e geográficas, aqui, a partir dos espaços de fala, por meio dos jornais, é possível perceber que o serviço de limpeza pública ocorria com diferenciações físicas, entre casas e casarões. Era insuficiente em regiões centrais da cidade, desse modo, supomos que esse serviço municipal era inexistente nos subúrbios e arrabaldes. Nesse sentido, nosso objetivo é evidenciar e fortalecer a hipótese de que essa ocupação, realizada por carroceiros e carregadores, possuía representações e significados polissêmicos e complexos, com reflexos nos diferentes grupos do tecido social.

---

<sup>234</sup> SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013. p. 60.

Em diálogo com a análise de edição publicada pelo *O Jornal*, de 1916, é possível compreender que as insatisfações relacionadas a essa temática persistem ao longo da década de 1910. As reclamações possuem algumas semelhanças, evidenciando que as sensibilidades sobre a temática eram motivadas, assim como no início do século XX, pelos signos de civilidade, materializadas pela limpeza de ruas e espaços públicos. Existe uma quebra de expectativa, pois, ao final do século XIX, o modelo e projeto arquitetônico da cidade gerou idealizações relacionadas à cidade moderna. Assim, a sujeira dos espaços e a ausência de recolhimento de lixo não possuíam diálogo com as transformações físicas e culturais empreendidas e idealizadas por grupos socialmente dominantes. A citação “Os passeios das casas, nas ruas mais centrais da cidade, estão reclamando reparos inadiáveis” aponta como a dimensão da limpeza, na década de 1910, possui aspectos relacionados à vida privada e organização familiar, pois as habitações dessas ruas eram, em sua maioria, residenciais. De acordo com esse periódico:

Com a prefeitura

As ruas de Fortaleza apresentam um aspecto muito pouco agradável, tal a sua sujeira. Os encarregados da limpeza pública, apesar das gordas propinas que recebem, em quase completo descaso pelas obrigações que contraíram com a prefeitura, deixa correr à revelia esse utilíssimo serviço, com grande prejuízo a população. Os passeios das casas, nas ruas mais centrais da cidade, estão reclamando reparos inadiáveis. Todos esburacados, sem asseio, nem cuidado, estão afeando as nossas ruas, aliás bem alinhadas, em lugar de lhes dar o aspecto que foram destinadas. Estas linhas não nos foram inspiradas por nenhuma animosidade para com o ilustre governador desde município que não temos nos absolutamente. As reclamações que temos ouvido de contínuo levaram-nos, porém, a traçá-las, na íntima convicção de que s.s. volverá seus olhos, ora preocupados de certo com outros problemas, para esse serviço tão carecedor, como outro qualquer dos seus bons cuidados. Não é pequena a verba despendida pelo município com a limpeza pública, para se deixar o pobre zé pagante a transitar já tão desiludido de tantas esperanças pálidas, no meio do lixo, ou por calçadas esburacadas.<sup>235</sup>

Em diálogo com a edição publicada pelo *Jornal do Ceará*, de 1928, existe uma interlocução direta com os formadores de opinião jornais, por meio do pronome de tratamento *Senhor Redator*. Em conjunto, os moradores da Rua Senador Pompeu, nos trechos compreendidos entre as Ruas 24 de Maio e General Sampaio, recorriam às colunas dos jornais para expressar a ausência de limpeza pública naquelas “paragens”. Assim como demais reclamações, apontam que os domicílios ficam entulhados durante dias, e os moradores ficavam submetidos a guardar lixo em casa, em condições não profiláticas e não recomendadas pelos

<sup>235</sup> O JORNAL. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 009, 1901. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=721239&pesq=lixo&pasta=ano%20191>. Acesso em: 17 jun. 2020. [n.p.]

relatórios da cidade. Ao final da década de 1920, é possível visualizar outros conflitos. Em certas passagens, existe o relato de que a atividade deveria ser realizada por choferes. Não conseguimos empreender uma análise sobre a relação entre as práticas de trabalho de carroceiros e motoristas. No entanto, as insatisfações relacionadas à oferta do serviço municipal persistem. De acordo com esse periódico:

Senhor redator, os moradores da rua Antônio Pompeu, do trecho compreendido entre as ruas 24 de Maio e General Sampaio, recorrem as colunas do vosso periódico, a fim de reclamar contra a falta de pontualidade da Limpeza Pública naquelas paragens. Os domicílios estão atulhados de lixo há muitos dias. Os veículos encarregados de transportarem o lixo passam aqui diariamente, mas não o levam. Sabe por quê? O carroceiro afirma que essa obrigação cabe ao “chauffeur”. Este contesta. A carroça se vai. E o lixo fica. E os moradores que se lixam. É necessário, pois, tomar as providências que o caso requer. Isso não pode continuar assim. Agradecemos. – Os moradores desta rua.<sup>236</sup>

Nesse sentido, pensando as reclamações como forma de reivindicação coletiva, em diálogo com os estudos empreendidos por Eduardo Silva, a partir da realidade social da cidade do Rio de Janeiro, é possível refletir que a publicação de queixas junto aos jornais pressupõe a existência de um direito social, apontando indícios sobre os problemas sociais que incomodavam, assim como, o que era considerado justo pela população do período, sobretudo, sobre as atividades sobre as quais eram cobradas impostos e que deveriam ser asseguradas pelo poder municipal. Diversos grupos sociais expressavam a cidadania por meio de queixas e reclamações, expostas em páginas de jornais. Assim, as queixas realizadas funcionavam como um exercício cotidiano de cidadania, e, em diálogo com o apontado por esse estudo, emergem discursos onde o Estado é apresentado como ponto central das insatisfações existentes no espaço urbano. Muitas vezes, a ação municipal emerge como responsável pela ausência de atividades essenciais, tantas outras, como responsável pela organização e regulação dos serviços prestados e pela resolução de problemas. Os serviços de limpeza, nos espaços urbanos apontados, eram objeto de insatisfação, direcionada ao município, nas figuras dos intendentess municipais e inspetores de limpeza, que eram cotidianamente citados nos jornais, dentre muitos motivos, pela ausência de higiene pública na cidade.<sup>237</sup>

Em diálogo com as reflexões propostas por Balcão, os modos de perceber a cidade são fragmentados, obedecendo limites sociais e físicos. Apropriar-se do ambiente urbano e

<sup>236</sup> O CEARÁ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 1012, 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765198&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192>. Acesso em: 4 set. 2019. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. [n.p.]

<sup>237</sup> SILVA, E. **Queixas do Povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 34-36.



compreender as demandas e os conflitos modernos, baseados nas formas de se relacionar e nos cuidados considerados civilizatórios, constituem os diversos modos de ocupar estes ambientes. Ao interpelar o jornal por resolução de demandas consideradas de responsabilidade do município, é possível perceber os lugares e traçar uma cartografia, sobretudo de grupos dominantes, que apontam sobre elementos que incomodam, as sociabilidades diversas e a configuração complexa existente na urbe. São nas ruas e nos bairros que se desenrolam a vida cotidiana, as relações de vizinhança e relações informais de prestação de serviço e a utilização dos espaços, bem como sensações, experiências e conflitos. Por fim, as queixas e reclamações permitem traçar as demandas sociais e básicas que incomodavam a organização do município que crescia no início do século XX e as demandas com capacidade de mobilização e os pontos que motivaram essas queixas.<sup>238</sup>

É possível compreender as demandas sociais relacionadas a limpeza existentes em diversos locais da cidade. Apesar de ruas e bairros diferenciados, e, por vezes, situadas em regiões abastadas, é possível perceber como a ausência de limpeza de lixo constituía um problema social coletivo. É interessante observar que os jornais noticiavam questões e queixas de regiões próximas ao centro dinâmico, no entanto, não integravam ou não davam conta de todas as áreas pobres e periféricas existentes na cidade, sendo um espaço urbano de limites físicos específicos, com acesso a serviços essenciais de modo desigual e ineficiente. Moradores e formadores de opinião questionavam a ordem de importância dada aos bairros. É possível pensar em algumas coletividades em torno do espaço físico, uma vez que os habitantes, a partir da identificação do espaço de moradia e das demandas cidadinas, direcionaram reclamações a setores dominantes específicos, compartilhando demandas em comum, como a insuficiência das atividades municipais.

Outros instrumentos eram utilizados para a validação de demandas e questionamentos no espaço da cidade. Nesse sentido, a polícia era vista como possibilidade repressiva para resolução dos problemas. Apesar de um uso secundário, os moradores, que tanto reclamavam nos jornais, entendiam ser possível fazer uso do instrumento policial como forma de educar os hábitos dos populares. As intenções existiam, sobretudo, de grupos abastados, que recorriam a formas diversas para solução dos problemas de acúmulo de lixo ocasionada pelos próprios moradores. Uma das alternativas era o uso do aparato policial, de modo que impedisse a disposição de lixo em ruas e locais centrais. Esse impedimento era uma alternativa à

---

<sup>238</sup> BALCÃO., *Ibid.*, p. 67-90.

intermitência da atividade de recolhimento de lixo. De acordo com o *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, de 1911:

Com a polícia

Uma vez que a Intendência Municipal não quer mandar limpar o trecho da rua de D. Pedro, compreendido entre as ruas do Barão do Rio Branco e a do General Sampaio, apesar de reiteradas reclamações nossas; rogamos ao senhor dr. delegado José de Borba que ao menos dê ordens aos seus guardas civis, no sentido de ser impedido lançamento de lixo em plena rua. E' uma medida que se impõe, pois entende diretamente, com a saúde pública. Confiamos, desta vez, ser atendidos.<sup>239</sup>

É possível perceber as possibilidades utilizadas pelos moradores da cidade para solucionar a ausência de carroceiros e carregadores em ruas e bairros. A diversidade de documentos evidencia os caminhos e trajetos existentes no espaço urbano, as demandas sociais empreendidas por grupos comunitários, assim como o cotidiano de reclamações e as queixas empreendidas por moradores, tendo o Poder Municipal como interlocutor e os trabalhos exercidos pelos carroceiros e carregadores como questão. Apesar de não encontrar indícios de discursos desses trabalhadores, buscamos empreender uma leitura a contrapelo, percebendo as possibilidades de interpretação a partir de falas construídas por sujeitos diversos.

Em conclusão, buscamos evidenciar uma possibilidade de compreensão do espaço da cidade e da prática de trabalho de carroceiros e carregadores a partir das reclamações e queixas realizadas por moradores. Concluímos que a experiência de produção e acúmulo de lixo existente na cidade modificou modos e experiência de moradores, que eram orientadores, também, pelas ideias de civilidade urbana. O odor e o espaço de descarte incomodavam moradores, vizinhos e transeuntes, e a ineficiência e inadequação do recolhimento e tratamento do lixo eram associadas à prática municipal e ao trabalho desempenhado pelos carregadores. Existe, portanto, movimentos de reivindicações sociais e construção de cidadanias, a partir das reclamações e do compartilhamento de demandas comuns, reforçando, também, a importância que a prática de trabalho desempenhada por carroceiros e carregadores possuía dentro do espaço da cidade.

## 4.2 Habitação, família, álcool e repressão

<sup>239</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 1417, 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&PagFis=3126&Pesq=lixo>. Acesso em: 17 jun. 2020. [n.p.]

A partir dos estudos propostos por Odila Dias, a modernidade emerge e aponta uma ruptura de costumes e valores, protagonizados por sujeitos históricos. Entre os diversos conceitos, a ideia de cotidiano surge em meio a contradições, rotinas, costumes e lazer, costurados com as percepções de continuidade e repetição, por vezes reservada à cultura dominante. Por outro lado, aspectos cotidianos são pensados como rupturas, mudanças, dissolução de culturas e novas possibilidades. A hermenêutica do cotidiano teria como objetivo, assim, interpretar os processos contemporâneos de dissolução e de permanências, em meio a movimentos acelerados de modernidade, industrialização e expansão das cidades. Cabe investigar e interpretar os indícios e evidências das experiências de vida e de sociabilidades, percebendo as permanências, as rupturas e as múltiplas temporalidades.<sup>240</sup>

Em diálogo com as reflexões propostas por Gilberto Velho, a história mantém diálogos com a antropologia à medida que direciona olhares e esforços de pesquisas para compreender temáticas diversas como habitação, bairros, organização familiar, parentescos, organização social, vizinhanças, culturas populares e classes trabalhadoras, que, em conjunto, apresentam possibilidades múltiplas de investigação e de interpretações do real. Além disso, a história permite contato com os mais diversos grupos, comunidades e segmentos sociais, buscando compreender os significados da ação social, percebendo a constituição de identidades e desempenhos sociais, esbarrando com as dificuldades de analisar as interações, trocas e negociações entre sujeitos e grupos sociais. Desses desafios, surge a importância de compreender os movimentos macrosociológicos, em meio a redes sociais diversas.<sup>241</sup>

Dessa forma, quando pensamos a experiência de carroceiros e carregadores a partir de seus lugares de habitação, arranjos familiares, práticas de lazer e de repressão na cidade, é possível apreender alguns aspectos relacionados ao cotidiano e a experiência ordinária, que muitas vezes, é organizada a partir da prática de trabalho realizada. Esses aspectos, em conjunto, contribuem para a reflexão de que esses sujeitos existiam em meio à condição de pobreza e improvisaram seu cotidiano em meio a possibilidades de disciplinarização específicas. Existiam dentro do espaço da cidade, a partir de moradias precárias, arranjos familiares fluídos, consumo de bebidas e práticas consideradas desviantes. Percorriam a cidade com carroças, despertando incômodos a partir de práticas de sobrevivência polissêmicas e indispensáveis.

---

<sup>240</sup> DIAS, M. O. S. A hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, nov. 1998, p. 223-258.

<sup>241</sup> VELHO, G. Antropologia e Cidade. In: OLIVEIRA, L. L. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 36-41.

Assim, o objetivo desse tópico é discutir aspectos relacionados ao cotidiano de carroceiros e carregadores no espaço da cidade, a partir de temáticas relacionadas com moradia, organização familiar, masculinidades, violência e repressão. Essas reflexões foram construídas a partir do *Código Municipal de Fortaleza*, de 1933, em diálogo com o *Arrolamento da Cidade de Fortaleza*, produzido em 1887, assim como os jornais *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso (1904 a 1911)*; *O Ceará (1928)*; *A razão: Político, Comercial e Noticioso (1929 - 1938)*. Em conjunto, direcionamos nosso olhar para aspectos diversos, como moradia, organização familiar, repressão e álcool, com o objetivo de compreender particularidades cotidianas da experiência social desses trabalhadores na cidade.

Por meio de normatizações direcionadas para a construção de residências em diálogo com editoriais críticos sobre moradia e pobreza, ambos produzidos ao final da década de 1920, buscamos evidenciar os espaços de moradia ocupados por carroceiros e carregadores. O Arrolamento da cidade de Fortaleza apresenta aspectos relacionados com a organização familiar desses trabalhadores, sustentando a hipótese de heterogeneidade familiar apresentada a partir da historiografia sobre História e Família. A partir de crônicas e fatos cotidianos, apresentados pelos jornais citados acima, buscamos evidenciar aspectos relacionados com conflitos e violência em meio ao cotidiano de trabalho e vida privada. Por meio de crônicas e fatos, também evidenciamos a relação com bebidas alcoólicas e as práticas de lazer e saúde realizadas por esses sujeitos.

De acordo com os estudos apresentados por Marins, sobre habitação das classes populares, o passado imperial e o presente republicano, em construção, dotaram de tonalidades ruas e casas que, em meio a diferenciações sociais, culturais e econômicas, ajudavam a formar uma geografia urbana destoante em torno de desigualdades e exclusões, com particularidades e questões próprias em diversas regiões do país. As habitações populares eram consideradas, por médicos e sanitaristas, como os principais focos de dispersão das epidemias e patologias sanitárias pela cidade. Esse ambiente urbano, desorganizado e reajustado, entre ruas públicas e espaços privados, é submetido a uma nova ordem, em diálogo com os projetos e as funções que a cidade moderna assume. Os espaços, até então entendidos como particulares, passam a ser organizados a partir da lógica do Estado. Emerge um novo modelo de relações urbanas, transpassadas pela segregação espacial e pelo controle de habitação e vizinhança.<sup>242</sup>

---

<sup>242</sup> MARINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: NOVAIS, F.A.; SEVCENKO, N. **História da Vida Privada no Brasil**. República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 136.

Nesse sentido, a preocupação com os tipos de moradias da cidade ganhava espaço junto aos *Códigos de Postura*, que orientados pelo medo de doença e miasmas, apresentavam normatizações sobre moradia e construção de habitações. No Título III, chamado *Das Construções* e organizado em 29 capítulos, eram discutidas orientações para as diversas construções na cidade. O capítulo XIX, a partir do artigo 269, apontavam aspectos sobre habitações particulares, que deveriam possuir um aposento, uma cozinha e um compartimento para banheiro com gabinete sanitário.<sup>243</sup> O município, segundo este código, era dividido em áreas urbanas, suburbanas e rurais, apresentando disposições para a construção de espaços físicos alinhados e em diálogo com as ideias de uma cidade civilizada e moderna. De acordo com o Título III, do Código Municipal, promulgado em 1933:

1. Deve ser feita em solo seco ou artificialmente dessecado.
2. Deve ser afastada dos logradouros públicos, no mínimo, 4 ms.
3. As paredes mestras laterais devem ser afastadas 1m50, no mínimo, da linha divisória do terreno contíguo.
4. O pé direito mínimo será de três metros em todos os compartimentos com abertura para o espaço exterior livre.
5. As paredes podem ser de meio tijolo (frontal).
6. As paredes internas e externas deverão ser regulares, rebocadas, caiadas ou pintadas.
7. O piso poderá ser de tijolo ou cimento.
8. A cobertura será de telha ou outro material incombustível, não sendo obrigado forro.
9. A area coberta não podera ser maior que 50 m quadrados
10. Haverá pelo menos três compartimentos para habitação, um dos quais com 12 metros quadrados, no mínimo, e os outros dois destinados a cozinha, banheiro e sentina.
11. Poderá ser empregada argamassa de barro
12. A altura mínima das portas exteriores sera de dois metros e vinte, e a largura mínima, um metro.<sup>244</sup>

A partir de Marins, e seus estudos sobre habitação na cidade do Rio de Janeiro, aponta que as moradias dos mais pobres, na chegada do novo século, eram percebidas a partir dos signos do tumulto e da desordem. As classes baixas, de acordo com os discursos do Estado, possuíam uma organização marcada pela lotação, pobreza e rápida proliferação de doenças que, facilmente, eram espalhadas por bairros e cidades, sobretudo, litorâneas. No entanto, o que era percebido como desordem e tumulto configurava-se como forma de sobrevivência e invenções de práticas sociais cotidianas. Para os mais pobres, seus modos de morar e existir na cidade eram progressivamente normatizados, sobretudo, pela instância municipal, portadora de modos de pensar e viver de setores dominantes da sociedade do período. Um pensamento comum e

<sup>243</sup> CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. 1933, p. 69.

<sup>244</sup> CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA. 1933, p. 89.

depreciativo era o entendimento de que as habitações dos mais pobres deveriam ceder espaço para construções modernas, sobretudo, quando situadas em áreas centrais da cidade. As moradias dos mais pobres eram vistas por meio da associação ao atraso, devendo, portanto, serem eliminadas em um constante processo de normatização do espaço público, que ocorreu em maior, ou menor intensidade, em diversas cidades do país.<sup>245</sup>

Pensando a realidade de Fortaleza, a partir das reflexões apresentadas por Frederico Neves, a ocupação da cidade de Fortaleza, diferente de outros centros urbanos do período, foi marcada por um intenso processo de deslocamento de camponeses da seca em direção à capital do estado, superlotando o espaço urbano que, em contrapartida, impulsionou diversas medidas de contenção e gerenciamento da população formada no período. Uma experiência particular, na qual, por meio da pobreza e da doença, uma nova categoria de sentimentos e sensibilidades é despertada entre os moradores.<sup>246</sup> Em diálogo com os Almanques, uma possibilidade de moradia construída por camponeses que chegavam à capital, era por meio construção de casas aos pés das árvores, despertando olhares curiosos e receosos da população citadina. Esses movimentos reforçam o medo de doenças e miasmas, devido às experiências de doenças e mortes existentes ao final do século XIX.<sup>247</sup>

Nesse sentido, por meio da análise de edição publicada pelo jornal *O Ceará*, no ano de 1928, publicou um editorial crítico sobre habitação e pobreza, evidenciando a diversidade de trabalhadores e crianças, entre eles carroceiros e carregadores, que improvisaram modos de sobrevivência em meio a moradias precárias, situadas nas areias da cidade. Para o articulista, a situação era resultado do abandono público, onde trabalhadores que contribuem para a expansão econômica do Estado, não eram assistidos socialmente, sobrevivendo em meio a miséria e a pobreza. Eram carregadores, carroceiros, vendedores de frutas, lavadeiras, engomadeiras, trabalhadores em ocupações diversas, que em comunidades como o Morro do Moinho, Morro do Croata, Gameleira, Cambeirinhas, entre outros, teciam sua experiência de vida e trabalho, entre o ir e vir na cidade. As experiências de trabalhadores urbanos, excluídos das dinâmicas de trabalho de fábricas e oficinas, era atravessada pela pobreza e pela precariedade nos modos de sobrevivência. De acordo com esse periódico:

---

<sup>245</sup> MARINS, *op. cit.*, p. 141.

<sup>246</sup> NEVES, F.C. *op. cit.*, p. 25, 56. Uma das ações municipais para a contenção da população mais pobre foi a criação de campos de concentração espalhados pelo Estado, entendidos sob o conceito de biopolítica. Sobre o assunto, consultar: RIOS, K. S. **Isolamento e Poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Imprensa Universitária: Fortaleza, 2014.

<sup>247</sup> ALMANAQUE ADMINISTRATIVO, ESTATÍSTICO, MERCANTIL, INDUSTRIAL E LITERÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ. Instituto do Ceará: Histórico, Geográfico e Antropológico: Fortaleza. Ano 1900. [n.p.]

### Como vivem as classes pobres em Fortaleza

Milhares de homens, mulheres e crianças estiolam-se em baiucas anti higiênicas – A miséria mais negra impera nas choças – O Ceará houve os desprotegidos da fortuna. Desde a fundação deste jornal, temo-nos batida em benefício das classes desprotegidas da fortuna que, nesta capital, vivem inteiramente abandonadas pelos poderes competentes. Percorrendo os arredores de Fortaleza, as chamadas areias, tem-se a mais nítida impressão do estado de miséria em que vivem esses nossos conterrâneos, para os quais os poderes públicos não tem um ato, um gesto, que venha melhorar um pouco a sua triste situação de vida. Com o intuito de dar ao público, em quadros vivos, na dolorosa condição dessa gente que coopera em alto grau para a prosperidade da ação e do estado, O Ceará, acaba de iniciar uma reportagem nas areias de Fortaleza, visitando os bairros da miséria onde uma numerosa população se estiola em números casebre. No Morro do Moinho, Morro do Croata, na Gameleira, nas Cambeirinhas, Altamira Prado, Velho Coqueirinho, Lagoa da Onça, entre outros lugares, dezenas de milhares de homens, mulheres e crianças de todas as idades, em míseras choupanas, onde predomina mais a absoluta falta de higiene, vivem da mais negra miséria. É verdadeiramente desolador o quadro que se apresenta aos olhos dos que penetram nesses bairros, porque não são aplicados por mendigos, mas por gente que trabalha, por carregadores, vendedores de frutas, lavadeiras, engomadeiras, verdureiras.<sup>248</sup>

A partir dos estudos de Borzachiello da Silva, situados na década de 1930, a cidade de Fortaleza experimentou um crescimento demográfico elevado, com reflexos no espaço urbano. O crescimento, considerado desordenado e espontâneo contribuiu para a formação de construções precárias, em áreas periféricas da cidade, que apresentavam aspectos de periferia ou formação de favelas. Entre 1930 e 1935 surgiram diversas áreas em condição de pobreza, como “Mucuripe (1933), Lagamar (1933), Morro do Ouro (1940), Varjota (1945), Meireles (1950) e Estrada de Ferro (1954).” A formação desses espaços ocorreu em diálogo aos movimentos e fluxos migratórios.<sup>249</sup> Desta forma, os movimentos de expansão urbana ocorrem em diálogo com o aumento da pobreza e da precariedade de sobrevivência de grupos populares. Os trabalhadores que, cotidianamente, contribuem para a expansão material da cidade, em meio a ocupações diversas, eram aqueles que sobreviviam em meio a condições materiais limitadas e excludentes. Organizavam o mercado de trabalho livre e heterogêneo urbano, com suas moradias constituídas por casebres nas areias e praias da cidade, distantes do centro dinâmico.

Nesse sentido, por meio da compreensão de que esses trabalhadores realizavam atividades próximas ao centro dinâmico, em ruas centrais da cidade, no entanto, moravam nos arrabaldes e subúrbios, é possível supor as caminhadas, trajetos e mapas construídos no espaço urbano, por meio do deslocamento cotidiano relacionado à prática de trabalho. Esses trajetos,

<sup>248</sup> O CEARÁ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital. Edição 1047, 1928. [n.p.]

<sup>249</sup> SILVA, J. B. **Os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza. Multigraf Editora, 1992, p. 30.

supomos, facilitam a identificação em casos de não cumprimento de matrículas e taxas, assim como de acidentes, pois nesse período, o espaço físico da cidade em expansão não alcançava todo o território municipal. Por meio desses deslocamentos a cidade era reinventada e construída, a partir de olhares e percursos próprios desses trabalhadores e de suas carroças, que assim como os demais trabalhadores urbanos, pertenciam às classes populares à margem dos espaços centrais da cidade.

Nesse sentido, a organização familiar e vida privada, por meio dos estudos propostos por Emília Costa, é possível compreender que, apesar de as mulheres compartilharem uma condição de subalternidade estrutural, a experiência cotidiana era diferenciada, tendo em vista a disposição material e social existentes. Para as mulheres escravas, o imperativo era a liberdade, enquanto para as mulheres pobres e livres, a preocupação era a sobrevivência. Para as mulheres brancas e situadas em famílias financeiramente estruturadas, imperava a busca pela independência e autonomia.<sup>250</sup> Os índices de alfabetização, de acordo com esses estudos, entre as décadas finais do século XIX, alcançava 80% da população, principalmente em regiões rurais, apesar da expansão de escolas de ensino primário. O cenário era diferente em cidades urbanas, com um tímido aumento de formação, com a leitura e a escrita, sobretudo, entre homens. Entre as mulheres, a experiência formativa era expressiva, no entanto, em setores abastados.<sup>251</sup>

Em diálogo com as reflexões propostas por Chalhoub, relacionadas a sociedade pós-abolição, o lugar social feminino existia a partir da proteção do homem. Em parte, essa relação baseava-se na constatação de que mulheres eram frágeis fisicamente, condição associada à delicadeza e à insustentável constituição moral, instituído, dessa forma, um lugar de subalternidade diante da figura masculina. Por sua vez, os homens eram percebidos a partir da disposição física, força moral, indelicadeza e grosseria. Assim, a função masculina era direcionada para o cuidado material, a partir do trabalho, do lar e dos filhos. Os sentimentos ocupavam um lugar de menor proporção, direcionados, apenas, às práticas sexuais. Do contrário, a mulher associava-se à figura do homem de modo dependente, no qual este, sustentado em discursos médicos e jurídicos, possuía o poder de vida e morte sobre a companheira.<sup>252</sup>

---

<sup>250</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 515.

<sup>251</sup> COSTA, E. V. *op. cit.*, p. 511.

<sup>252</sup> CHALHOUB, *op. cit.*, p. 180.



Pensando sobre essas discussões em diálogo com os estudos de Eni Samara, a organização familiar dos mais pobres possuía uma dinâmica fluida, implicando laços afetivos orientados por questões de outra ordem, de modo que o carinho, amor e cotidiano eram dimensões relevantes para a manutenção ou não de relações.<sup>253</sup> As práticas de união ou separação despertavam sentimentos de moralidade e costume menos incisivos em relação aos experimentados por grupos abastados e socialmente privilegiados. No entanto, existia uma resistência ao casamento entre populares, observada desde o Período Colonial. Muitas relações, na contramão do casamento e dos preceitos religiosos, foram construídas a partir do concubinato ou por meio de relações ilegítimas. As relações construídas entre os mais pobres possuíam intencionalidades diversas e não obedeciam aos preceitos morais e econômicos de outros grupos sociais. Os critérios para construção de matrimônios possuíam intencionalidades específicas por meio das relações de raça e classe. A oficialização de relações era financeiramente onerosa, com custos legais, além de implicar direitos e deveres, passíveis de punição caso fossem descumpridos, como fidelidade e assistência. Desse modo, setores populares, por vezes, resistiam à legitimação de casamentos pelo medo de serem presos ou entrarem em conflito com o Estado, sendo a concubinação uma das alternativas para a formação de famílias e laços.<sup>254</sup> Em diálogo com as reflexões de Chalhoub, temos:

Pelo menos no que tange às relações amorosas, este problema da relação entre normas de comportamento dominantes e classes sociais tem sido tradicionalmente abordado em nosso país do ponto de vista da patologia social: tanto homens de poder quanto os cientistas sociais tem adotado o procedimento de comparar os padrões de comportamento ideais considerados universais pelas classes dominantes com a conduta real manifestada pelas classes populares. O passo seguinte é constatar que a conduta real vivida pelos membros das classes populares não se ajusta aos padrões dominantes, concluindo-se, então, que os populares vivem em um estado anômico ou patológico no qual as relações entre os sexos são caracterizadas pela desordem e pela promiscuidade, culminando na desagregação familiar. É lógico que esta linha continua ao longo da qual os amantes pobres se metamorfoseiam em serem promíscuos e anômicos pode apresentar as mais variadas sinuosidades.<sup>255</sup>

Em continuidade com as reflexões propostas por Eni Samara, a estrutura familiar existente no período, sobretudo em grupos mais pobres, era menos delineada, com a integração de filhos, agregados, irmãos, dotando de complexidade a experiência familiar. Associados à organização familiar central, estavam vizinhos e trabalhadores livres, que constituíam relações e laços sociais diversos.<sup>256</sup> Para Chalhoub, é possível refletir sobre a organização familiar observando a condição de ricos e pobres, os diversos tipos de família resultantes dessas relações

<sup>253</sup> SAMARA, E. M. **A família brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. p. 53.

<sup>254</sup> *Ibid.*, p. 44 - 52.

<sup>255</sup> CHALHOUB, *op. cit.*, p. 172.

<sup>256</sup> SAMARA, E. M, *Ibid.*, p. 10 - 57

materiais, os vários modelos existentes em diálogo com a estrutura patriarcal tradicional e os diversos papéis assumidos, entre homens e mulheres. Estes aspectos questionam, principalmente, o lugar da família patriarcal como explicativa da organização familiar brasileira. Elementos que, em conjunto, constituem e moldam a complexidade e a heterogeneidade familiar existente ao longo dos séculos XVIII e XIX.<sup>257</sup>

Essas reflexões são importantes, pois, por meio da análise do *Arrolamento da Cidade de Fortaleza*, produzido em 1887, é possível pensar indícios da organização familiar de carroceiros e carregadores, assim como a sua disposição em ruas e bairros diversos na cidade. Ao observar a organização familiar de ruas e vizinhanças, é possível perceber que os espaços de moradia eram compartilhados entre trabalhadores diversos, como jornaleiros, cozinheiros, sapateiros, ferreiro, artista, lavrador, entre outros, que, em conjunto, apontam indícios sobre as relações de vizinhança e as práticas de trabalho existentes na cidade. Alguns trabalhadores identificavam-se profissionalmente com a ocupação, alguns homens sabiam ler e escrever, o que não acontecia com as mulheres, que, em sua maioria, não possuíam educação formal, apesar de atuarem como provedoras de família, em meio à ausência de seus companheiros. Segundo este documento, no ano de 1887:

---

<sup>257</sup> CHALHOUB S, *op. cit.*, p. 172.

Quadro 4 – Carroceiros no Arrolamento da cidade de Fortaleza, de 1887

ENDEREÇO	NOME	IDADE	NACIONALIDADE	STATUS CIVIL	OCUPAÇÃO	ALFABETIZAÇÃO
Lagoinha	Luíza Maria da Conceição	45 anos	Brasileira	Viúva	Lavadeira	Não sabe Ler
	Gabriel da Conceição	25 anos	Brasileiro	Solteiro	Carroceiro	Não sabe ler
	Raimunda da Conceição	14 anos	Brasileira	Solteira	Sem Profissão	Não sabe ler
	Maria da Conceição	07 anos	Brasileira	Solteira	Sem Profissão	Não sabe Ler
Rua Leopoldina	Luis Gonsaga	33 anos	Brasileiro	Solteiro	Carroceiro	Sabe Ler
	Luciana Maria da Conceição	20 anos	Brasileira	Amazia	Sem Profissão	Não sabe Ler
	José Thomas de Araujo	38 anos	Brasileiro	Casado	Carroceiro	Não sabe ler
	Juliana Maria da Conceição	24 anos	Brasileira	Casada	Sem Profissão	Não sabe ler
	Cesto de Araújo	01 ano	Brasileiro	Solteiro	Sem Profissão	Não sabe Ler
Rua da Glória	Joaquim Suares Teixeira	50 anos	Portugues	Solteiro	Carroceiro	Saber Ler
	Maria Petronilha da Silva	28 anos	Brasileira	Amazia / Casada	Sem Profissão	Não sabe ler
	Sebastiana Gomes da Silva	11 anos	Brasileira	Filha desta	Sem Profissão	Não sabe ler
	Francisca Gomes da Silva	08 anos	Brasileira	Filha desta	Sem Profissão	Não sabe ler
	José Francisco	20 anos	Brasileiro	Solteiro	Carroceiro	Não sabe ler
	Roza Alves da Cunha, sua irmã	26 anos	Brasileiro	Solteiro	Sem Profissão	Não sabe ler
	Sabino Lopes da Silva	45 anos	brasileiro	Viuvo	Carroceiro	Sabe Ler
	Raimundo Lopes da Silva, seu filho	20 anos	Brasileiro	Solteiro	Carroceiro	Sabe ler
Rua Soledade	Domingos Ferreira do Nascimento	40 anos	Brasileiro	Casado	Carroceiro	Não sabe Ler
	Diolinda Maria da Conceição, Esposa	24 anos	Esposa	Casada	Sem Profissão	Não sabe ler
	Maria Raimunda da Conceição, agregada	24 anos	Brasileiro	Agregada	Sem Profissão	Não sabe ler
	Pedro Ferreira	1 ano		Agregado	Sem Profissão	Não sabe ler

Fonte: Elaborado a partir do Arrolamento da Cidade de Fortaleza, 1887, p. 55, 63, 84.

Nesse sentido, é possível refletir como a organização familiar dos carroceiros e carregadores pobres era heterogênea e diversa. O casamento, entre homens e mulheres, não era uma condição predominante para as famílias do período. Havia poucos exemplos, como José Thomas de Araújo, de 38 anos, casado com Juliana Maria da Conceição, de 24 anos. O marido, provedor da família, trabalhava como carroceiro, enquanto Juliana Maria, como muitas mulheres do período, aparecia nos dados oficiais como sem profissão. Situação semelhante era a de Domingos Ferreira do Nascimento, de 40 anos, casado com Diolinda Maria da Conceição, de 24 anos. Ele era classificado com a profissão de carroceiro, enquanto Diolinda como sem profissão. Algumas semelhanças existem entre as duas famílias, como a diferença de idade entre os maridos e as esposas, 14 e 16 anos respectivamente, e a existência de filhos, de aproximadamente 1 ano, mostravam, talvez, o casamento recente e dentro da estrutura patriarcal existente no período.

Situações de concubinato eram comuns na cidade, como os casos de Luis Gonsaga, de 33 anos, solteiro e carroceiro, amasiado com Luciana Maria da Conceição, de 20 anos, sem profissão, e Joaquim Suares Teixeira, de 50 anos, português, carroceiro, amasiado com Maria Petronilha da Silva, de 28 anos, brasileira e sem profissão. A complexidade familiar, em contraposição às experiências de casamento, era percebida a partir de agregados. Nas situações citadas, o núcleo familiar possuía como agregadas as filhas de Maria Petronilha, Sebastiana Gomes da Silva, de 11 anos, e Francisca Gomes da Silva, de 8 anos. Os homens permaneciam em lugares de provedor material, mesmo em situações de filhas agregadas, como a experiência de Joaquim Suares, provedor da casa, da amasia e das filhas, entendidas como agregadas.

Assim, a partir das reflexões propostas por Hobsbawm, um indício da vida moderna, com as rupturas e permanências existentes, é possível a partir das oportunidades de uma carreira aberta ao talento, em atividades relacionadas com educação, profissões liberais, funcionalismo público e política, que poderiam ser alcançadas por meio da sagacidade e do trabalho duro, apesar de não acessível a todos. Essa possibilidade marcava um rompimento com a organização de sociedades pré-capitalistas e tradicionais, nas quais o filho, com muita probabilidade, seguiria a profissão do pai.<sup>258</sup> A análise dos recenseamentos evidencia que, para as classes populares da cidade de Fortaleza, ao final do século XIX, as profissões aprendidas dentro da

---

<sup>258</sup> HOBSBAWM, E. Carreira aberta ao talento. HOBSBAWM, E. In: **A era das revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 298-293.

organização familiar constituíam a principal possibilidade de sobrevivência dentro da cidade em expansão.

Nesse sentido, em diálogo com a análise de fontes, é possível supor que, dentro da experiência de carroceiros e carregadores existiam indícios nos quais mulheres eram provedoras da casa, como Luiza Maria da Conceição, de 45 anos, viúva e lavadeira. Ela morava com o filho Gabriel da Conceição, de 25 anos, solteiro e carroceiro, e as filhas menores, Raimunda da Conceição, de 14 anos, e Maria da Conceição, de 7 anos. Casamentos entre carroceiros e lavadeiras evidenciam os movimentos de união entre trabalhadores pobres. Existem indícios de, para a sociedade desse período, processos de ocupações, como carroceiros e lavagem de roupas eram passadas de pais para filhos. A ocupação do filho Gabriel, semelhante à do pai falecido, aponta evidências sobre o ensino de profissões entre pais e filhos. Por vezes, a estrutura familiar não aumentava, permanecendo pais e filhos morando juntos. Eram comuns casas nas quais um dos companheiros havia falecido, de modo que as mulheres assumiram a responsabilidade do sustento dos filhos, ou o contrário, quando as companheiras faleceram e não existiam novos arranjos familiares. Como é o caso de Sabino Lopes da Silva, de 45 anos, viúvo, que dividia a casa com seu filho, Raimundo Lopes da Silva, de 20 anos. Ambos trabalhavam como carroceiros.

Deste modo, é possível refletir em diálogo com os apontamentos historiográficos apresentadas e por meio da análise de fontes, que a organização familiar de carroceiros e carregadores ocorre de modo complexo e heterogêneo, com arranjos diversos. Fortalecem, assim, as perspectivas que pensam a organização familiar deste período, onde o casamento dos mais pobres acontece por meio de laços afetivos, diferente dos arranjos financeiros existentes nas classes abastadas. As experiências de relacionamentos são divididas entre casamentos e concubinatos, onde as diferenças de idades entre homens e mulheres são visíveis, assim como, as práticas de trabalho existentes. Em conjunto, estes sujeitos compõem as diversificadas classes populares do período, em sua maioria, sem educação formal.

Nesse sentido, pensando o consumo de bebidas, a partir dos estudos propostos por Raul Costa, é possível pensar que as tensões relacionadas ao consumo de bebidas alcoólicas eram frequentes no cotidiano da cidade e acompanhadas de diferenciações fluidas em torno das definições de “trabalhador” ou “bêbado”, “cidadão ordeiro” e “ébrios desordeiros”. Essas classificações estavam presentes em espaços jurídicos, em delegacias e enquadramentos criminais, em jornais, ao divulgar notícias cotidianas, e entre os populares, nas relações diversas de sociabilidades, de trabalho, amizade, vizinhança, entre outros. A expansão de espaços físicos

na cidade impulsionou novos hábitos de bebidas. Apesar de considerada uma prática de lazer, o uso de bebidas, por vezes, era percebido como estímulo para situações diversas de violência.<sup>259</sup>

É importante observar que ao longo da década de 1920, a qualificação e definição da profissão de “carroceiro” é percebida e fortalecida nas páginas dos jornais, ao mesmo ritmo que muitas situações associavam essa profissão com o consumo de bebidas, ressaltando o risco dessa combinação na condução de veículos na cidade. Os jornais evidenciaram situações diversas envolvendo trabalhadores e uso de bebidas alcoólicas. Discussões, brigas e violências, por vezes iniciadas no ir e vir laboral ou em momentos de lazer, apontavam para o cotidiano diversificado dos trabalhadores pobres que, por meio da carroça, circulavam pelo espaço da cidade. As questões cotidianas eram protagonizadas, principalmente, por homens que, por motivos e situações diversas, deferiam agressões direcionadas a amigos ou vizinhos. Esses sujeitos incomodavam quando circulavam em espaços centrais ou quando protagonizavam violência física e verbal associado ao consumo de álcool.

Nesse sentido, por meio dos estudos propostos por Chalhoub, às práticas cotidianas de lazer dos trabalhadores urbanos, quais seriam, as conversas informais em torno de bares e botequins, com bebidas alcoólicas, como cachaças, cervejas, vinhos baratos ou café, eram percebidas de modo moralizador. Nessas conversas, eles compartilhavam as experiências de trabalho e encontravam momentos de descanso após ou durante as horas de trabalho. Esses movimentos de socialização eram, por vezes, entendidos como desordem, vadiagem ou uso inadequado do tempo que deveria ser empregado às práticas entendidas como positivas, como o trabalho. As práticas relacionadas às bebidas, quando praticadas pelas classes populares, eram vistas como contrárias aos projetos de sociedade burguesa construídos no período. Para alguns setores da sociedade, como médicos e dispositivos policiais, as práticas de lazer e sociabilidades iam de encontro às práticas de trabalho, fortalecendo conflitos e tensões.<sup>260</sup>

Em diálogo com as reflexões propostas por Maria Franco, a violência era percebida como um aspecto presente e indispensável nas relações, sendo entendida como um instrumento de ajustes de tensões e conflitos. Os comportamentos agressivos eram presentes, em sua maioria, dentro da rotina doméstica. Ao contrário das relações experimentadas pela organização

---

<sup>259</sup> COSTA, R. M. L. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935):** trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009, p. 187.

<sup>260</sup> CHALHOUB, *op.cit.*, p. 257.

familiar tradicional brasileira, existente em camadas altas da sociedade, as famílias situadas em segmentos pauperizados construía relações pessoais dissociadas de interesses, sendo, portanto, constituídas de modo superficial e ambíguo, o que dificultava a relação entre famílias.<sup>261</sup> Essas reflexões apontam que os conflitos existentes eram permeados pela dimensão da violência, em que as relações entre parentes, compadres e amigos apontavam indícios de conflitos de poder existentes entre micro grupos socioculturais.<sup>262</sup>

Nesse sentido, a dificuldade de reprodução material de existência transformava laços de solidariedade e a ajuda mútua entre homens e mulheres em instrumentos e táticas indispensáveis de sobrevivência. Existiam práticas de sociabilidades construídas, sobretudo, na experiência do trabalho cotidiano. O caminho de ida e vinda do centro dinâmico permitia a construção de trajetórias e modos de experimentar a cidade. As sociabilidades, por vezes, existiam em torno da prática de beber aguardente. É possível refletir sobre os efeitos da bebida ao longo do dia de trabalho ou depois das horas cumpridas. Entre conversas e interações, ocorriam brigas e desentendimentos, por vezes, entre amigos e colegas. Os motivos, muitas vezes, passavam despercebidos. Os jornais percebiam e noticiavam as práticas de beber como responsáveis por brigas, sendo a bebida capaz de corromper o corpo e os comportamentos dos trabalhadores urbanos. De acordo com o Jornal O Ceará, de 1928:

João Pereira de Souza, com 27 anos de idade e casado, e Bernadino Rodrigues Chavez, residiam no Bairro Damas, exercendo a profissão de carroceiros. Antes de voltarem para suas casas, pararam em um boteco, fazendo descer goles da “branquinha” ou aguardente. Aparentemente, não tinham medo da fadiga da bebida, associada a um longo dia de trabalho. No caminho, porém, os vapores alcoólicos subiram-lhe de tal maneira ao cérebro, que os nossos heróis não mais se conheceram, pondo-se um a olhar para o outro como se nunca se houvessem visto. De uma ligeira discussão que se originou entre os dois, teve como resultado imediato irem logo as vias de fato, havendo primeiramente troca de valentes bofetões. Surgindo então um guarda, os “borrachos” pagilistas foram presos, sendo recambiados para o xadrez, onde ficaram recolhidos.<sup>263</sup>

Para Durval Albuquerque Junior, no período compreendido entre 1924 e 1930, as discussões em torno do homem nordestino são intensificadas, acompanhadas de características antropológicas, etnográficas, culturais, entre outras. É construído um perfil em diálogo com aspectos regionalistas e tradicionalistas, ou seja, um diálogo com o passado, no qual características patriarcais eram fortalecidas em detrimento de uma sociedade matriarcal, isto é, feminina. Dessa forma, a figura masculina é concebida em diálogo com valores como virilidade

<sup>261</sup> FRANCO, *apud*, CHALHOUB, p. 145-184.

<sup>262</sup> FRANCO, S. M. **Homens Livres na sociedade escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997. p. 45-60.

<sup>263</sup> O CEARÁ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 989, 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765198&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192> Acesso em: 4 set. 2019. [n.p.]

e masculinidade, valorizados no passado e sustentados no patriarcado, na estrutura familiar e nas relações e ordens sociais. Essas percepções, que contribuem para a construção de uma identidade regional nordestina, podem ser relacionadas às transformações de lugares socialmente e culturalmente definidos para homens e mulheres. Existem, assim, relações entre masculinidade e poder.<sup>264</sup>

Dessa forma, por meio das páginas dos jornais é possível compreender aspectos cotidianos relacionados à carroceiros e carregadores, a partir de brigas e conflitos, assim como as motivações e intencionalidades existentes. As dimensões públicas e privadas apresentam relações, por vezes, associadas com masculinidades diversas. As relações de amizades, construídas por práticas de trabalho em comum ou vizinhança, poderiam ser compreendidas devido a conflitos com companheiras e esposas. Agressões eram comuns no cotidiano de muitos trabalhadores, e diversos conflitos ocorriam em horários considerados laborais, em redes de sociabilidades diversas. A violência era utilizada como recurso para a solução de conflitos e fatos cotidianos apresentavam a complexidade entre masculinidades, violência, sociabilidades e costumes. O jornal *A razão: Político, Comercial e Noticioso*, em 1929, aponta queixas e conflitos cotidianos, envolvendo carroceiros e a rede de sociabilidades e vizinhanças existentes:

#### QUEIXA COMPLICADA

Joaquim Pinheiro Filho, guarda do serviço de Saneamento Rural, residente no Benfica, nº 742, apresentou, ontem, queixas às autoridades da 1ª delegacia contra Eduardo de Tal, carroceiro do Serviço de Limpeza Pública, pelo fato seguinte: Joaquim Pinheiro sempre teve com Eduardo a maior camaradagem. Consideravam-se, mesmo, amigos. Vizinhos, as suas relações eram tão estreitas que um frequentava a casa do outro, comunicando-se pelos quintais, que são contíguos. Isto enquanto Eduardo era solteiro. Agora Eduardo está casado. Joaquim Pinheiro, precisando ir a casa de Eduardo, buscar uma lata vazia, fê-lo entrando pela casa vazia deste, confiando na velha amizade e porque ainda mantinha o costume velho. Eduardo, porém, não gostou do procedimento de Joaquim e recebeu-o mal, com palavras ofensivas, excessivamente grosseiras, chegando até a ameaçá-lo de surra no primeiro encontro que tivessem. Pinheiro, que tem muito amor aquele que conhece, de sobra, o gênio de Eduardo e suas bravatas, achou prudente dar parte à polícia, afim de evitar um desacato futuro. As autoridades tomaram conhecimento do fato e, certamente, Eduardo será chamado à ordem.<sup>265</sup>

Nesse sentido, para Marcos Bretas, a prática policial existente nas primeiras décadas republicanas era autoritária e seletiva. A organização policial, compreendida em diversas patentes, possuía uma postura violenta quando direcionada para segmentos sociais destituídos

<sup>264</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. *Nordestino: A invenção do “falo”*. Intermeios: São Paulo, 2013. p. 150-152.

<sup>265</sup> A RAZÃO: INDEPENDENTE, POLÍTICO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 30, 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&PagFis=242&Pesq=carroceiro>. Acesso em: 7 set. 2019. [n.p.]



de condições materiais. Aspectos como cor, trabalho, indumentária ou prática desviante interferiam nas punições e no tratamento dispensado para os sujeitos inseridos em grupos sociais pauperizados. Abordagens e correções aconteciam de modo violento e abusivo, nas quais o histórico social do indivíduo era desconsiderado. Os policiais, dentro do tecido social, procuravam sujeitos comuns que, por motivos diversos, podiam ser classificados a partir das características consideradas desviantes no período.<sup>266</sup>

Em diálogo com Linhares Fonteles, os jornais apresentavam espaços destinados para colunas como “Na polícia e nas ruas” ou “Queixas do povo”, com o objetivo de divulgar ações policiais no cotidiano da cidade. Estes espaços possuem funcionalidades diversas, como reclamações sobre aspectos da cidade, impulsionadas por moradores; denúncias sobre abusos de práticas policiais; reclamações sobre práticas consideradas inadequadas, como meretrício e uso de bebidas alcoólicas. A presença de policiais significava, por um lado, segurança para pessoas próximas, no entanto, eram sinônimos de uso de poder. Constituíam, assim, relações múltiplas e diversas, entre moradores, policiais, presos e articuladores de jornais.<sup>267</sup>

Nesse sentido, as repartições policiais realizavam recolhimentos por motivos diversos. Aos poucos, os jornais identificavam a profissão, a idade, o local de moradia e os motivos das questões. À medida que esses trabalhadores ocupavam o espaço da cidade, desenrolaram, também, conflitos diversos, permeados por violência, brigas, furtos de mercadorias, entre outras questões. Os jornais, ao final da década de 1920, entendiam esses trabalhadores a partir da profissão, movimento que não acontecia no início do século, e que, portanto, instituiu um lugar social diferenciado para as pessoas que sobreviviam por meio do trabalho com carroças. Em uma mesma notícia, é possível perceber idades diversas, o que constitui indícios sobre a diversidade geracional existente em torno dessa atividade. De acordo com o *Jornal O Ceará*, de 1928:

#### NOS XADREZ DA PRIMEIRA DELEGACIA

Foram recolhidos presos as grades desta repartição policial, os indivíduos José de Oliveira, com 17 anos de idade, carroceiro, por haver esbofeteado ao menor de nome José dos Santos, à rua das Flores, e José Maria Duarte, com 43 anos de idade, por embriaguez e furto de mercadorias do estabelecimento comercial do Sr. Hermogenes Rebouças. José Maria Duarte ao ser-lhe dada voz de prisão revoltou-se contra o guarda.<sup>268</sup>

<sup>266</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p. 111.

<sup>267</sup> FONTELES NETO, F.L. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916 - 1930)**. Dissertação em História. Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará. 127f, 2005, p. 88 - 108

<sup>268</sup> O CEARÁ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 1011, 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765198&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192&pagfis>

Os sentidos diversos sobre trabalhadores ficam evidentes quando, diante de uma agressão doméstica, a profissão exercida é utilizada como recurso de absolvição. É possível perceber que o lugar social de ocupações realizadas por carroceiros era utilizado como elemento de validação social, por meio da ideia de trabalho honesto e edificante. As bebidas alcoólicas permaneciam presentes nas diversas situações apresentadas por meio dos jornais. Os conflitos domésticos, relacionados a agressões às esposas e companheiras, eram divulgados de modo suave, sobretudo, quando o agressor possuía uma ocupação ou prática de trabalho. Desse modo, essa prática de trabalho, entendida por vezes como subalterna, em situações de agressões domésticas, eram utilizadas como sinônimo de trabalho edificante e ordeiro, evidenciando a complexidade de sensibilidades presentes na existência desses sujeitos na cidade. O cotidiano de conflitos na cidade, quando relacionados com mulheres, possuíam elementos patriarcais de resolução, por meio das figuras de pai e marido, onde a instituição policial era utilizada como mediadora de questões. Estas questões são visualizadas, por exemplo, a partir de queixas publicadas no jornal *O Ceará*, de 1928:

Francisco das Chagas de Oliveira, com 26 anos de idade, residente à Praça Fernandes Vieira, é casado e exerce a profissão de carroceiro. Trabalhador honesto, referido indivíduo jamais deixara de cumprir com os seus deveres de chefe de família e de esposo. Desde sábado último, porém, por motivos que ninguém lhe sabe, começou a embriagar-se, resultando para a sua companheira sofrer continuamente mal tratos. Só regressava ao lar após ter ingerido muitos dedos da “bixa”, tendo como consequência esse estado em que chegava, trazer aflições a esposa, em virtude das brutalidades de que a mesma vinha sendo vítima. Certa vez, tornando à sua residência nestas condições, tomando de um pau, espancou desumanamente a companheira e esbofeteou. Ante este brutal procedimento por parte do carroceiro, o velho pai de sua mulher, Vicente Carlos, dirigiu-se a 1ª delegacia, apresentando queixa aquela repartição policial contra o seu genro. Este foi preso e recolhido ao xadrez.<sup>269</sup>

As notícias e os informes de prisões de carroceiros evidenciam inserções em redes de sociabilidades complexas e cotidianas. Entre amigos, compadres, companheiros de trabalho e relações privadas, esses trabalhadores constituíam seu cotidiano permeado por diferentes questões. As queixas publicadas e divulgadas pelos jornais evidenciam aspectos cotidianos relacionados à violência entre homens e em relações privadas, uso de bebidas alcoólicas como prática de lazer, assim como sensibilidades diversas relacionadas ao lugar social de trabalho e

---

=1477. Acesso em: 2 set. 2019. [n.p.] **O CEARÁ**. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 986, 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765198&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192>. Acesso em: 4 set. 2019. [n.p.]

<sup>269</sup> **O CEARÁ**. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 1003, 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765198&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192>. Acesso em: 4 set. 2019.

masculinidades. As percepções sobre os conflitos, relacionados com brigas, confusões e agressões, evidenciam a subalternidade que mulheres ocupavam em relação aos homens, em meio a grupos microsociais. É possível perceber o movimento lento de transformações nos modos de compreender e definir a experiência social desses sujeitos, que, antes entendidos por meio de ocupações subalternas, no entanto, ao final dos anos 1920, são instituídos, progressivamente, em lugares sociais de profissões.

Para Nobeit Elias, a estrutura social mantém relação com as estruturas de personalidades. A vida cotidiana da sociedade civilizada é aquela que gerencia e controla as emoções, como raiva e agressividade. A agressividade era progressivamente identificada como uma emoção masculina e, em alguns aspectos, inadequada. Em situações específicas, como esportes, esses comportamentos permaneciam socialmente aceitos, no entanto, aos poucos, eram vistos de modo inadequado dentro da vida cotidiana. Desse modo, em sociedades que existem poderes e autoridades centrais e fortes, é possível que pessoas sejam forçadas a, em maior ou menor medida, controlar emoções e impulsos modelando, assim, as relações e os padrões de comportamentos. O homem civilizado modelava, desta forma, seus hábitos e gestos, sobretudo, quando praticados em coletivo e sociedade.<sup>270</sup>

Nesse sentido, a cidade que aprendia a lidar com o trânsito de carroças e seus condutores era aquela que despertava sensibilidades, também, sobre a utilização de animais. Essas situações ganham espaço junto aos *Códigos de Postura Municipal*, sendo entendidas como crimes e passíveis de multa. Eram evidenciadas, também, em jornais e periódicos do período, por vezes, sendo considerada uma atividade inadequada e contrária às ideias de civilidade existentes e defendidas. De acordo com o *Código de Posturas Municipal*, era proibido, ao final do século XIX, quaisquer violências contra animais, assim como excesso de peso sobre as carroças. As leis e códigos da cidade, progressivamente, percebem a violência direcionada à animais como comportamentos inadequados, atribuindo multas e penalidades para os sujeitos que realizassem essa ação, sobretudo, carroceiros em atividades de trabalho.<sup>271</sup>

Os espaços dos jornais, assim, apresentavam relatos de violência e descuido com animais. Essas informações surgiam em notas pequenas, mas com visibilidade em meio as notícias cotidianas. Os episódios de crueldade e violência contra animais ou pessoas eram associados, por vezes, ao uso excessivo de bebidas alcoólicas, entendidas como responsáveis

---

<sup>270</sup> ELIAS, N. **Mudança na agressividade:** In: O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994, p. 189 - 200.

<sup>271</sup> CAMPOS, E. **Fortaleza Provincial.** Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988. p. 151-153

pelo comportamento agressivo e desviante praticado por trabalhadores. As notícias demonstravam sensibilidades direcionadas aos animais, que muitas vezes, eram submetidos a condições de trabalho pesadas, além de descuidos diversos. Um exemplo é o conflito envolvendo Raymundo Galdino da Silva, 22 anos de idade e solteiro, que em 1928 exercia a ocupação de carroceiro. Ele tinha o hábito de maltratar o animal com o qual realizava atividades relacionadas ao trabalho, fazendo uso de cassetete sempre que possível. Em um dia de domingo, ele discutiu fortemente com seu cunhado, chamado de José da Costa, e, em uma semelhança com os atos praticados contra o animal, Raymundo Galdino empreendeu fortes pancadas no cunhado, produzindo graves ferimentos na cabeça dele. Um guarda visualizou a discussão, levando o agressor à prisão.<sup>272</sup>

Assim, em diálogo com Leonardo Bevilacqua, é possível pensar em outras dimensões cotidianas, como acidentes de trânsito. Esses incidentes ganharam novos formatos ao longo das primeiras décadas do século XX. Os espaços das ruas eram ocupados por sujeitos diversos e a emergência de novos veículos proporcionou novos ritmos ao espaço da cidade. Situações envolvendo acidentes e atropelamentos tornavam-se presentes, progressivamente no cotidiano de processos crimes e queixas, assim como, de jornais e periódicos publicados diariamente. A presença destas situações em documentos jurídicos aponta movimentos de criminalização e punição de sujeitos que desviavam as normatizações existentes para circular pela cidade. Funcionavam como indícios de novas sensibilidades e modos de experimentar o espaço urbano, impulsionando, também, cuidados diversos sobre movimentações de pessoas e veículos.<sup>273</sup>

Por meio da análise de periódicos, é possível refletir sobre o medo de acidentes e desordens, sobretudo, por meio da circulação em áreas centrais da cidade. O incômodo relacionado a desordem em espaços públicos orientava a prática profissional de policiais e as percepções sociais sobre o uso de bebidas. As classes populares que, aos poucos, ocuparam as ruas com veículos e chamavam atenção em casos de práticas inadequadas, como consumo de bebidas e direção. As notícias dos jornais evidenciavam ruas e locais de atividades, assim como o nome, idade, estado civil e moradia dos trabalhadores presos por motivos diversos. A presença de policiais e fiscais nos incidentes cotidianos funcionava como fiscalização de incidentes e

---

<sup>272</sup> O CEARÁ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 986, 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765198&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192>. Acesso em: 4 set. 2019. [n.p.]

<sup>273</sup> BEVILACQUA, L. I. **O que vai pela cidade:** automobildade e crimes de trânsito em Fortaleza na década de 1920. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. 221f, 2014, p. 63 - 110

organizador das práticas de civilidade construídas no espaço urbano. O jornal *O Ceará*, de 1928, aponta alguns incidentes relacionados a carroceiros matriculados no município e seu deslocamento pela cidade:

EMBRIAGADO, GUIAVA A CARROÇA

João Cavalcante, com 34 anos de idade, casado, residente no bairro de Octavio Bomfim, exerce a profissão de carroceiro. Hontem, completamente embriagado, foi visto pelas ruas a guiar a carroça que lhe dá o sustento diário. Preso pelo guarda nº 35, João Cavalcante foi recolhido e às grades.<sup>274</sup>

Os discursos construídos por meio dos *Códigos de Posturas Municipais* e dos jornais em circulação pela cidade, em conjunto, constituem forças de organização social diferenciadas entre si, mas direcionadas para sujeitos e grupos específicos dentro do espaço urbano. As diversas normatizações sobre circulação na cidade e práticas de trabalho, acompanhadas de possibilidades de multas e recolhimento em prisões, funcionam como reguladoras sociais de comportamentos em sociedade. Os jornais, por sua vez, ao relatarem os conflitos cotidianos, com nome, profissão, moradia, entre outras informações, constituem um discurso moralizador sobre os sujeitos que, por motivos diversos, não seguem os ordenamentos sociais previstos. As classes populares, aqui os carroceiros e carregadores, sobrevivem em meio a discursos diversos, mas específicos e normatizadores.

Dessa forma, o consumo de álcool e sua relação com a cultura popular, a partir dos estudos de Thompson, é possível ser pensada por meio de perspectivas sobre como a cultura popular aponta um movimento ativo, voluntarista e criador, sendo um processo feito e refeito pelo povo. O afastamento da igreja e seus modos de organização social permitem a emergência de uma cultura autônoma, de modo que as sociedades se movem em direção a uma organização pautada pelo costume. Nesse sentido, a cultura é entendida como recursos, instrumentos e comportamentos alternativos, construídos ao longo do tempo e utilizados por membros e integrantes de um grupo social específico. A cultura popular, situada no tempo e no espaço, é possível de reflexão por meio de um movimento dialético, de aproximações e distanciamentos de valores burgueses, a partir de processos criados pela própria classe trabalhadora.<sup>275</sup> Para Chalhoub, apesar dos processos de normatização e imposições, é possível refletir sobre

<sup>274</sup> O CEARÁ.. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 939, 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765198&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192&pagfis=1339>. Acesso em: 2 set. 2019. [n.p.]

<sup>275</sup> THOMSPSON, E. P. *op. cit.*, p. 212.

deslocamentos autônomos de construção cultural, com aspectos tradicionais, com expressividade no processo de constituição do mercado de trabalho existente na cidade.<sup>276</sup>

Nesse sentido, medicamentos, plantas e elementos do cotidiano eram também utilizados com a finalidade de curar doenças e medicar problemas de saúde. A prática de tomar aguardente tinha objetivos diversos, entre eles, equilibrar a temperatura corporal, ou, como era dito, “esquentar o frio ou esfriar o calor”. O carroceiro, chamado de Garapa, em Fortaleza, no ano de 1908, chama atenção pelo hábito de tomar aguardente para curar uma gripe, que, para ele, funcionava como regulador de temperatura. Ele sofria de uma enfermidade e precisava ir diariamente para a Santa Casa de Misericórdia para ajustar curativos em um ferimento. Uma das alternativas utilizadas para suportar o procedimento era tomar aguardente, que para muitas pessoas, tinha o efeito de anestésiar contra odores e dores.<sup>277</sup> A prática de tomar aguardente, posteriormente conhecida como cachaça, anestesiava percepções, no entanto, sem perder as suas propriedades alcoólicas, que modificam os sentidos físicos e psíquicos. Esses efeitos eram percebidos e analisados por médicos, que neste caso, observavam o corpo do paciente rígido, apresentando sintomas entendidos como embriaguez. Nas tentativas de aplicar algumas injeções, o carroceiro investiu golpes contra um padre que estava presente, agarrou um doente, ficou agitado e saiu do hospital, estranhando todos os presentes.<sup>278</sup>

Assim, pensando a polícia e a repressão, de acordo com Bretas, o mundo urbano é organizado a partir da aceitação, ou não, de um conjunto diverso de serviços e sujeitos, indispensáveis para o funcionamento da cidade moderna. São construídas classificações múltiplas, presentes em espaços jurídicos, em delegacias e enquadramentos criminais; em jornais, ao divulgar notícias cotidianas, e entre os populares, nas relações diversas de sociabilidades, de trabalho, amizade, vizinhança, entre outros. O contato com o transeunte ocorre, sobretudo, a partir de uma classificação, na qual uma das funções é a definição de lugares sociais.<sup>279</sup> Em diálogo com Chalhoub, a organização de dispositivos policiais é parte

<sup>276</sup> CHALHOUB, S. *op. cit.*, p. 256.

<sup>277</sup> A RAZÃO: INDEPENDENTE, POLÍTICO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 738, 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&PagFis=242&Pesq=carroceiro>. Acesso em: 7 set. 2019. [n.p.]

<sup>278</sup> A RAZÃO: INDEPENDENTE, POLÍTICO E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 738, 1931. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764450&PagFis=242&Pesq=carroceiro>. Acesso em: 7 set. 2019. [n.p.]

<sup>279</sup> BRETAS, M. *op. cit.*, p. 100. COSTA, R. M. L. **Tensões Sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935): trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras**. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009, p. 187.

integrante da organização de um mercado capitalista de trabalho assalariado, associada à vigilância constante do aparato policial. De modo que todos os sujeitos pobres que estivessem longe dos espaços para eles destinados – a do trabalho positivado – em meio a bares e espaços de lazer, eram entendidos e classificados como afastados do projeto de vida socialmente aceito.<sup>280</sup> O uso repressivo da polícia era visto cotidianamente na cidade, como a notícia apresentada no *Jornal do Ceará: Político, Comercial e Noticioso*, do ano de 1905:

Mas o quadro ainda não estará completo enquanto não trouxermos

A cena de violência chamava atenção dos moradores locais. Como o senhor Raymundo Freire, descrito pelo jornal como distinto mecânico, e algumas senhoras, irmãs do senhor João Firmino, juiz de direito da 2ª vara criminal da cidade, aos quais dirigiram-se aos guardas, na tentativa de conversar sobre o incidente. Mas os policiais espancaram cruelmente a pessoa de Manoel Marques, carroceiro. Presenciaram o espancamento brutal, também, o Major Castro, o coronel Zacarias de Oliveira, presentes na Fundação, e o senhor Raymundo Freire. A população estava assustada com a cena de violência policial. Momentos depois da discussão, os moradores caminharam em direção ao espaço onde aconteceu o conflito, limpando o sangue da roupa e do facão, tranquilos com a situação realizada e dispostos a um novo conflito.

281

A polícia era cotidianamente acionada para lidar com conflitos e desordens em áreas ao redor do centro da cidade. A violência e os maus-tratos vindos de inspetores e policiais assustavam a população. Regiões como a do Benfica, situadas à margem do centro dinâmico, protagonizam conflitos diversos entre moradores e policiais locais. No ano de 1905, o carroceiro chamado Manoel Marques, morador do Benfica, foi preso por andar embriagado pelas ruas desse bairro. Caminhando pelas calçadas da região, sua carroça quis empenhar, quando soldados que realizavam a patrulha nesse calçamento, próximo à Praça Pelotas e ao meio-dia, agrediram violentamente o trabalhador, atingindo sua cabeça com um facão e o espancando até a proximidade do posto. Os modos de sobrevivência considerados degradantes, ou à margem das ocupações e profissões socialmente reconhecidas, poderiam sofrer com facilidade abusos e repressões como essa da polícia local. Era possível encontrar repressões das mais violentas e arbitrárias, em nome da organização e da ordem social, sobretudo, quando a ocupação e os modos de vestir e se locomover estavam relacionados a práticas socialmente desviantes, como o alcoolismo.

Casos eram comuns pelas ruas centrais ou bairros afastados da cidade. Em 1905, o carroceiro Manoel Marques, com roupas surradas e sob efeito de álcool, conduzia sua carroça em direção ao centro da cidade. Chegando ao calçamento da Praça Pelotas, ao

<sup>280</sup> CHALHOUB, S. *op. cit.*, p. 255.

<sup>281</sup> JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. Edição 242, 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=231894&pesq=carroceiro&pasta=ano%20190>. Acesso em: 18 dez. 2019. [n.p.]

tentar estacionar o transporte, foi abordado por dois soldados, que manuseavam um facão, deferindo golpes na cabeça e agressões, até o posto policial. O episódio causou espanto junto a moradores abastados que passavam no local. Eram moradores considerados distintos, como o mecânico Raymundo Freire e algumas senhoras irmãs do juiz de direito João Firmino, que tentaram intervir junto a situação, em defesa do carroceiro e contra o brutal espancamento que acontecia ali. No entanto, as interpelações não impediram o espancamento. Os policiais, de modo tranquilo e após a agressão, voltam para limpar o sangue do facão e da roupa, com a consciência tranquila da atitude tomada.<sup>282</sup>

Muitos dos conflitos descritos não chegaram a formar contendas em documentos policiais. Emergiram nas páginas dos jornais, descritos como conflitos de menor dimensão, apesar de evidenciar a embriaguez, brigas corporais e a atuação da polícia como elementos em comum. Apesar de não configurarem processos crimes, integravam o cotidiano de agitações existentes no espaço urbano. Eram brigas acompanhadas de consumo de bebidas, nas quais, as crônicas e relatos do dia a dia apontavam a idade, o estado civil, a profissão exercida, e as vezes, as condições nas quais o conflito aconteceu. Esses relatos tornavam-se crônicas do dia a dia, possuindo narrativas sobre o acontecido.

Como o ocorrido com João Pereira de Souza, com 27 anos de idade e casado, e Bernadino Rodrigues Chavez, que residiam no Bairro Damas, exercendo a profissão de carroceiros. Antes de voltarem às suas casas, pararam em um boteco, fazendo descer goles da “branquinha” ou aguardente. Aparentemente, não tinham medo da fadiga da bebida associada a um longo dia de trabalho. No caminho, porém, os vapores alcoólicos subiram-lhe de tal maneira ao cérebro, que, de acordo com a narrativa do jornal, os “heróis” não mais se conheceram, pondo-se um a olhar para o outro como se numa se nunca se houvessem visto. De uma ligeira discussão que se originou entre os dois, teve como resultado imediato irem logo às vias de fato, havendo primeiramente troca de valentes bofetões. Surgindo então um guarda, João e Bernadino foram presos, sendo recambiados para o xadrez, onde ficaram recolhidos.<sup>283</sup>

Em conclusão, buscamos refletir sobre aspectos cotidianos relacionados à habitação, organização familiar, práticas de lazer e experiências de repressão, por meio da experiência social de carroceiros e carregadores. Percebemos que, assim, com as reflexões historiográficas relacionadas a história da habitação e história da família, esses trabalhadores constituíam suas

<sup>282</sup> BRETAS, M. L. **A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p. 111.

<sup>283</sup> O CEARÁ. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital / Biblioteca Nacional. 1928. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=765198&pesq=carroceiro&pasta=ano%20192> Acesso em: 4 set. 2019. [n.p.]



experiências de vida em meio a habitações precárias, situadas, por vezes, em áreas afastadas do centro dinâmico, no decorrer dos primeiros anos do século XX. Supomos que esses trabalhadores, assim como demais grupos das classes populares desse período, compartilhavam experiências relacionadas com violência, masculinidades e pauperismo urbano.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada na pesquisa de mestrado intitulada “Trabalho, pobreza e cotidiano: carroceiros e carregadores em Fortaleza entre os anos de 1900 e 1930” teve como objetivo discutir aspectos relacionados à experiência cotidiana de carroceiros e carregadores, no espaço da cidade de Fortaleza. Ao longo do texto, buscamos refletir sobre algumas questões relacionadas aos lugares de definição construídos para esses trabalhadores, dentro de documentos oficiais de produção nacional e local; os processos de regulamentação e normatização existentes a partir do Poder Municipal; os lugares sociais diversos construídos e instituídos no espaço da cidade a partir da prática de trabalho desempenhada; a relação com moradores da cidade e os movimentos de consolidação de direitos, exercidos a partir de queixas; assim como aspectos da vida privada, como organização familiar, práticas de lazer e diversão, relacionados com o álcool; e a repressão relacionada à organização policial.

Em nosso primeiro capítulo, por meio da análise dos Recenseamentos Gerais do Brasil, de 1872 e 1920; *Almanaques Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado Ceará* em diálogo com *Códigos de Posturas Municipais*, de 1932, buscamos evidenciar a ausência de carroceiros e carregadores nos levantamentos populacionais de circulação nacional, em contraponto a sua presença nas estatísticas, códigos e legislações na cidade. Buscamos compreender sobre os processos específicos de regulamentação dessas práticas de trabalho, por meio de multas, taxas e matrículas, refletindo sobre como o poder municipal exerceu relação de poder e disciplina sobre a experiência desses trabalhadores, sendo responsável por desarticular tecidos tradicionais de trabalho e sociabilidades. O processo de reconhecimento dessa ocupação como modo de sobrevivência digno e importante ocorreu de modo irregular, descontínuo e lento.

Em nosso segundo capítulo, por meio da análise de *Códigos de Posturas Municipais*, de 1932, em diálogo com jornais diversos, buscamos evidenciar como esses trabalhadores, pouco definidos nos censos nacionais e presentes nas regulamentações municipais, encontravam lugares sociais diversos de definição por meio da experiência cotidiana na cidade. Refletimos sobre os lugares sociais ambíguos destinados a esses trabalhadores, que oscilavam entre a subalternidade social e o trabalho considerado positivo e edificante. Supomos que, nas primeiras décadas do século XX, a possibilidade de trabalho para esses sujeitos foi, progressivamente, condicionada ao poder municipal. Por meio de artigos de opinião, queixas e reclamações, assim como evidências de matrículas, multas e regulamentações, é possível

refletir, também, sobre o cotidiano tensionado em meio a discursos diversos, que oscilavam entre exclusão social e trabalho indispensável e edificante.

Em nosso terceiro capítulo, por meio da análise do *Arrolamento da cidade de Fortaleza*, de 1872, em diálogo com jornais diversos, buscamos refletir sobre os modos como grupos da cidade, progressivamente, compreendem essa experiência de trabalho como importante e indispensável, e os movimentos de sensibilidades sobre direitos, a partir da cobrança desses serviços junto ao poder municipal, que contribuem para a percepção de trabalho edificante conferida, em certos momentos, a esses sujeitos. Em diálogo, buscamos compreender a organização familiar, os lugares de habitação, assim como as práticas de sociabilidades, de lazer e de repressão que atravessavam a experiência cotidiana desses trabalhadores. Em conjunto, a análise de fontes, em diálogo com a bibliografia sobre o assunto, evidencia uma experiência marcada pela heterogeneidade dos arranjos amorosos, práticas relacionadas às bebidas alcoólicas, assim como tensionamentos existentes a partir do dispositivo policial.

Por meio da análise de fontes, em diálogo com a bibliografia pertinente ao tema, refletimos que esses trabalhadores tinham seu cotidiano construído em meio à condição de pobreza e subalternidade, onde o processo de reconhecimento dessa ocupação como profissão ocorreu de modo lento e irregular. A ausência de sua existência em documentos oficiais, mas a progressiva regulamentação de suas práticas de trabalho evidencia uma experiência constante de tensões e conflitos na cidade, que demarcam a dificuldade de sobrevivência e circulação no espaço urbano. É possível supor que sua experiência de trabalho e sensibilidade de tempo foi profundamente afetada pelos processos de regulamentação municipal, constituindo, assim, uma nova organização no tecido social. Pensamos, também, que a rede de sociabilidades desses trabalhadores era complexa e heterogênea, com casamentos e arranjos amorosos frouxos, assim como relações de amizade, atravessadas pela violência e papéis masculinos. As relações de lazer, realizadas entre os deslocamentos na cidade, eram construídas em meio às práticas alcoólicas e que, assim como alguns outros trabalhadores urbanos, era atravessada pela violência policial.

Ao longo da pesquisa, lidamos com alguns desafios relacionados à análise de fontes, pois, por vezes, os discursos eram construídos por sujeitos diversos, a partir de percepções sobre essa prática de trabalho, que emergiram em meio a cenários sociais, econômicos e representativos diversos e desiguais. Esses trabalhadores não deixaram vestígios sobre suas percepções e modos de estar no mundo, sendo, assim, um desafio para interpretação de fontes. Dessa forma, a compreensão dessa realidade ocorre a partir de uma tentativa de interpretação a

contrapelo de fontes e documentos, com a finalidade de compreender nuances e vestígios sobre a experiência desses trabalhadores na cidade. Nesse sentido, algumas questões permanecem abertas para investigação e aprofundamento de análise. Esperamos que esse estudo possa contribuir na compreensão dos processos de pauperização e precariedade laboral existentes para esse grupo de sujeitos, que entre tantos trabalhadores, improvisara, ao longo do século XX, modos de sobrevivência nos espaços urbanos do Brasil. Esperamos contribuir, também, com os estudos sobre trabalhadores urbanos no país, assim como com as reflexões relacionadas à História Social do Trabalho, durante o período político da Primeira República.

## REFERÊNCIAS

- NEVES, F. C. Caridade e Controle Social na Primeira República (Fortaleza, 1915). **Revista de Estudos Históricos**, Fortaleza, v. 27, p. 115-133, jan./jun. 2014.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Ed. Massangana: Cortez, 2006. p. 21.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. **Nordestino: A invenção do “falo”**. Intermeios: São Paulo, 2013. p. 150-152.
- ALENCAR, M.E.S. “**À sombra das palavras**”: a Oligarquia Acciolina e a Imprensa (1896 - 1912). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- AMORA, Z. B. Aspectos Históricos da Industrialização no Ceará. *In*: SOUZA, Simone de (org.). **História do Ceará**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha, 1989. p. 121-128.
- AZEVEDO, E. (org). A metrópole às avessas: Cocheiros e carroceiros no processo de invenção da “Raça Paulista”. *In*: AZEVEDO, E.; CANO, J.; CUNHA, M. C.P.; CHALHOUB, S. **Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. p. 87.
- BACZKO, B. **Los imaginários sociales: memorias y esperanzas coletivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.
- BALCÃO, L. F. **A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900 – 1913)**. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós - Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.
- BARBOSA, A. F. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.
- BARBOSA, M. E. J. **Cidade na contramão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX**. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- BATALHA, C. H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.
- BERMAN, M. **Tudo o que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- BEVILACQUA, L. I. **O que vai pela cidade: automobilidade e crimes de trânsito em Fortaleza na década de 1920**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Cultural, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

- BISSIGO, D. N. **A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”**: a estatística no Brasil Imperial e a produção do recenseamento de 1872. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.
- BRESCIANE, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas**: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- CAMPOS, E. **Fortaleza provincial**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.
- CARMO, B. B. **Entre fiscais e multas**: experiências urbanas através das posturas municipais (1870-1890). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras. 1987.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CERUTTI, S. A construção das categorias sociais. *In*: BOUTIER, J.; JULIA, D. (org.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1998. p. 234.
- CESAROLI, J. F. Configurações de um Brasil urbano e republicano: relações de força. *In*: TERRA, P. C.; MAGALHÃES, M.S.; ABREU, M. (org.). **Os poderes municipais e a cidade**: Império e República. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 45-72.
- CHALHOUB, S. **Lar, trabalho e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp. 2008.
- CORBIN, A. **Saberes e odores**: o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- COSTA, M. C. L. C. **Capítulos de geografia histórica de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.
- COSTA, R. M. L. **Tensões sociais no consumo de bebidas alcoólicas em Fortaleza (1915-1935)**: trabalhadores, boêmios, ébrios e alcoólatras. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- CRUZ, H. F. **Trabalhadores em serviços**: dominação e resistência (São Paulo – 1900/1920). São Paulo: Editora Marco Zero, 1991.

DIAS, M. O. S. A hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, p. 223-258, nov. 1998.

DIAS, M.O.L.S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994.

ESTEVAM, K. R. **Códigos de posturas e ordenamento do espaço urbano e da sociedade de Fortaleza no século XIX**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2019.

FERNANDES, A.C.S. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais O Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2004.

FERREIRA, J.; DELGADO, L.A.N. (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, L.M. **A Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza: acolhimento de enfermos e educação para a saúde pública (1861 - 1889)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

FONTELES NETO, F.L. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916 - 1930)**. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

FRANCO, S. M. **Homens Livres na sociedade escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997.

FREITAS, I. M. A. **Crimes Passionais em Fortaleza: o cotidiano construído nos processos crimes nas primeiras décadas do século XX**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GARCIA, A. K. M. **A ciência na saúde e na doença: atuação e prática dos médicos em Fortaleza (1900 –1935)**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

GIRÃO, R. **Geografia estética de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: BNB, 1979.

GOMES, A. C. **Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: 7letras, 2014.

GRINBERG, K. **Código Civil e Cidadania**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

HOBBSAWM, E. Carreira aberta ao talento. *In*: HOBBSAWM, E. **A era das revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. p. 287-313.

HOBBSAWN, E. A aristocracia operária reexaminada. *In*: HOBBSAWN, E. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. São Paulo: Paz e Terra, 2015. p. 377-416.

HUHNER, J. **Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870 - 1930)**. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

JEUKEN, B. Esporte na Primeira República: a História do Espetáculo. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, p. 1-10, 2017.

KOSSELECK, R. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio Janeiro: Contraponto. 2006.

KOSSOY, B. **Fotografia & história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1996.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras. 1949.

LIMAVERDE, L.; CARVALHO, G. Jornal O Ceará: exemplo de mídia combativa na década de 1920. Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos interdisciplinares na Comunicação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 31., 2008, Natal. **Anais [...]**. Natal: Intercom, 2008.

LINDEN, M. V. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Editora da Unicamp: Campinas, 2013.

LINHARES, J. M. **Entre a casa e a rua: trabalhadores pobres urbanos em Fortaleza**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LUCA, T. R. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2014.

MACAMBIRA, D.D. **Impressões do tempo: os almanaques no Ceará (1870 - 1908)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, Fortaleza, 2010.

MACHADO, D. **Uma definição biológica do crime**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MAGALHÃES, M.S.; ABREU, M.; TERRA, P.C. **Os poderes municipais e a cidade: Império e República**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

MAIA NETO, E. F. **Cartografias das águas: territorialidades, políticas e usos da água doce em Fortaleza (1856 - 1926)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.



- MARINS, P. C. G. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. *In*: NOVAIS, F.A.; SEVCENKO, N. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 131-214.
- MARTINS, H. L. **Lazaretos da Jacarecanga e da Lagoa Funda**: varíola, poder e assistência na cidade de Fortaleza (1820-1880). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.
- MARTINS, L L. **Varíola em Fortaleza**: marcas de uma experiência dolorosa (1877-1881). 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.
- MATOS, M.I.S. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. São Paulo: E-Manuscrito, 2019.
- MATTOS, M.B. **A classe trabalhadora**: de Marx ao nosso tempo. São Paulo: Boitempo, 2019.
- NEGRO, A. L.; SILVA, S. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- NEVES, F. C. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- NEVES, F. C. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877 - 1915). **Trajetos**, Fortaleza, n. 6, p. 113-138, abr. 2005.
- OLIVEIRA, L. L. **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- PARENTE, E. O. **Operários em movimento**: a trajetória de luta dos trabalhadores da Ceará Light (Fortaleza, 1917-1932). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- PEREIRA, L. A. M. Negociações impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. **Revista História**, São Paulo, v. 35, p. 1-21, 2016.
- PESAVENTO, S. J. Trabalho livre e ordem burguesa: Rio Grande do Sul (1870-1900). **Revista História**, São Paulo, n. 120, p. 135-151, jan/jul. 1989
- POLANYI, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque**: reforma urbana e controle social (1860-1930). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1993.
- QUEIROZ, P. R. C. **Trabalho e cotidiano**: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do século XIX e início do século XX. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

REVEL, J (org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIOS, K. S. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

ROCHA, R. C. “**Aparta que é briga**”: discurso, violência e gênero em Fortaleza (1919 – 1948). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Mestrado Acadêmico, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

ROLNIK, R. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo: 1886 - 1936). *In*: SOUZA, M.A.A.; LIMA, S.C.; SANTOS, M.P.C.; SANTOS, M.C. (org.). **Metrópole e globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Editora CEDESP, 1999. p. 1-11.

ROSEN, G. **Da polícia médica à medicina social**: ensaios sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1879.

SAMARA, E. M. **A família brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

SANTOS, C. J. F. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e Pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SCHMACHTENBERG, R. Códigos de posturas e regulamentos: vigiar, controlar e punir. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9., 2018, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Anpuh, 2008. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos>. Acesso em: 23 set. 2020.

SCOTT, J. C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SEVECENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SILVA, E. **Queixas do povo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, J. B. **Os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza. Multigraf Editora, 1992.

SILVA, M I. **Nas telas da cidade**: salas de cinema e vida urbana na Fortaleza dos anos de 1920. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

SOUZA, F. F. Notícias de um antigo problema: o Poder Municipal, a polícia e a regulamentação do serviço doméstico (capital federal, início do século XX). *In*: MAGALHÃES, M. S.; ABREU, M.; TERRA, P.C. **Os Poderes municipais e a cidade**: Império e República. Rio de Janeiro, Mauad, X, 2019, p. 227-251.

TERRA, P. C. **Tudo que transporta e carrega é negro?**: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870). 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

TERRA, P. C.; MAGALHÃES, M.S.; ABREU, M. (org.). **Os poderes municipais e a cidade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019. p. 45-72.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELHO, G. Antropologia e cidade. *In*: OLIVEIRA, L. L. **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 36-41.

VOZA, P; LIGUORI, G. **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

WOOD, E. H. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

## ANEXO A – LISTA DE FONTES

A CIDADE (1889 – 1904). Fortaleza, 1889 - 1904. Disponível na Hemeroteca Digital.

A RAZÃO: Político, Comercial e Noticioso (1929 - 1938). Fortaleza, 1929 – 1938. Disponível em Hemeroteca Digital.

A REPÚBLICA: fusão do Libertador e do Estado do Ceará (1892 a 1897). Fortaleza, 1892 – 1897. Disponível na Hemeroteca Digital.

BRASIL. **Relatórios de Presidentes da Província**: datados de 1891 a 1930 e disponíveis para consulta junto a Hemeroteca Digital Brasileira. Rio de Janeiro, 1899. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 14 dez. 2018.

CÓDIGO de Posturas de 1893. Rio de Janeiro: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1893. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 27 set. 2019.

DICIONÁRIO Prático Ilustrado. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1928.

FIGUEIREDO, C. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1913.

FORTALEZA. **Código de Posturas do Município de Fortaleza de 1932**. Fortaleza: Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa Histórica. Departamento de História da Universidade Federal do Ceará, 1932.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Brasil, de 1872**. Rio de Janeiro: IBGE, 1872. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>. Acesso: 29 set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento Geral do Brasil, de 1920**. Rio de Janeiro: IBGE, 1920. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso: 29 set. 2019.

INSTITUTO DO CEARÁ. **Almanaque administrativo, estatístico, mercantil, industrial e literário do Estado do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1889-1915.

JORNAL DO CEARÁ: POLÍTICO, COMERCIAL E NOTICIOSO (1904 a 1911). Fortaleza, 1904 – 1911. Disponível na Hemeroteca Digital.

MYRTO e Acacia: Orgam do Instituto Neo Pythagorico (1916 a 1920). Fortaleza, 1916 – 1920. Disponível na Hemeroteca Digital.

O CEARÁ. Fortaleza, 1928. Disponível em Hemeroteca Digital.

O CEARENSE. Fortaleza, 1846 - 1891. Disponível na Hemeroteca Digital.

O JORNAL. Fortaleza, 1916. Disponível na Hemeroteca Digital.

O REBATE: JORNAL INDEPENDENTE. Fortaleza, 1907-1913. Disponível na Hemeroteca Digital.

PROVÍNCIA DO CEARÁ. **Arrolamento da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Editora, 1887. 4 volumes.